



**Universidade de Brasília
Faculdade de Ciência da Informação
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação**

RUBENS VIEIRA GUIMARÃES

**AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS DE ARQUIVO: UMA ANÁLISE DE DIFERENTES
ABORDAGENS**

Brasília - DF

2018

RUBENS VIEIRA GUIMARÃES

**AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS DE ARQUIVO: UMA ANÁLISE DE DIFERENTES
ABORDAGENS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Faculdade de Ciência da Informação (FCI) da Universidade de Brasília (UnB), como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Área de Concentração: Gestão da Informação

Linha de Pesquisa: Organização da Informação

Orientadora: Eliane Braga de Oliveira

Brasília – DF,

2018

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

GG963aa Guimaráes, Rubens Vieira
Avaliação de documentos de arquivo: uma análise de
diferentes abordagens / Rubens Vieira Guimarães; orientador
Eliane Braga de Oliveira. -- Brasília, 2018.
144 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado em Ciência da Informação)
-- Universidade de Brasília, 2018.

1. Avaliação de documentos de arquivo. 2. Arquivística. 3.
Abordagens teóricas. 4. Arquivologia. I. Oliveira, Eliane
Braga de, orient. II. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Título: “Avaliação de documentos de arquivo: uma análise de diferentes abordagens”

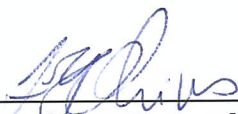
Autor (a): Rubens Vieira Guimarães

Área de concentração: Gestão da Informação

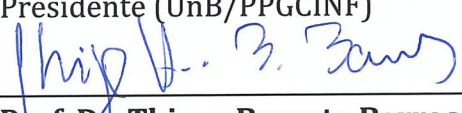
Linha de pesquisa: Organização da Informação

Dissertação submetida à Comissão Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Faculdade em Ciência da Informação da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre** em Ciência da Informação.

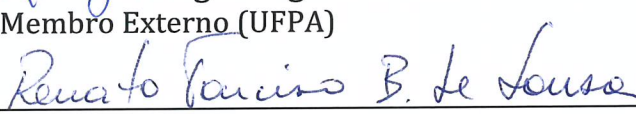
Dissertação aprovada em: 28 de março de 2018.



Prof^a Dr^a Eliane Braga de Oliveira
Presidente (UnB/PPGCINF)



Prof. Dr. Thiago Bragato Barros
Membro Externo (UFPA)



Prof. Dr. Renato Tarciso Barbosa de Sousa
Membro Interno (UnB/PPGCINF)

Prof. Dr. Rogério Henrique de Araújo Júnior
Suplente - (UnB/PPGCINF)

Aos meus pais, Marli (in memoriam) e Herculano.

À minha esposa, Maria Aparecida e aos meus filhos, Heitor e Otávio.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por prover saúde e paz necessárias para a execução da pesquisa.

À minha orientadora, professora Eliane Braga de Oliveira, pela confiança atribuída a mim, por todo o auxílio no trabalho de pesquisa e pelo enriquecimento desta.

Aos professores Thiago Barros e Renato Souza por aceitarem participar da banca de qualificação e defesa, assim como pela dedicação na análise do trabalho e pelas valiosas contribuições.

À minha esposa, Maria Aparecida, e ao meu filho Heitor, pela paciência, compreensão e apoio ao longo desses dois anos e meio. Ao meu filho Otávio por me motivar ainda mais a concluir a pesquisa, mesmo sem que ele tivesse consciência disso.

Ao meu amigo Ítalo Henrique Alves, por incentivar minha participação no processo de seleção do mestrado. À minha amiga Marcella Braga, pelo constante apoio nas questões acadêmicas e profissionais. Aos dois, pelas proveitosas discussões arquivísticas e pela cooperação e suporte mútuos.

Ao meu irmão Rafael, pela imensa ajuda nas questões de forma do trabalho.

Ao meu pai, por sempre ter acreditado e apoiado meus estudos.

Aos colegas da Capes e principalmente ao meu chefe Weder Matias Vieira por compreender eventuais ausências e viabilizar, dentro de suas possibilidades, oportunidades para execução da pesquisa.

Aos meus amigos, que não citarei nominalmente, mas que sabem quem são, pelo incentivo e pelos momentos de descontração vividos junto durante o processo. Sem eles, o caminho teria sido muito mais árduo.

Aos meus familiares, pai, irmãos, tias e primos por sempre compartilharem os momentos de angústia e de conquistas.

RESUMO

A presente dissertação tem como objeto de estudo as relações entre as diferentes abordagens sobre a avaliação de documentos no âmbito da Arquivística. Nesse sentido, a questão que motiva a presente pesquisa é “Como se relacionam, em suas dimensões teóricas e metodológicas, as proposições de autores de diferentes abordagens sobre avaliação de documentos de arquivo?” O seu objetivo geral é sistematizar e articular, em suas perspectivas teóricas e metodológicas, as proposições de autores de diferentes abordagens sobre o tema. Para tanto, foram estabelecidos três objetivos específicos: Identificar o contexto no qual os textos de autores de diferentes abordagens sobre avaliação de documentos foram produzidos; identificar e sistematizar as principais proposições presentes em textos de autores de diferentes abordagens sobre avaliação de documentos; e verificar as possíveis relações de convergência e divergência entre as proposições de autores de diferentes abordagens sobre avaliação de documentos. O método de pesquisa utilizado foi a Análise de Conteúdo Qualitativa, tendo como base empírica quatro textos de diferentes abordagens sobre avaliação de documentos: “A Avaliação dos Documentos Públicos Modernos” de Theodore Schellenberg; *Macro-appraisal and functional analysis: documenting governance rather than government* de Terry Cook; *Improving Our Disposition: Documentation Strategy* de Helen Samuels; e “A avaliação em Arquivística: reformulação teórico prática de uma operação metodológica” de Armando Malheiro Silva e Fernanda Ribeiro.

Palavras-chave: Avaliação de documentos de arquivo. Arquivística. Abordagens teóricas. Arquivologia

ABSTRACT

The present dissertation has as object of study the relations between the different theoretical approaches on the appraisal in the scope of archival science. In this sense, the question that motivates the present research is "How are the propositions of authors of different theoretical approaches on archival appraisal related in their theoretical and methodological dimensions?" Its general objective is to systematize and articulate, in their theoretical and methodological perspectives, the propositions of authors of different theoretical approaches about the thematic. For this purpose, three specific objectives were established: Identify the context in which the texts of authors from different approaches of archival appraisal were produced; Identify and systematize the main propositions present in texts by authors of different theoretical approaches to archival appraisal; and to verify the possible relations of convergence and divergence between the propositions of authors of different theoretical approaches on archival appraisal. The research method used will be the Qualitative Content Analysis, having as empirical basis four texts of different theoretical approaches on document evaluation: "The Appraisal of Modern Public Records" by Theodore Schellenberg; "Macro-appraisal and functional analysis: documenting governance rather than government" by Terry Cook; "Improving Our Disposition: Documentation Strategy" by Helen Samuels; and " A avaliação em Arquivística: reformulação teórico prática de uma operação metodológica " of Armando Malheiro Silva and Fernanda Ribeiro.

Palavras-chave: Archival Appraisal. Archival Science. Theoretical approaches

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Categorias para codificação dos textos	67
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Fases e abordagens teóricas da Arquivística	24
Quadro 2 Artigos sobre avaliação de documentos indexados pela BRAPCI (1972-2016)	54
Quadro 3 Motivo da escolha das abordagens	61
Quadro 4 Textos Analisados	62
Quadro 5 Descrição e regras de codificação das categorias.....	67
Quadro 6 Critérios para destinação	68
Quadro 7 Decisão sobre destino final da informação	97

LISTA DE SIGLAS

ACQ – Análise de Conteúdo Qualitativa

BRAPCI - Base de Dados em Ciência da Informação Acervo de Publicações Brasileiras em Ciência da Informação

CI – Ciência da Informação

CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CONARQ – Conselho Nacional de Arquivos

CPAD – Comissão Permanente de Avaliação de Documentos

ICA – *International Council on Archives*

InterPARES – *International Research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems*

PAC – *Public Archives of Canada*

SAA - *Society of American Archivists*

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
1.1. Problema de Pesquisa	17
1.2. Objetivo geral	17
1.3. Objetivos específicos	17
1.4. Justificativa.....	18
2. REVISÃO DA LITERATURA	21
2.1. Informação, Arquivologia e Ciência da Informação.....	21
2.2. Teoria e metodologia da avaliação de documentos de arquivo	31
2.3. Origem e trajetória da avaliação de documentos de arquivo	33
2.4. Motivo e finalidade da avaliação de documentos.....	37
2.5. Aspectos conceituais e terminológicos da avaliação de documentos	40
2.6. Avaliação de documentos na legislação brasileira.....	50
2.7. Avaliação de documentos na literatura brasileira.....	53
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	58
4. ANÁLISE DO CONTEÚDO DOS TEXTOS SOBRE AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS 65	
4.1. As Categorias sobre Avaliação de Documentos	65
4.2. Contexto da obra de Schellenberg	70
4.3. Síntese da análise do texto de Schellenberg.....	75
4.4. Contexto da obra de Terry Cook	77
4.5. Síntese da análise do texto de Terry Cook	80
4.6. Contexto da obra de Helen Willa Samuels	86
4.7. Síntese da análise do texto de Helen Willa Samuels.....	89
4.8. Contexto da obra de Armando Malheiro Silva e Fernanda Ribeiro	92
4.9. Síntese da análise do texto de Armando Malheiro Silva e Fernanda Ribeiro.....	93
5. CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS ENTRE OS TEXTOS ANALISADOS	98
5.1. Análise das categorias	98
5.2. Aspectos transversais identificados nos textos.....	102

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
6.1. Recomendações para estudos futuros	114
REFERÊNCIAS	115
APENDICE A – Codificação do texto “Avaliação de documentos públicos Modernos”	126
APENDICE B – Codificação do texto “<i>Macro-appraisal and functional analysis: documenting governance rather than government</i>”:	130
APENDICE C – Codificação do texto “Improving Our Disposition: Documentation Strategy”: 136	
APENDICE D – Codificação do texto “A avaliação em Arquivística: reformulação teórico prática de uma operação metodológica”:	139

1. INTRODUÇÃO

Na primeira metade do século XX, diversos fenômenos deram origem a um aumento expressivo da produção de documentos por parte das instituições públicas e privadas. Dentre eles, podem ser citados, a expansão da burocracia e dos serviços públicos, acarretado em parte pelo surgimento do Estado de Bem-Estar Social; a explosão de duas Guerras Mundiais; o desenvolvimento da capacidade tecnológica de produção e reprodução de documentos; e o aprimoramento dos sistemas democráticos, que tinham como novos princípios a transparência e a prestação de contas das atividades estatais perante a sociedade (CERMENO MARTORELL; RIVAS PALÁ, 2011; SCHELLENBERG, 2005).

Diante da impossibilidade técnica e financeira de se manter e gerenciar o grande volume de documentos, os profissionais dos arquivos/administrações tiveram que elaborar meios para racionalizar a produção, o uso, e, principalmente, a eliminação de parte dos acervos ou sua manutenção permanente.

Dentre os métodos propostos para o tratamento dos acervos, a avaliação de documentos de arquivo¹ foi desenvolvida especificamente com a finalidade de definir quais os documentos deveriam ser guardados por prazo determinado e então ser descartados; e quais mereceriam ser mantidos por prazos indeterminados.

Apesar de a explosão documental iniciada na primeira metade do século XX ter sido determinante para o surgimento e o desenvolvimento de diversas intervenções e teorias arquivísticas, a discussão sobre a avaliação de documentos surge ainda no século XIX na Europa.

Alemanha e Inglaterra têm normas legais relacionadas à manutenção ou eliminação de documentos datadas de meados de 1800. Apesar de serem pioneiros, e influenciarem profundamente os futuros estudos sobre o tema, esses países iniciaram a discussão sobre a avaliação de documentos partindo de diferentes enfoques: a Inglaterra avaliava para eliminar, enquanto a Alemanha priorizava a avaliação visando a preservação (COUTURE, 2005).

¹ Utilizaremos, no texto, outros termos, que serão tratados como sinônimos da avaliação de documentos de arquivo. São eles: a avaliação, avaliação de documentos ou avaliação arquivística. O uso desses termos visa facilitar a leitura, evitando a repetição das expressões.

Merece destaque também o surgimento da avaliação enquanto prática e teoria nos Estados Unidos, uma vez que viria a se tornar a principal base para a legislação e teoria brasileiras. Nos Estados Unidos, a avaliação de documentos ganha força principalmente a partir da década de 1940 atrelada aos conceitos de “ciclo vital de documentos”² e de “gestão de documentos”³.

Cruz Mundet (2011, p. 21) argumenta que o ciclo vital dos documentos foi anunciado pelo arquivista Philip Coolidge Brooks no ano de 1940, na reunião da *Society of American Archivists* por meio do artigo “*What records shall we preserve*”⁴. Este artigo introduziu o conceito do “*life cycle of records*”, defendendo que o arquivista tinha interesse legítimo na criação e gestão dos documentos.

Ainda segundo Cruz Mundet (2011, p. 21)⁵, o ciclo de vida dos documentos assinalava que “*el documento tiene una vida similar a la de un organismo biológico, el cual nace (fase de creación), vive (fase de mantenimiento y uso) y muere (fase de expurgo)*”.

Relacionada ao conceito do ciclo vital, também nos anos 1940, surge a gestão de documentos “*el conjunto de normas, técnicas y conocimientos aplicados al tratamiento de los documentos desde su diseño hasta su conservación permanente.*” (CRUZ MUNDET, 2011, p. 18). Portanto, nos Estados Unidos, Canadá e nos países que tiveram influência de sua Arquivística, a avaliação se desenvolveu a partir da noção de ciclo vital e como parte integrante de uma atividade mais ampla que seria a gestão de documentos. Segundo Rhoads (1989, p. 4, tradução nossa)

Um sistema de gestão de documentos abrangente se refere a tudo que acontece aos documentos durante seu “ciclo de vida”, isto é, do seu “nascimento”, através da sua “vida” produtiva como meio de executar as funções organizacionais, até sua “morte ou destruição quando todos os propósitos úteis foram atendidos, ou sua “reencarnação” como arquivos se eles garantem preservação permanente.

Segundo Indolfo (2013), Ernst Posner e Theodore R. Schellenberg são considerados os responsáveis pela disseminação do conceito de gestão de

² Na língua inglesa, o termo corresponde a *records life cycle*

³ Na língua inglesa, o termo corresponde a *records management*

⁴ No mesmo ano, este artigo foi revisado dando origem ao artigo “The selection of records for preservation”. Nestes artigos, o autor traz conceitos como valor permanente, critérios de valor, processo de seleção, entre outros.

⁵ Apesar de reconhecer a possibilidade de traduções inadequadas, optou-se por traduzir os termos e trechos de texto em língua inglesa nesta pesquisa. Os trechos em espanhol e francês são apresentados em seu idioma original.

documentos (incluindo desse modo o conceito de avaliação de documentos) e pela aplicação das práticas, nas décadas de 1950 a 1960, nos Estados Unidos.

Entre as décadas de 1950 e 2000, além das escolas de pensamento sobre avaliação de documentos originárias na Alemanha, Inglaterra e Estados Unidos, pode ser observado o surgimento de novas correntes relacionadas à avaliação de documentos, em outros países como: a Macro avaliação de Terry Cook, no Canadá; a avaliação no âmbito do *records continuum* de Frank Upward, na Austrália; o método quadripolar de Armando B. Malheiro da Silva e Fernanda Ribeiro, em Portugal.

Atualmente, a avaliação de documentos é considerada um objeto de estudo e de trabalho eminentemente arquivístico, conforme afirmam diversos autores (COUTURE, 2005; COOK, 2004), apesar das críticas relacionadas à necessidade de pensá-la numa perspectiva interdisciplinar (COX, 2003).

Couture (2005, p. 84) afirma que a avaliação é uma das funções mais importantes da prática arquivística contemporânea e que as decisões resultantes da avaliação afetam outras atividades como o recolhimento, arranjo, descrição, acessibilidade e preservação dos documentos.

A importância dessa atividade também pode ser atribuída ao fato de ser irreversível a decisão quanto à eliminação de documentos, constituindo-se numa grande responsabilidade para o arquivista e para os profissionais envolvidos.

A avaliação pode ser considerada

processo de análise e seleção dos documentos de arquivo, com vistas à fixação de prazos para retenção ou descarte, estabelecendo sua destinação de acordo com a importância que cada documento possui, a sua validade permanente ou temporária, de acordo com normas legais (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 41).

Nesse sentido, a avaliação tem dois polos distintos: a definição de prazos de guarda para os documentos nas idades corrente e intermediária, e a definição sobre a guarda permanente ou eliminação.

Desse modo, a avaliação tende a racionalizar recursos utilizados para a preservação dos documentos provisórios e “[...] constituir um patrimônio documental da sociedade” (MAKHLOUF; CAVALCANTE, 2008, p. 206).

Um conceito central para a avaliação de documentos é o valor. Tal conceito é abordado inicialmente por Schellenberg, sendo uma de suas maiores contribuições à Arquivística. Sua teoria dividia o valor dos documentos em:

valores primários, para a própria entidade onde se originam os documentos, e valores secundários, para outras entidades e utilizadores privados. Os documentos nascem do cumprimento dos objetivos para os quais um órgão foi criado - administrativos, fiscais, legais e executivos [...]. Mas os documentos oficiais são preservados em arquivos por apresentarem valores que persistirão por muito tempo ainda depois de cessado seu uso corrente e porque os seus valores serão de interesse para outros que não os utilizadores iniciais (SCHELLENBERG, 2005, p. 180).

Desse modo, os valores propostos por Schellenberg contribuíram para a discussão sobre um dos principais temas na avaliação de documentos: o que pode ser destruído e o que pode ser mantido, uma vez que os valores serviriam de baliza para decisão de se eliminar ou manter permanentemente os documentos institucionais ou pessoais.

Influenciados pela teoria do valor, diversos estudiosos como Hans Booms, Helen Samuels, Terry Eastwood, Carol Couture e Terry Cook propuseram diferentes formas de pensar a avaliação de documentos, cada qual com critérios e metodologias próprios, que serão abordados no desenvolvimento do projeto (MAKHLOUF; CAVALCANTE, 2008).

Dentre as abordagens que tiveram ou não influência da teoria do valor, nota-se que muitas delas não parecem necessariamente ser antagônicas entre si, apresentando conceitos, métodos e critérios comuns ou derivados umas das outras.

No entanto, observa-se, conforme Trace (2016, p. 90), que:

para alguns (autores), o valor é inerente ou intrínseco aos documentos[...]. Para outros, valor é um julgamento externo ao arquivo determinado inicialmente pelo exame da importância histórica do produtor. Para outros ainda, valor é o contingente ao uso imediato que a sociedade faz dos documentos[...]. Há também aqueles que pensam que valor só entra em cena quando indivíduos diferentes dos produtores interagem posteriormente com documentos[...]. E também existem aqueles que acreditam que o valor é entendido como um conceito socialmente construído, o que exige um conhecimento do universo social e cultural a fim de que se possa determinar a natureza do arquivo.

Nesse sentido, assim como a concepção de valor, os modelos ou abordagens de avaliação defendidos por diferentes autores também divergem entre si. Nesse sentido, a mesma autora constata

a presença de teorias múltiplas que, possivelmente, competem entre si e que demonstram a ausência de uma teoria unificadora de avaliação, ou a falta de interesse, por parte da arquivologia enquanto profissão, pela teoria propriamente dita (TRACE, 2016, p. 91).

Oliveira (2010) também ressalta as diferentes opiniões dos autores sobre a avaliação de documentos dentro da própria literatura arquivística. Nesse sentido, a

autora aponta, como extremos desses posicionamentos, de um lado, Jenkinson (1922), que não acreditava que a avaliação fosse função do arquivista, e de outro, Rousseau e Couture (1998), que afirmavam ser uma das principais funções do arquivista a avaliação de documentos.

A questão da relação entre as diferentes abordagens sobre a avaliação de documentos é ressaltada por Couture (2005, p. 84, tradução nossa) que afirma que podem ser descobertos diferentes princípios de avaliação espalhados dentre estudos de diversos países, “assim como métodos de trabalho, processos, e abordagens que podem ser contraditórias, divergentes e complementares”.

No âmbito da literatura nacional, Makhoul e Cavalcante (2008, p. 201) também abordam as “particularidades, divergências, similaridades e complementaridades” entre as abordagens de “autores importantes no domínio da avaliação arquivística.”

Ferreira e Rockembach (2017) no mesmo sentido, analisam em sua pesquisa três diferentes abordagens da avaliação da informação com a aplicação de diferentes métodos e modelos.

Nota-se, portanto, uma variedade de posições sobre o tema avaliação de documentos. E aparentemente diversas questões, nem todas com o mesmo grau de complexidade, não foram esclarecidas ou pouco discutidas como: a natureza da avaliação na disciplina arquivística (técnica, método ou função arquivística), os fatores que influenciam a decisão de preservar permanentemente ou eliminar os conjuntos documentais; as relações de assimilação, replicação, adaptação e ressignificação entre as ideias de diferentes abordagens sobre avaliação de documentos; a possibilidade de se compatibilizarem proposições de diferentes autores frente a uma determinada realidade.

Diante destas questões, o presente estudo analisa a relação entre as proposições de diferentes autores sobre a avaliação de documentos. Para tal, a dissertação está dividida em seis capítulos. O primeiro trata do problema, objetivos e justificativa da pesquisa. O segundo investiga as bases teóricas da avaliação por meio da revisão de literatura. No terceiro capítulo, são apresentados os procedimentos metodológicos adotados durante a pesquisa. O quarto capítulo aborda a elaboração de uma estrutura para categorização dos principais temas referentes à avaliação de documentos assim como a análise de quatro textos de diferentes abordagens de avaliação de documentos de acordo com a estrutura de classificação proposta. No quinto capítulo, investigam-se as relações de divergência e convergência entre os

diferentes textos e, por conseguinte entre as diferentes abordagens de avaliação. Por fim, no sexto capítulo, são apresentadas as conclusões que puderam ser deduzidas a partir das análises além de outros questionamentos pertinentes.

1.1. Problema de Pesquisa

Diante dos questionamentos apresentados na seção anterior e partindo do pressuposto que diferentes concepções teóricas sobre a avaliação no âmbito da Arquivística⁶, provenientes de diferentes autores, locais e períodos, podem se complementar num contexto teórico e metodológico, sintetizamos o problema de pesquisa na seguinte pergunta: como se relacionam, em suas dimensões teóricas e metodológicas, as proposições de autores de diferentes abordagens sobre avaliação de documentos de arquivo?

1.2. Objetivo geral

Sistematizar e articular, em suas perspectivas teóricas e metodológicas, as proposições de autores de diferentes abordagens sobre a avaliação de documentos de arquivo.

1.3. Objetivos específicos

- Identificar o contexto no qual os textos de autores de diferentes abordagens sobre avaliação de documentos foram produzidos;
- Identificar e sistematizar as principais proposições presentes em textos de autores de diferentes abordagens sobre avaliação de documentos;
- Verificar as possíveis relações de convergência e divergência entre as proposições de autores de diferentes abordagens sobre avaliação de documentos;

⁶ Reconhece-se que diversas áreas, como a História, as Ciências Sociais, entre outras (principalmente no que se referem à memória social e patrimônio), tem muito a contribuir com a avaliação de documentos e atribuição de valor, no entanto, por uma questão metodológica e de tempo disponível para a pesquisa, o escopo do trabalho se limita às teorias de autores da disciplina arquivística.

1.4. Justificativa

A avaliação de documentos de arquivo visa, por um lado, racionalizar o armazenamento da documentação arquivística por meio da eliminação de documentos não mais úteis à administração e à sociedade; e por outro “escolher os documentos “históricos” arquivísticos, passíveis de integrar o patrimônio documental de uma sociedade, em razão da sua capacidade de expressar a memória desse grupo” (JARDIM, 1995, p. 6).

Portanto a avaliação é uma intervenção arquivística que visa em última instância garantir o acesso aos documentos relevantes à sociedade, considerando-se a impossibilidade de se guardar todos. Neste sentido, ressalta-se que a avaliação é um ramo da Arquivística que se baseia em teoria(s).

A reflexão sobre a articulação de diferentes teorias visa aprimorar o processo de avaliação, pelo menos em um plano abstrato, ou refletir sobre quais teorias podem ser utilizadas de maneira conjugada sem que haja incoerência entre o que cada uma delas propõem.

A análise entre essas teorias, no campo da prática, pode auxiliar no trabalho das Comissões Permanentes de Avaliação de Documentos (CPADs)⁷, subsidiando os profissionais e entidades com recursos técnico-científicos mínimos à realização desta função arquivística de forma adequada à realidade brasileira, uma vez que a avaliação arquivística, assim como outros instrumentos e operações técnicas relacionadas à gestão de documentos, têm sido aplicadas precariamente no âmbito da Administração Pública brasileira.

Nesse contexto, Sousa (1997) ressalta que fatores como falta de mão-de-obra qualificada, escassez de reflexão teórica sobre a Arquivística, ausência de pressão interna e externa, além da instabilidade das instituições públicas agravaram a situação dos documentos públicos ao longo dos anos.

No que se refere especificamente à avaliação dos documentos públicos, Indolfo (2013, p. 268) comprova tal situação de fragilidade e afirma que:

⁷ Segundo o Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002, “Em cada órgão e entidade da Administração Pública Federal será constituída comissão permanente de avaliação de documentos, que terá a responsabilidade de orientar e realizar o processo de análise, avaliação e seleção da documentação produzida e acumulada no seu âmbito de atuação, tendo em vista a identificação dos documentos para guarda permanente e a eliminação dos destituídos de valor”.

[...] a análise e a seleção dos documentos de arquivo encontram-se muito aquém dos preceitos estipulados e discutidos pela teoria arquivística.

A identificação da falta de argumentos consistentes, por parte dos integrantes das CPAD, seja para a permanência seja para a eliminação dos documentos, aponta que muitos obstáculos deverão ser superados.

Nesse sentido, a utilização precária, ou mesmo a não utilização, dos preceitos teóricos arquivísticos na operacionalização da avaliação de documentos pelas instituições responsáveis é considerada um dos fatores que motiva a presente pesquisa.

Além do viés prático/profissional, a pesquisa é motivada pela necessidade de “articular, de organizar, o que se tem escrito, o que se tem dito até agora a respeito da avaliação” (COUTURE, 2003, p. 30).

Desse modo, além de tentar contribuir com a maior sistematização das proposições que compõem as diferentes concepções sobre a avaliação, a pesquisa justifica-se ainda pela necessidade de discussões teóricas a respeito da avaliação de documentos no Brasil, visando identificar se os modelos teóricos vigentes em outros países são adequados à realidade nacional, uma vez que, segundo Nascimento (2015, p. 63), “não foi possível identificar na Arquivologia brasileira, um pensamento original sobre avaliação de documentos de arquivo, entre os autores que se ocupam do tema”.

A mesma autora afirma que

[...] a proposição prevalecente a respeito da avaliação de documentos na literatura brasileira, continua a ser a proposta de Theodore Schellenberg. Ainda são bastante recentes abordagens e análises diferentes da proposta desse autor (NASCIMENTO, 2015, p. 63).

Nesse sentido, ressalta-se que, na literatura nacional, o único artigo encontrado que compara de maneira sistemática diferentes abordagens sobre avaliação é um artigo intitulado “Avaliação Arquivística: Bases teóricas, estratégias de aplicação e instrumentação” das autoras Basma Makhoul e Lídia Eugenia Cavalcante” (MAKHLOUF; CAVALCANTE, 2008).

A presente pesquisa, apesar de analisar abordagens arquivísticas sobre a avaliação de documentos, pode ainda colaborar com a gestão da memória no âmbito da Ciência da Informação (CI), uma vez que pode subsidiar estudos sobre funções semelhantes em outras áreas da CI como a seleção na Biblioteconomia e a coleta na Museologia conforme indica Smit (2000).

Por fim ressalta-se que a comparação entre as diferentes abordagens de avaliação pode servir de base para entender como se desenvolve a teoria sobre avaliação (sem desconsiderar que cada uma delas se sujeita a um contexto histórico e social próprio), conhecer a compatibilidade entre os preceitos de diferentes correntes, possibilitando assim adaptar diferentes fundamentos e métodos para uma realidade específica e elucidar sobre quais bases (inclusive quais paradigmas de conhecimento) os autores justificam suas decisões sobre a eliminação e/ou a guarda permanente de determinados conjuntos.

2. REVISÃO DA LITERATURA

Neste capítulo, é apresentada a literatura relacionada à avaliação de documentos utilizada como base para a pesquisa. Os tópicos selecionados visam fornecer um panorama sobre a avaliação em seus aspectos práticos e teórico-arquivísticos, nos planos nacional e internacional.

2.1. Informação, Arquivologia e Ciência da Informação

A informação é um termo polissêmico tratado por diferentes áreas do conhecimento. No âmbito da Ciência da Informação, de acordo com Rayward (1996), a tarefa de definir o que é informação é difícil, pois o conceito pode se referir a produtos ou serviços, textos ou documentos, conteúdo da comunicação verbal, uma expressão do significado, um fenômeno estatístico da transmissão de sinais, os processos de representação de símbolos e manipulação por máquinas eletrônicas, atividade biofísica do cérebro, estruturas genéticas ou bioquímicas.

Diversos outros autores chamam atenção para o grande número definições para o termo informação. Tendo em vista esta problemática, para os fins desta pesquisa, é de grande utilidade o conceito de Capurro e Hjørland que defendem o uso de um conceito de informação que seja funcional para um grupo de interessados, qual seja:

Informação é qualquer coisa que é de importância na resposta a uma questão. Qualquer coisa pode ser informação. Na prática, contudo, informação deve ser definida em relação às necessidades dos grupos-alvo servidos pelos especialistas em informação, não de modo universal ou individualista, mas, em vez disso, de modo coletivo ou particular. Informação é o que pode responder questões importantes relacionadas às atividades do grupo-alvo. A geração, coleta, organização, interpretação, armazenamento, recuperação, disseminação e transformação da informação devem, portanto, ser baseadas em visões/teorias sobre os problemas, questões e objetivos que a informação deverá satisfazer (CAPURRO; HJØRLAND, 2007, p. 187-188).

Outra definição de informação que se mostra extremamente útil aos objetivos desta pesquisa é aquela de Silva e Ribeiro (2002, p. 37):

[...]Conjunto estruturado de representações mentais codificadas (símbolos significantes) socialmente contextualizadas e passíveis de serem registradas num qualquer suporte material (papel, filme, banda magnética, disco compacto, etc.) e, portanto, comunicadas de forma assíncrona e multidirecionada.

Nesse sentido, apesar de, no Brasil, a Arquivologia ⁸ se vincular institucionalmente à Ciência da Informação, principalmente por meio dos programas de pós-graduação (MARQUES, 2015), e apesar de seus objetos de estudo estarem diretamente relacionados, nota-se que a Arquivística se ocupa de uma tipologia específica de informação, a informação orgânica, ou seja, “Informação elaborada, enviada ou recebida no âmbito [...]” da missão de um organismo conforme definem Rousseau e Couture (1998, p. 64).

Segundo Tanus e Araújo (2012) a abordagem da informação como objeto de estudo da Arquivística, corroborada por autores como Rousseau e Couture (1998) e Silva e Ribeiro (2002), aproxima a disciplina arquivística com a Ciência da Informação.

No entanto, vale ressaltar aqui que a informação orgânica/arquivística é apenas um dos possíveis objetos da Arquivística, uma vez que, a depender dos autores, os arquivos, enquanto conjuntos documentais; os documentos arquivísticos, enquanto unidades documentais; e os arquivos enquanto entidades ou organizações sociais também podem ser considerados o objeto da prática e da pesquisa em Arquivística (BELLOTTO, 2002).

Outra questão que passa pelas relações da Arquivística com a Ciência da Informação é a identificação daquela enquanto área especializada de conhecimento. Há algum tempo, autores em diversos países têm refletido sobre a natureza dos arquivos e da Arquivística, seu grau de cientificidade, trajetória histórica, teoria e epistemologia. Nesse sentido, considera-se necessário abordar algumas discussões a esse respeito, no intuito de esclarecer posições referentes à relação entre Ciência da Informação e Arquivística, e referentes ao lugar da avaliação de documentos no âmbito da disciplina arquivística.

O primeiro aspecto que será tratado sobre a identidade da Arquivística é a divisão da sua trajetória histórica em fases, etapas, períodos ou paradigmas.

Podem ser identificadas muitas classificações para a Arquivística no que se refere a sua história. A título de ilustração, apresentamos dois exemplos trazidos por autores consagrados na Arquivística.

Theo Thomassen (1999) divide os estágios de evolução da disciplina em:

⁸ Apesar de existirem posições diversas na literatura sobre o uso do termo “Arquivologia” ou “Arquivística”, a diferenciação entre os termos não será discutida em maiores detalhes neste trabalho. Será utilizado o termo “Arquivologia” para se referir ao curso de graduação, enquanto o termo “Arquivística” para a disciplina científica, tendo em vista a predominância do uso deste termo nos textos internacionais.

Pré-paradigma – Até o final do século XIX, não é considerado um paradigma por não haver consenso sobre os objetos, objetivos e técnicas da Arquivística entre as duas abordagens vigentes à época (administrativa e diplomática);

Paradigma clássico – A partir do final do século XIX, com a publicação do Manual Holandês em 1898. O manual codifica os objetivos e metodologia da área naquele momento.

Paradigma pós-moderno - A partir do final do século XX. O avanço das tecnologias da informação e comunicação “deram origem a novas ideias, que em certo ponto não podiam ser integradas na tradição arquivística existente”.

Para Silva e Ribeiro (2000), a Arquivística passa por três fases:

- Fase sincrética e custodial (séc. XVIII-1898): a Arquivística se constituía como “disciplina auxiliar da História” e tinha o papel de “legitimadora da memória política do Estado-Nação”;

- Fase técnica e custodial (1898-1980): se estabelece um “paradigma documental/patrimonial, custodial, historicista e tecnicamente sincrético”; marcado entre outras, pela sobrevalorização do “sentido empírico de documento e documentação”; conservação documental enquanto patrimônio cultural e memória social do Estado; teoria baseada em práticas de valoração, classificação e ordenação e recuperação de documentos; separação entre Arquivística e Biblioteconomia em razão das características de seu objeto de estudo.

- Decadência da fase técnica e custodial (1980-atualmente): início de um paradigma científico e pós-custodial, no qual o conceito de informação social se sobrepõe ao conceito de documento e os arquivos são analisados enquanto sistemas de informação.

Outra característica relevante da Arquivística enquanto campo de conhecimento é como se classificam as abordagens teóricas ou correntes de pensamento arquivísticas num sentido amplo, ou seja, como se alinham os pensamentos de determinados autores da área, em relação a princípios, objetos e métodos, ou mesmo, sua visão da área em relação a paradigmas científicos mais amplos.

Quanto à classificação de abordagens teóricas/correntes de pensamento Lopes (1997-1998, *apud* MARQUES, 2011, p. 137) considera a existência de três correntes:

a da Arquivologia tradicional, que se preocupa predominantemente com os arquivos históricos e é representada pela França e outros países do continente europeu ocidental; 2) a da records/information management, voltada para os arquivos correntes e representada pelos Estados Unidos; 3) e a da Arquivística Integrada, corrente que se consolidou no Canadá, sobretudo no Quebec. Quanto à tradição arquivística nos países latinos, o autor (1997-1998) aponta a sua fragilidade ou até mesmo a falta de sua configuração;

Tognoli (2010) identifica, ao menos, três diferentes abordagens teóricas arquivísticas com origem no Canadá: a Arquivística Integrada, a Arquivística Funcional ou Pós-Moderna e a Diplomática Arquivística.

Para a presente pesquisa, consideraremos como fases e abordagens aquelas adotadas por Schmidt (2012), representadas no quadro a seguir, adaptado de Schmidt (2012) e Tognoli (2010):

Quadro 1 Fases e abordagens teóricas da Arquivística

Fase:	Abordagem:	Principais Autores:	País(es):	Características:
Arquivística Clássica (1889 – Década de 1940)	Não se aplica	Samuel Muller; Johan Feith; Robert Fruin; Eugenio Casanova; Adolf Brenneke; Hilary Jenkinson	Holanda; Itália; Alemanha; Inglaterra;	- Esforço em consolidar a arquivística como área do conhecimento; - Princípio da Proveniência e da Ordem Original; - Arquivo como fonte histórica; -
Arquivística Moderna (Década de 1940 a década de 1980)	Records e Archives; records management	Schellenberg; Ernest Posner; Philip C. Brooks	Estados Unidos	- Mudança de foco dos documentos permanentes para os documentos correntes; - Foco na avaliação de documentos e na atribuição de valor primário e secundário; - Baseada nos conceitos de record group, Ciclo vital e Gestão de Documentos; - Diferenciação entre records e archives e records manager e archivist
	Sistema de séries (a partir da década de 1960)	Peter Scott; Ian Maclean	Austrália	- Adoção do sistema de séries; - Crítica ao archive group e ao record group;
Arquivologia Contemporânea	Records Continuum	Livia Lacovino; Frank Upward; Xiaomi An; Peter Marchal; Jay Kennedy;	Austrália	- Baseada na abordagem do sistema de séries; - Perspectiva contínua da gestão de documentos sem a

		Cherry Schauder; Sarah Flynn; Adrian Cunnigham; Barbara Reed; Dagmar Parer; Ann Pederson; Sue Mckemmish; Michael Piggot; Chris Hurley		separação de records e archives; - Derivada da existência do mundo digital.
	Pós-Custodial	Armando Malheiro; Fernanda Ribeiro	Portugal	- Informação social como objeto da arquivística; - Dinâmica trans e interdisciplinar;
	Arquivística Integrada	Carol Couture; Jean Yves Rousseau; Jaques Ducharme; Luis Carlos Lopes;	Montreal – Quebec Canadá	- Negação quanto à divisão entre records e archives; - (Re) construção da área e (re) condução; - Gestão da informação devendo subsidiar a gestão de documentos; - Integração dos valores primários e secundários aos documentos
	Arquivística Funcional ou Pós-Moderna	Terry Cook; Hugh Taylor; Tom Nesmith; Laura Millar; David Bearman; Eric Ketelaar; Hans Booms; Verne Harris; Ciaran Trace; Barbara Craig	Canadá Inglês	- Crítica a diplomática arquivística; - Revisita o princípio da proveniência com o discurso do contexto por trás do texto; - Paradigma social dos arquivos; - Influencia do sujeito na produção; - Documento não é considerado imparcial e neutro; - Análise funcional do processo de criação do documento; - Adoção da Macroavaliação; - Pós-modernidade como tendência intelectual;
	Diplmática Arquivística ou Contemporânea	Luciana Durante; Bruno Delmas; Paola Carucci; Robert Henri Bautier; Christopher Brooke;	Canadá Inglês; Itália	- Volta aos clássicos (Jenkinson); - Documento como subproduto de uma atividade; - Valor Probatório; - Gênese e tipologia documental; - Texto por trás do contexto; - Imparcialidade, autenticidade, neutralidade, unicidade e inter-relacionamento; - Redescoberta da Proveniência;

				<ul style="list-style-type: none"> - Diplomática para compreender o processo de produção dos documentos e definir tipos; - Defende o valor probatório; - Reinventa uma disciplina muito ligada à paleografia; - Diferente da diplomática clássica que trabalhava com documentos únicos, antigos e históricos; - Se vale das séries documentais, podendo também ser aplicada nos documentos contemporâneos; - Documento como subproduto; - Influenciados pela inserção dos documentos digitais; - Projeto Interpares
	Estudos sobre Tipologia Documental e Identificação	Vicenta Cortés Alonso; Maria Luiza Conde Villaverde	Espanha	<ul style="list-style-type: none"> - Fixar os tipos documentais mais recorrentemente produzidos e solicitados; - Formação de séries documentais; - Determinar a identidade do documento de arquivo; - Caracterizar os elementos próprios e exclusivos que conferem essa identidade; - Elementos que o individualizam e o distinguem em seu conjunto; - Revelar o vínculo arquivístico

Fonte: adaptado de Schmidt (2012) e Tognoli (2010)

Nota-se a partir do quadro, que a Arquivística passa por diferentes etapas em sua história, mas que este processo não é linear ou homogêneo (abrangendo diferentes formas de pensar a Arquivística às vezes no mesmo espaço territorial e de tempo).

Nesse sentido, Marques (2011, p. 65) ressalta que “o pensamento arquivístico internacional comporta, concomitantemente, aspectos indicadores da sua universalidade e especificidades de países e culturas, caracterizadoras de correntes teóricas”.

Outro tema relevante sobre a epistemologia da área é a discussão sobre o caráter técnico ou científico da Arquivística e sua autonomia em relação a outras áreas do saber.

Não há consenso na literatura sobre a categorização da Arquivística como ciência, disciplina ou técnica, ou mesmo sobre sua autonomia enquanto campo científico. Conforme observa Schmidt (2012), a literatura, a depender dos países e autores, pode considerá-la como ciência, disciplina, disciplina científica, disciplina técnica, disciplina científica da Ciência da Informação, uma das ciências da informação.

Natália Tognoli, Fernanda Ribeiro e Armando Malheiro da Silva são exemplos de autores que consideram a Arquivística uma disciplina subordinada à CI.

Nesse sentido, Ribeiro (2005) ressalta que sob influência do paradigma custodial, no século XX houve avanço das práticas profissionais nos arquivos, mas que tal avanço não se refletiu na afirmação da cientificidade da Arquivística. A autora defende ainda que, a partir do paradigma pós-custodial, a Arquivística deve ser considerada uma disciplina aplicada da Ciência da Informação, uma vez que deve usar dos métodos de investigação das Ciências Sociais para o seu objeto, no caso a informação.

Quanto ao caráter científico da Arquivística, no Brasil, o Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia (CUNHA; CAVALCANTI, 2008), o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (ARQUIVO NACIONAL, 2005), e o Dicionário de Terminologia Arquivística (CAMARGO; BELLOTTO, 1996) definem a Arquivística como uma disciplina. Corroboram essa posição autores como Barros (2014), Santos (2011), Marques (2015), Tognoli (2010), Bellotto (2002) e Schmidt (2012).

A exemplo desses autores, consideraremos a Arquivística uma disciplina científica, abordando-a como um “ramo particular do conhecimento científico”, e não um conjunto de técnicas.

Tal escolha se justifica uma vez que a diferença entre ciência, disciplina e subcampo nem sempre são claras e que, em algumas ocasiões, os autores tendem a considerá-los termos equivalentes. Além disso, tendo em vista a complexidade do tema, o tempo de pesquisa não possibilita comparar mais profundamente conceitos como área de conhecimento, ciência e disciplina científica.

Nesse sentido, por não haver uma distinção sobre disciplina e ciência, serão utilizadas definições de “Arquivística” que utilizem qualquer um dos termos.

Rousseau e Couture (1998, p. 24) definem a Arquivística

[...] como a disciplina que agrupa todos os princípios, normas e técnicas que regem as funções de gestão dos arquivos, tais como a criação, a avaliação, a aquisição, a classificação, a descrição, a comunicação e a conservação.

Cruz Mundet (1996, p.64) defende

[...] la archivística como una ciencia emergente. Es ciencia por cuanto posee un objeto, los archivos en su doble consideración: los fondos documentales y su entorno, posee, además, un método, compuesto por un conjunto de principios teóricos y procedimientos prácticos, cuya evolución constante la perfilan con mayor nitidez día a día. Y un fin: hacer recuperable la información documental para su uso.

Santos (2011 p. 112) considera a “Arquivística”

o campo científico cuja doutrina (princípios, teorias, metodologia e técnicas) se ocupa do estudo dos conjuntos documentais orgânicos, seja em seu aspecto unitário (fundo), seja em seu aspecto decomposto (documentos e informações arquivísticas) e de sua organização intelectual e física, desde o planejamento para sua formação até sua preservação definitiva ou descarte.

Conforme se observa a partir das definições expostas, elementos como objeto, finalidade, teoria, princípios e métodos figuram entre os que caracterizam a Arquivística enquanto área do conhecimento e a individualizam. Tais elementos devem ser analisados para que seja elucidada a posição da avaliação de documentos na disciplina.

Visando facilitar tal análise, utilizaremos categorias que Thomassen (1999) considera como componentes fundamentais da disciplina, ou seja, o objeto (suas entidades fundamentais e suas interações), o objetivo e os métodos e técnicas da Arquivística.

Em relação à finalidade da disciplina, Marques (2011) ressalta que a “recuperação da informação” pode ser considerada um objetivo da Arquivística assim como das demais ciências que tenham a informação como objeto de estudo, como a Ciência da Informação e a Biblioteconomia.

No mesmo sentido, Bellotto (2002, p. 2, grifo nosso) defende que

[...] o objetivo da arquivística, em relação a todos esses objetos, por meio de suas teorias, metodologias e aplicações práticas, é dar acesso à informação. Não à informação em geral, mas à informação arquivística, [...].

No entanto, Schimidt (2012) ressalta, a partir de pesquisa liderada por Carol Couture, no Canadá, não ser clara a noção de “finalidade da arquivística” para os pesquisadores daquele país, uma vez esta definição poderia variar entre “[...] “conservação da memória”, “acesso à informação” e “eficácia administrativa””.

A ciência também busca entender certos aspectos da natureza e da sociedade com objetivos mais imediatos, carregados de sentido. No caso das ciências sociais, resolver problemas decorrentes das interações humanas. No caso da Arquivística, prover acesso às informações contidas nos arquivos.

Para a presente pesquisa, consideraremos como objeto da Arquivística os conjuntos documentais arquivísticos.

Em relação aos métodos da Arquivística, devemos estabelecer inicialmente o que vem a ser os métodos de uma disciplina. Para Japiassu e Marcondes (2001), o método se constitui no “conjunto de procedimentos racionais, baseados em regras que visam atingir um objetivo determinado. Por exemplo, na ciência, o estabelecimento e a demonstração de uma verdade científica”.

No caso do método arquivístico, ele é considerado “um conjunto de ideias de como tratar o material de arquivos” (DURANTI, 1994, p. 330, tradução nossa) ou seja, junto dos modelos e técnicas da área, o método tem o objetivo de “investigar questões arquivísticas e gerenciar os processos documentais” (DURANTI; FRANKS, 2015, p. 67, tradução nossa).

A autora esclarece ainda que o método arquivístico não é sinônimo de “teoria”, “princípio” ou “técnica prática”, mas decorre da “aplicação de princípios desenvolvidos pela teoria arquivística” (DURANTI; FRANKS, 2015, p. 67, tradução nossa).

Thomassen (1999) compartilha da ideia que a metodologia se baseia no emprego dos princípios teóricos da Arquivística, prova disso é que ele declara que a metodologia da Arquivística clássica “consiste da aplicação do princípio da proveniência e do princípio da ordem original.”

Nesta mesma linha, Santos (2011), nas definições operacionais de sua tese de doutorado, considera a expressão “metodologia arquivística” um “sistema de métodos”. Portanto, em sua visão, a Arquivística possui uma metodologia própria composta por um conjunto de métodos que objetivam “decompor, entender e tratar seu objeto de estudos”.

Em relação à técnica, Schmidt (2012) a caracteriza como instrumento intelectual ou físico que resulta da reflexão e organização de uma atividade prática. A autora ressalta que não considera esse tipo de conhecimento como conhecimento científico.

Nesse sentido, Cruz Mundet (2011) defende que a Arquivística possui dois campos de atuação, um campo teórico, que abrange a história, objeto e metodologia;

e um campo prático, que abrange as técnicas e procedimentos utilizados pelos profissionais nos arquivos, sendo que os dois campos se “alimentam” mutuamente.

Nota-se, portanto, que a técnica se relaciona diretamente à prática, algo de menor complexidade, uma solução empírica e imediata de situação específica.

Antes de analisar se a avaliação de documentos se insere numa dimensão teórica, metodológica ou técnica, devemos ressaltar que, sob uma outra perspectiva, a avaliação de documentos também é classificada, por Rousseau e Couture (1998, p. 265) como uma das funções arquivísticas.

Nessa obra, os autores não apresentam uma definição formal da expressão “funções arquivísticas” mas defendem que elas devem estar relacionadas ao “conjunto dos princípios, dos métodos e das operações que se aplicam à organização e ao tratamento dos arquivos, independentemente da idade destes” e citam cada uma delas, quais sejam, “criação, avaliação, aquisição, conservação, classificação, descrição e difusão dos arquivos” (ROUSSEAU; COUTURE 1998, p. 265).

Couture (2015) afirma que as funções arquivísticas se baseiam nas intervenções profissionais do arquivista ao longo do ciclo vital dos documentos de arquivo, ou seja, uma divisão do conhecimento arquivístico que se fundamenta em intervenções na realidade reconhecidamente concernentes à disciplina e à profissão arquivística. O autor defende ainda que “se os princípios e fundamentos teóricos fornecem coluna vertebral à Arquivística, as funções constituem sua musculatura.”

Dentre os autores nacionais que situam as funções arquivísticas no âmbito da disciplina arquivística, Schmidt (2012, p. 22) considera “Função Arquivística as atividades práticas e de cerne instrumental, regidas por teorias e metodologias, que devem ser realizadas para alcançar os objetivos e os fundamentos da disciplina”. Em nossa concepção, a autora equipara as funções arquivísticas a um conjunto de técnicas.

Entretanto autores como Santos (2011, p. 57) e Marques (2015) correlacionam as funções arquivísticas à metodologia arquivística.

No mesmo sentido, Silva e Ribeiro (2000) acreditam que a avaliação se encontra no “pólo técnico” do método quadripolar, que apesar da denominação “pólo técnico”, refere-se ao julgamento da capacidade de funcionamento do “dispositivo metodológico”.

Nota-se, portanto, que não existe consenso sobre a distinção entre métodos, técnicas e funções arquivísticas.

Consideramos que a avaliação não pode ser concebida como técnica em razão de sua complexidade, que se reflete na extensa produção acadêmica sobre o assunto e na diversidade de posições sobre tal. Consideramos ainda que a avaliação abrange uma gama de procedimentos técnicos (que poderiam ser considerados técnicas) como a elaboração de tabelas de temporalidade, a seleção de documentos, descarte de documentos que não se confundem com as bases teóricas que lhe dão sustento.

Poderemos nos referir à avaliação, ao longo do estudo, como “função arquivística” ou como um “ramo da Arquivística”. No entanto, o seu enquadramento como método arquivístico será discutido detalhadamente na próxima seção.

Duranti e Michetti (2012, p. 2, tradução nossa) apontam para a importância da pesquisa na Arquivística, a despeito do nível da atividade envolvida, afirmando que

nós consideramos a pesquisa como a base de cada e de toda atividade arquivística inserida em cada função, mesmo as rotinas, como elas permeiam e guiam todas elas. Sejam elas teóricas ou empíricas, pesquisa é um componente integral do trabalho arquivístico.

Nesse sentido, independentemente da categoria a ser utilizada, é consenso entre os autores que as funções/métodos/técnicas devem figurar entre os objetos de pesquisa da Arquivística.

2.2. Teoria e metodologia da avaliação de documentos de arquivo

Alguns autores como Fredriksson (2003), Cook (2004, 2005) e Craig (2004) entendem que a avaliação de documentos de arquivo possui em seu núcleo aspectos teóricos e metodológicos.

Nesse sentido, para um maior esclarecimento sobre a organização interna das ideias sobre avaliação e sua relação com a Arquivística, recorreremos a Fredriksson (2003). O autor identifica, na Arquivística, duas divisões: a Arquivística empírica, que trata do entendimento e explicação da realidade dos arquivos, e a Arquivística normativa, que “desenvolve normas para rotinas e meios de lidar com documentos de arquivo da maneira mais eficiente e racional” (FREDRIKSSON, 2003, p. 179, tradução nossa) ou seja, os dois ramos lidam respectivamente com: o que são e como funcionam; e como deveriam funcionar idealmente os arquivos.

O autor pondera ainda que verticalmente, a Arquivística normativa pode se dividir em teoria e metodologia. Autores como Eastwood (2016), Duranti (1994), Bellotto (2002) e Marques (2015) corroboram essa posição.

Dentro desta concepção, a teoria trata do “conjunto de ideias sobre o que o material arquivístico é” (DURANTI, 1994, p. 330, tradução nossa), ou seja, “os fundamentos sobre o objeto da arquivística [...]” (Eastwood, 2016, p. 21).

No entanto, Fredriksson (2003), sob uma perspectiva mais horizontal, e tendo em vista que a prática influencia a teoria e a metodologia, defende que a Arquivística normativa se subdivide em seis ramos principais, quais sejam, teoria arquivística (propriamente dita), criação de documentos, avaliação, arranjo e descrição, preservação e acesso aos documentos. Afirma ainda que existe uma “teoria arquivística geral para todo o campo da pesquisa normativa” (Fredriksson, 2003, p. 180, tradução nossa) e que existem teorias específicas para cada um dos seis ramos citados sendo que estas teorias servem “como base para a metodologia aplicável a cada ramo”.

Nesse sentido, a avaliação possui uma espécie de teoria própria “ou mais corretamente, uma filosofia da avaliação” (CRAIG, 2004, p. 83 tradução nossa) que se ocupa dos fatores históricos, filosóficos ou operacionais que influenciam ou fundamentam a determinação do caráter permanente ou transitório dos documentos de arquivo, ou seja, as ideias que fornecem as bases para a definição de “valor, significância ou importância nos documentos” (CRAIG, 2004, p. 83), não se confundindo com a teoria geral arquivística.

Cook (2004, p. 7, tradução nossa) trata deste tema defendendo que

A teoria da avaliação não tem relação direta com a teoria arquivística: de fato, elas podem ser opostas. Teoria da avaliação lida com o valor dos documentos para memória da sociedade e das instituições; teoria arquivística lida com a características dos documentos como evidência fidedigna.

Nesta dissertação, compreende-se teoria de avaliação como as ideias gerais que dão base à definição dos prazos de guarda e aquelas que influenciam ou fundamentam a decisão quanto à guarda permanente ou eliminação dos documentos.

Quanto à metodologia de avaliação, Craig (2004, p. 162, tradução nossa) a define como uma “abordagem sistemática para conduzir cada projeto de avaliação individual de maior porte”.

No presente trabalho, serão utilizados os termos método ou metodologia de avaliação para designar o conjunto de procedimentos pelos quais se determina o caráter permanente ou transitório dos documentos de arquivo assim como seus prazos de guarda.

Ressalta-se que uma expressão utilizada com alguma frequência nos textos sobre avaliação é estratégia de avaliação, definida por Craig (2004, p. 162, tradução nossa) como

um plano amplo que aborda todos os produtores de documentos de arquivo no âmbito da jurisdição da instituição arquivística de acordo com o estabelecido pelo mandato e refinado pelas políticas e avaliação e aquisição, para conduzir a avaliação de modo sistemático para isolar os documentos de “valor” de conforme articulado pela teoria de avaliação escolhida.

A autora cita como exemplos de estratégias de avaliação a Macroavaliação e Estratégia de Documentação.

Nesse sentido a estratégia de avaliação poderia ser considerada um plano estratégico para execução da metodologia de avaliação de maneira integrada num conjunto de instituições.

2.3. Origem e trajetória da avaliação de documentos de arquivo

Segundo Duranti (1994), Couture (2005) e Kolsrud (1992) os principais países a contribuírem com a teoria relacionada à avaliação arquivística foram Alemanha, Inglaterra, Estados Unidos e Canadá. Nesta seção, será traçada uma trajetória cronológica com as principais concepções sobre avaliação de autores desses países.

Complementando os textos acadêmicos, abordaremos também alguns marcos das práticas de avaliação nesses países, tendo em vista a dificuldade em diferenciar as produções teóricas das produções técnicas no campo da Arquivística.

As decisões sobre a eliminação ou manutenção permanente de documentos de arquivo na esfera governamental podem ser observadas a partir de meados século XIX. A Alemanha foi um dos primeiros países a tratar da questão, sendo que, em 1833, os ministérios alemães já possuíam suas “tabelas de temporalidade” (KOLSRUD, 1992).

Ressalta-se que a tradição alemã sempre priorizou a preservação em relação à destruição dos documentos (COUTURE, 2005). Ilustra essa preocupação, um decreto de 1858 que definia que as autoridades arquivísticas fossem notificadas sobre quais papéis uma administração selecionaria para destruição (KOLSRUD, 1992).

A Inglaterra na mesma época também regulamentou a destinação de seus documentos e, em 1877, expediu o “Public Record Office Act”, uma norma que permitia descartar os documentos públicos anteriores ao ano de 1715.

Do ponto de vista das produções teóricas que abordaram a avaliação de documentos, uma das primeiras a se destacar foi a obra “*A Manual of Archive Administration*” publicada em 1922 pelo inglês Hilary Jenkinson (JENKINSON, 1922).

Em seu Manual, o autor afirma que a destruição de documentos não fazia parte das funções do arquivista, ou seja, o arquivista não era parte legítima para decidir sobre a seleção e destinação de documentos, e que a destruição só poderia ser praticada com segurança absoluta no caso de cópias idênticas.

Karl Otto Müller também influenciou o pensamento sobre avaliação de documentos de arquivo. Contrapondo-se a Jenkinson, em 1927, Müller declarou ser, a avaliação uma questão crucial aos arquivos (ou à prática arquivística) (KOLSRUD, 1992). Müller também propôs diretrizes para a avaliação de documentos, dentre as quais, ganharam destaque: a atribuição de valor aos documentos de acordo com o nível administrativo⁹ e cooperação mais próxima entre arquivistas e os produtores dos documentos.

Ainda na Alemanha, destacam-se as ideias sobre avaliação de Heinrich Otto Meisner. Conforme Couture (2005), em 1937, na Conferência Anual de Arquivistas Alemães, Meisner defendeu a atualização do Inventário de 1927¹⁰ a cada cinco anos. Ressaltou também, três características básicas dos documentos a serem analisadas na avaliação arquivística: sua idade, seus conteúdos e a posição hierárquica dos seus criadores.

Em 1940, o norte-americano Phillip Coolidge Brooks publicou um texto dedicado exclusivamente à avaliação e seleção de documentos, “*The selection of records for preservation*” (BROOKS, 1940). No artigo, o autor lança conceitos como valor permanente, critérios de valor, processo de seleção, entre outros.

G. Philip Bauer, em 1946, deu sequência ao trabalho de Brooks, atrelando a questão do custo financeiro à possibilidade de preservação dos documentos de valor permanente. Bauer também classificou os tipos e os critérios de determinação de uso dos arquivos (TRACE, 2016).

⁹ Assim como para os arquivos modernos, os corpos administrativos intermediários e centrais criariam os documentos mais valiosos, enquanto os locais teriam menos interesse (KOLSRUD, 1992, tradução nossa).

¹⁰ Segundo Kolsrud (1992, p. 31, tradução nossa), este decreto definiu que as autoridades arquivísticas da Prússia deveriam realizar uma revisão sistemática de todos os documentos dos ministérios prussianos e selecionar o que fosse considerado de valor permanente.

Na década de 1950, ganha evidência as contribuições de Theodore Roosevelt Schellenberg. O arquivista norte-americano, por meio do seu livro “Modern Archives. Principles and Techniques” e do seu artigo “*The Appraisal of Modern Records*”, inaugura alguns dos conceitos mais aceitos no domínio da avaliação de documentos até a atualidade: os valores primário e secundário.

O autor definiu que o valor primário constituiria-se nos valores fiscais, legais e administrativos (com foco no uso pelo produtor dos documentos) enquanto o valor secundário trataria dos valores probatórios e informativo (com foco no uso por outras pessoas que não as criadoras dos documentos, servindo à pesquisa histórica e científica).

Ressalta-se que Brooks, Bauer e Schellenberg eram todos funcionários do governo dos Estados Unidos e que suas teorias e pontos de vista estavam, pelo menos em parte, comprometidos com a busca de solução para o acúmulo da enorme massa de documentos públicos produzidos e recebidos pelas instituições norte-americanas, especialmente após a Segunda Grande Guerra.

Uma nova abordagem sobre a avaliação de documentos teve início a partir de 1958. O alemão Fritz W. Zimmerman argumentava que o valor do documento deveria basear-se no seu conteúdo (não em sua origem) e na sua demanda de uso, ou seja, sua “demanda de mercado”, conforme Kolsrud (1992, p. 32).

Em 1965, Arthur Zechel, publicou dois artigos que confrontavam as ideias de Zimmerman. Zechel defendia a Arquivística como uma disciplina autônoma e para tanto, levantou diversos questionamentos sobre a separação das funções do arquivista e do historiador.

A partir da década de 1970, um dos teóricos mais conhecidos na avaliação de documentos tem o seu trabalho reconhecido. O alemão Hans Booms publica em 1972 um artigo chamado “*Gesellschaftsformen und Überlieferungsbildung Zur Problematik Archivalischer Quellenbewerteng*” mais tarde traduzido para inglês e publicado no periódico *Archivaria* sob o título “*Society and the Formation of a Documentary Heritage: Issues in the Appraisal of Archival Sources*”.

Pode-se dizer que a maior contribuição e/ou inovação de Booms foi a mudança de perspectiva sobre os elementos que definiam o valor dos documentos. Para o autor, os documentos deveriam ser avaliados segundo critérios contemporâneos a sua criação e estes critérios deveriam refletir demandas de todos os setores da

sociedade, com um máximo de informações em um mínimo de documentos (COUTURE, 2005).

Na mesma década, destaca-se o trabalho da Sociedade dos Arquivistas Americanos - SAA, que publicou uma série de Manuais relativos às diferentes funções arquivísticas. No que se refere à avaliação de documentos, Maynard J. Brichford foi o responsável pela obra “*Archives and Manuscripts: Appraisal and Acessioning*”.

Conforme Trace (2016, p. 83),

“as ideias de Brichford a respeito da avaliação seguiam um método taxonômico que delineava as principais áreas de interesse na tomada de decisões da avaliação: características dos documentos em si (o que incluía a idade, o volume, a forma, assim como características informacionais, probatórias e funcionais), sua utilidade administrativa (valores administrativo, fiscal e legal) e seu valor para a pesquisa (exclusividade, credibilidade, alcance temporal, frequência, qualidade de uso, entre outros)”.

Outro autor de importância para a teoria arquivística, em especial para a teoria de avaliação, foi F. Gerald Ham. Assim como Hans Booms, Gerald Ham acreditava que era papel do arquivista documentar de maneira apropriada a cultura, ou seja, garantir a representação dos diversos componentes da sociedade por meio da avaliação. O autor também deu ênfase à relação entre arquivos permanentes e gestão de documentos especialmente nas suas funções de seleção e aquisição.

Dentre os autores dos Estados Unidos que exploraram o tema da avaliação, na década de 1980, ressalta-se a abordagem de Helen Samuels. Conhecida como *Documentation Strategy*, esta abordagem tinha como principais diretrizes, a colaboração entre arquivistas, produtores e outros interessados na documentação; e ressaltava a análise detalhada das funções das instituições para a atribuição de valor aos documentos. Na mesma década, merece nota a proposta de David Bearman¹¹.

No ano de 1991, Frank Boles e Julia Marks Young publicam um importante estudo para a avaliação arquivística intitulado *Archival Appraisal*. Os critérios de avaliação propostos pelos autores dividiam-se em três áreas: os referentes ao valor informacional, os referentes aos custos de preservação e os referentes às consequências das decisões de avaliação (COUTURE, 2005).

Ainda nos anos 90, destacam-se os modelos de avaliação propostos por autores canadenses. Três nomes são amplamente reconhecidos dentre os teóricos da Arquivística e da avaliação. São eles Terry Eastwood, Terry Cook e Carol Couture.

¹¹ Sua abordagem baseava-se nas técnicas de gerenciamento de risco.

Eastwood assim como outros autores, dá ênfase à importância do uso imediato dos documentos como critério para sua avaliação, uma vez que o uso é a própria expressão de valor da sociedade (EASTWOOD, 1993).

Conforme Couture (2005, p. 98), “Terry Cook promoveu uma abordagem revolucionária para a avaliação” denominada Macroavaliação¹². A abordagem tinha como núcleo que “os valores sociais deveriam ser situados no cerne da avaliação e que tais valores poderiam ser mais bem compreendidos por meio de uma análise estrutural funcional da interação entre o Estado e os cidadãos” (TRACE, 2016, p. 88).

Carol Couture (2005, p. 100, tradução nossa) segue uma outra corrente de pensa, alinhada a uma tendência própria à Québec “que insiste no papel essencial de uma tabela de temporalidade, necessariamente atrelada a uma análise de necessidades”¹³.

Na mesma época Luciana Duranti, uma das precursoras da Diplomática Contemporânea, publicou artigos relacionados à avaliação que tiveram influência entre os pesquisadores da área.

Além dos estudos relacionados a uma teoria mais geral da avaliação de documentos, Luciana Duranti, a partir de 1998, começa a dirigir o projeto InterPARES (*International Research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems*) que visa desenvolver o conhecimento teórico e metodológico necessário à preservação permanente de documentos autênticos gerados e/ou mantidos eletronicamente.

O projeto contribuiu e continua contribuindo para a área da avaliação de documentos digitais, por meio da proposição de conceitos, princípios, metodologias e instrumentos específicos.

Existem ainda outros autores como Richard J. Cox, Barbara Craig, Angelika Menne-Haritz, Botho Brachman com produção relevante no tema, citados ao longo da pesquisa.

2.4. Motivo e finalidade da avaliação de documentos

A seleção e eliminação de documentos enquanto prática nos arquivos remonta ao século XIX. No entanto a reflexão teórica sobre o tema ganha força no século XX.

¹² A Macroavaliação é o modelo de avaliação oficialmente adotado pelo governo canadense.

¹³ Instrumento específico que permite analisar a situação do arquivo visando planejar atividades da gestão de documentos

Com o aumento expressivo da produção de documentos resultante da expansão da burocracia e dos serviços públicos, na primeira metade do século XX e com o início de duas Guerras Mundiais, os teóricos da área se preocuparam em elaborar métodos para racionalizar a entrada (por meio da seleção/avaliação) de documentos nos arquivos históricos. Tal preocupação partia da premissa de que o grande volume de documentos se tornara uma ameaça à pesquisa acadêmica (KOLSRUD, 1992).

Além disso, os problemas de espaço para acomodar a totalidade dos documentos se tornava mais aguda e demandava soluções imediatas dos profissionais envolvidos.

Jardim (1995, p. 6) sintetiza esses fatores argumentando que

a quantidade e a variedade de suportes e formatos documentais, de um lado, e a escassez de recursos arquivísticos, de outro, implicam que os documentos produzidos e acumulados por uma organização devam inevitavelmente passar por um processo de avaliação.

Jenkinson, ainda que não considerasse a seleção de documentos uma função do arquivista, mas sim dos produtores dos documentos, reconhece a seriedade da questão do aumento no volume de documentos produzidos e a necessidade de avaliá-los. O autor chama a atenção para o fato que

Há um perigo real que o historiador do futuro, para não mencionar o arquivista, possa estar enterrado sob a massa de manuscritos de suas autoridades; ou alternativamente que para lidar com as acumulações, poderiam ser tomadas medidas que nenhum arquivista poderia aprovar (JENKINSON, 1922, p. 138, tradução nossa).

Schellenberg (2005, p. 179) também aponta razões para a necessidade de avaliar e, por conseguinte, reduzir a quantidade de documentos modernos. O autor argumenta que

O governo não pode conservar todos os documentos produzidos em consequência de suas múltiplas atividades. Torna-se impossível prover espaço para armazená-los, bem como pessoal para cuidar dos mesmos. O custo da manutenção de tais papéis vai além das posses da mais rica nação. Ao mesmo tempo, não se pode considerar que os pesquisadores estejam devidamente servidos pela simples manutenção de todos os documentos. Os especialistas se desorientam ante a enorme quantidade de papéis oficiais modernos. Os documentos devem ser reduzidos em quantidades para que sejam úteis à pesquisa erudita.

Nessa linha, Boles *apud* Santos (2005 p. 44) também reconhece que a avaliação parte da premissa que são arquivadas mais informações do que a sociedade realmente necessita e que os recursos empregados para uma possível

preservação de todas as informações são inadequados, uma vez que são escassos e caros.

Menne-Haritz (1994, p. 529) ressalta que a avaliação teve início quando os arquivistas em diversos países se encontraram sob grande pressão por terem que tratar enormes quantidades de documentos, notadamente no período das Guerras Mundiais. No entanto, a mesma autora observa que, a partir das experiências com documentos eletrônicos,

nós vemos claramente que não é quantidade, espaço ou custo que criam a demanda urgente por avaliação. É a necessidade de reduzir a redundância. Reduzindo a redundância, nós podemos fazer acessíveis e interpretáveis, para propósitos arquivísticos e de pesquisa, as ferramentas de trabalho intelectual das organizações. Isto significa que o objetivo da avaliação arquivística, para ambos, material tradicional e documentos eletrônicos, deve ser fazer arquivos eloquentes e facilitar a pesquisa (MENNE-HARITZ, 1994, p. 530, tradução nossa).

Ainda em relação ao propósito da avaliação de documentos, Craig (2004, p. 51, tradução nossa) afirma que “a meta da avaliação é enfatizar ou isolar a pequena porção [de documentos] que deve ser adquirida¹⁴ como a melhor evidência para uma visão particular ou visões do passado, antecipando usos e necessidades”.

Silva e Ribeiro (2002) ressaltam que a avaliação não tem somente a finalidade de eliminar alguns documentos para otimizar a preservação de outros ou de descartar por razões de racionalização de recursos. Mas que a avaliação tem a função de identificar dados sobre o sistema arquivístico (documentos, contexto de criação e os próprios métodos arquivísticos) para aperfeiçoá-lo.

Nota-se, portanto, que a avaliação de documentos é um fenômeno contemporâneo, uma intervenção gestada dentro das administrações, como resposta a um momento de crescimento da produção documental em instituições públicas e privadas. Posteriormente constitui-se como função arquivística, uma vez que profissionais, acadêmicos e instituições da área se ocuparam de pensar e realizar tal atividade.

De acordo com a literatura, essa prática surge inicialmente como forma de solucionar a indisponibilidade de espaço físico para acomodar tamanho volume de documentos e os custos decorrentes dessa acumulação. Porém, conforme afirmam Schellenberg (2005) e Menne-Haritz (1994), pode se concluir que a dificuldade nas buscas em um grande volume de informações também justificaria a avaliação.

¹⁴ O verbo adquirir nesta frase diz respeito à função arquivística aquisição

Consideramos que o objetivo da avaliação é primeiramente racionalizar os recursos, sejam eles financeiros, materiais, humanos ou de espaço físico, utilizados na preservação dos documentos de arquivo. Tal objetivo se alinha aos pressupostos de racionalização administrativa trazidos pela gestão de documentos na década de 1940.

A questão da racionalização ainda é atual. Prova disso é que mesmo no caso da avaliação de documentos digitais, situação na qual, em tese, o problema do espaço físico não existe ou é minimizado, os autores continuam a discutir sobre a avaliação como método de racionalizar os custos de preservação destes tipos de documentos. São exemplos desses custos, a manutenção de hardwares e softwares específicos, monitoramento dos documentos avaliados, possíveis migrações de mídia, eliminações, transferências e pessoal capacitado para todas essas atividades além do impacto do grande número de dados na performance de sistemas informatizados.

Em última instância, o objetivo da avaliação é otimizar a recuperação ou acesso a informações orgânicas consideradas relevantes ou úteis para determinados fins (gerenciais, sociais, científicos, históricos) segundo critérios previamente definidos, por meio da eliminação de conjuntos documentais considerados inúteis ou irrelevantes e preservação daqueles considerados úteis para aquelas mesmas finalidades. Tal objetivo coaduna-se com os objetivos da própria Arquivística, ou seja, facilitar o acesso às informações orgânicas.

2.5. Aspectos conceituais e terminológicos da avaliação de documentos

Para a melhor delimitação do nosso objeto de estudo e adoção de uma definição operacional de “avaliação” a ser utilizada ao longo do trabalho, inicialmente iremos expor e analisar as definições e descrições (em português e em outros idiomas) do termo “avaliação” apresentadas pelos autores da Arquivística, e num segundo momento aquelas apresentadas pelos glossários e dicionários de terminologia da área.

Segundo o Dicionário Michaelis (2017, meio eletrônico) a avaliação pode ser considerada como a “apreciação, cômputo ou estimação da qualidade de algo ou da competência de alguém” enquanto o verbo avaliar diz respeito ato de “calcular ou determinar o valor, o preço ou o merecimento de”. O Dicionário Cambridge (2017,

meio eletrônico) define o termo *appraisal* como “*the act of examining someone or something in order to judge their qualities, success, or needs*”.

Apesar não constar nas definições apresentadas, o critério é um elemento relevante para a noção de avaliação, tanto é que o próprio Dicionário Michaelis (2017, meio eletrônico) o define como “padrão que serve de base para avaliação, comparação e decisão.”

Portanto, a avaliação, num sentido geral, supõe a análise de um objeto segundo critérios determinados e a posterior atribuição de valores (importância, utilidade, merecimento, valor monetário, etc).

Em relação ao critério, entende-se que ele pode se referir a uma norma ou regra que fundamente a atribuição de valor. Por exemplo, para que a durabilidade de um determinado produto seja avaliada, é necessário que a análise leve em conta determinadas regras, como a relação entre a vida útil do produto e o nível de durabilidade (vida útil > determinado período => produto de longa durabilidade) ou (vida útil < determinado período => produto de curta durabilidade).

No âmbito da Arquivística, o conceito de avaliação ou avaliação de documentos de arquivo, é representado por diferentes termos, a depender da época, dos idiomas e das tradições arquivísticas dos países que tratam deste assunto.

Nos países de língua inglesa, as expressões “*evaluation*” e “*selection*” em alguns casos podem designar a avaliação. No entanto, na maior parte dos estudos publicados, o termo “*appraisal*” e suas variantes como “*archival appraisal*” ou “*records appraisal*” desempenham esse papel.

Segundo o *Glosario InterPARES de Preservación Digital: Parte InterPARES 3*, na Espanha, México, América Central, Colômbia e Peru, o termo equivalente à avaliação, é a “*valoración*”, enquanto na Argentina e Uruguai, o termo utilizado é “*evaluación*” (INTERPARES, 2012).

Dentre os autores que se dedicaram ao estudo da avaliação de documentos, nem todos elaboraram uma definição para esta função arquivística, considerando-se aqui definição como “delimitação ou fixação do conteúdo de um conceito” (DAHLBERG, 1978, p. 106) ou mesmo, tentaram descrever de maneira sintética a avaliação.

Jenkinson (1922), por exemplo, não utilizava o termo “*appraisal*” ou “*evaluation*” para se referir à avaliação. Ao tratar do assunto o autor enfatizou os termos seleção “*selection*” e destruição “*destruction*” como se a regra fosse a preservação dos

documentos e a seleção servisse apenas para o descarte de documentos excedentes. No entanto, o autor não propõe uma definição para a seleção.

Brichford descreve o que ele consideraria relevante para a avaliação, apesar de não formalizar uma definição. O autor afirma que

avaliação de documentos é melhor considerada como um processo que requer preparação extensiva das pessoas envolvidas, uma análise minuciosa da origem e características das séries documentais, um conhecimento de técnicas para a segregação e seleção de documentos, uma consciência do desenvolvimento de métodos de pesquisa e necessidades e uma consideração sequencial dos valores administrativo, de pesquisa e arquivístico¹⁵ (BRICHFORD, 1977, p. 2, tradução nossa).

Rhoads (1989, p. 27, tradução nossa) considera que a avaliação é o processo que visa identificar e selecionar os documentos que deverão compor os arquivos permanentes. Numa descrição do que se constituiria a avaliação, o autor afirma que ela

[...] envolve a análise da totalidade de um conjunto de documentos dentre os quais devem ser selecionados os documentos permanentes, resultando em um julgamento que certos documentos (geralmente séries completas ou segmentos maiores de um arquivo) tem valor suficiente para justificar o considerável e contínuo custo financeiro de armazená-los e preservá-los.

Cook (2005, p. 102, tradução nossa) afirma que “avaliação é a teoria e metodologia para determinar o valor dos documentos – quais documentos devem ser mantidos e quais devem ser destruídos, e por quê.”

Couture (2005, p. 83, tradução nossa) aborda a avaliação como

o ato de julgar os valores primários e secundários de documentos e estabelecer o período no qual eles retêm este valor, em um contexto que respeite as relações essenciais entre uma dada instituição (ou pessoa) e os documentos que eles criaram no curso de suas atividades.”

Craig (2004, p. 129, tradução nossa) assinala que

enquanto avaliação [num sentido amplo] implica na valoração de algo, a marca distintiva da avaliação arquivística é a valoração de documentos e informação a serviço da construção da história e da perspectiva da prestação de contas institucional, valor social ou bem público.

Nota-se que apesar de os autores da área discutirem diversos aspectos sobre a avaliação de documentos, apenas uma pequena parte desses pesquisadores se preocupou em elaborar definições para a avaliação de documentos de arquivo. Nesse

¹⁵ Segundo o próprio autor, o valor arquivístico nesse caso refere-se ao custo-benefício da possibilidade de futuros usos para determinadas séries frente ao seus custos de processamento, preservação e armazenamento.

sentido, é oportuno trazer as definições dos glossários e dicionários de terminologia arquivística para que possam ser comparados.

Esses instrumentos, a depender da tradição arquivística de cada país, podem ser prescritivos, ou seja, possuírem o objetivo de normalizar os termos da área, ou, a exemplo da publicação “*A Glossary of Archival and Records Terminology*”, ser descritivos, de modo que “[...]suas definições [não] sejam baseadas num ideal, modelo teórico, mas como as palavras são usadas na literatura” (PEARCE-MOSES, 2005, p. xiv, tradução nossa).

Independente de serem prescritivos ou descritivos, os glossários têm uma função relevante na comunicação científica uma vez que facilitam a troca de informações de áreas especializadas entre diferentes países (KRIEGER, 2006).

Bellotto (2007, p. 49) ressalta a importância da terminologia e afirma que seu emprego consegue “facilitar o entendimento entre os profissionais; aumentar a qualidade técnica dos trabalhos nas respectivas áreas e constituir-se instrumental útil para a formação e treinamento”.

Desse modo, expomos a seguir as definições selecionadas para análise:

O *International Council Of Archives* (ICA) (2016, meio eletrônico, tradução nossa) considera a avaliação, *appraisal* como

“Uma função arquivística/de gestão de documentos básica de determinar o valor e então a destinação de documentos baseados nos seu uso administrativo, legal e fiscal; seus valores evidencial e informativo; seu arranjo e condição; e suas relações a outros documentos.”

A *Society of American Archivists* (SAA) (PEARCE-MOSES, 2005, p. 22, tradução nossa) fornece duas definições adequadas de *appraisal* para os objetivos do presente estudo, quais sejam:

1. O processo de identificar materiais oferecidos a um arquivo permanente que possuam valor suficiente para serem “recolhidos”. ~2. O processo de determinar a duração de tempo que os documentos devem ser preservados, baseado em determinações legais e no seu uso corrente e potencial.

O termo pode ser considerado ainda, de acordo com o projeto Interpares “o processo de avaliar o valor dos documentos para o propósito de determinar o período e condições de sua preservação” (INTERPARES 3, 2017, meio eletrônico).

No Brasil, o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística publicado pelo Arquivo Nacional define avaliação como “processo de análise de documentos arquivo

que estabelece os prazos de guarda e a destinação, de acordo com os valores que lhes são atribuídos.” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 41).

No Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia, uma das definições para a o termo avaliação é

Análise de um conjunto de documentos de arquivo, com a finalidade selecionar os que devem ser separados para conservação daqueles destinados à eliminação. O processo de avaliação se fundamenta nos seguintes aspectos relativos ao documento analisado: a) uso administrativo corrente e para fins legais; b) valor informativo para pesquisa; c) relacionamento com outros documentos (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 40-41).

Para Camargo e Bellotto (1996, 40 p. 11), trata-se do “processo de análise de arquivos, visando a estabelecer sua destinação de acordo com os valores que lhes forem atribuídos”.

Segundo o *Glosario InterPARES de Preservación Digital: Parte InterPARES 3*, o termo “*valoración*” é definido como “*El proceso de determinar el valor de los documentos de archivo con el propósito de establecer su periodo de retención y disposición (destrucción o transferencia), así como los términos y condiciones de su transferencia desde el productor hacia el preservador [Archivos]*” (INTERPARES, 2012, meio eletrônico).

Para o *Diccionario de Terminología Archivística* do Ministerio de Educación, Cultura e Deporte da Espanha (ESPANHA, 2017, meio eletrônico), *valoración* é

fase del tratamiento archivístico que consiste en analizar y determinar los valores primarios y secundarios de las series documentales, fijando los plazos de transferencia, acceso, y conservación o eliminación total o parcial.

Na França, o termo *évaluation* é definido como

fonction archivistique fondamentale préalable à l'élaboration d'un tableau d'archivage visant à déterminer l'utilité administrative, l'intérêt historique et le traitement final des documents. (DIRECTION DES ARCHIVES DE FRANCE, 2002, p. 20)

Duranti e Franks (2015, p. 14, tradução nossa) argumentam que a

avaliação arquivística é um termo amplo que abrange a teoria, justificativas, políticas e procedimentos para identificar, adquirir e selecionar documentos institucionais ou organizacionais e documentos pessoais ou privados em todas as mídias considerados ter valor duradouro e mérito de acordo com os critérios que são articulados e documentados.

Ao analisar os elementos que compõem as definições, nota-se que alguns dos dicionários tendem a abordar a avaliação como um processo, num sentido amplo.

Outros são mais específicos determinando-a como função arquivística/de gestão de documentos, fase do tratamento arquivístico ou como um conjunto de teoria, justificativas, políticas e procedimentos. Ao optar por termos mais específicos, as definições tendem a ressaltar e delimitar a avaliação no âmbito da Arquivística e de uma corrente de pensamento ou tradição específica.

As definições analisadas variam no que se refere ao objeto da avaliação e registram que esta função arquivística ou processo pode consistir na análise de documentos, na determinação dos valores, na determinação da destinação ou determinação dos prazos de guarda, sendo majoritário o posicionamento que a determinação de valor aos documentos seria o principal objeto da avaliação.

Um terceiro componente comum às definições é a finalidade ou consequência da determinação de valor aos documentos, que mais comumente é o estabelecimento dos prazos de guarda e a destinação dos documentos. Ou seja, para maior parte das definições, são atribuídos valores aos documentos para a definição dos conjuntos passíveis de eliminação e daqueles passíveis de preservação. Em alguns casos, o estabelecimento de condições de preservação (prazos de migração de suporte, etc) também é considerado um objetivo da atribuição de valores e da própria avaliação de documentos.

Vale ressaltar aqui a definição trazida por Duranti e Franks (2015), que contempla a avaliação não só em sua dimensão prática mas também teórica.

Após a análise das definições registradas nos dicionários, cumpre-nos abordar o conceito trazido por Bernardes, mesmo que esta publicação não seja um dicionário e sim um manual técnico, uma vez que este traz novos elementos que julgamos relevantes a uma definição para a avaliação. A autora considera a avaliação de documentos o:

Trabalho interdisciplinar que consiste em identificar valores para os documentos (mediato e imediato) e analisar o seu ciclo de vida, com vistas a estabelecer prazos para sua guarda ou eliminação, contribuindo para a racionalização dos arquivos e eficiência administrativa, bem como para a preservação do patrimônio documental (BERNARDES, 1998, p. 14).

Nota-se que o Manual, diferentemente dos dicionários, apresenta além do(s) objeto(s) da avaliação, e da finalidade da valoração dos documentos, elementos que podem ser considerados o próprio objetivo da avaliação, em sentido amplo, que seria “a racionalização dos arquivos e eficiência administrativa” e a “preservação do patrimônio documental”.

Observa-se também que existem termos ou noções comuns a maior parte das definições como, por exemplo, a atribuição de determinados valores aos documentos, a definição de prazos de guarda e a eliminação de documentos destituídos de valor. Neste sentido, para esclarecer tais enunciados, é necessário que sejam discutidos outros conceitos diretamente relacionados à avaliação.

Dois deles, centrais para o entendimento da avaliação, são os conceitos de critério de avaliação, que, neste trabalho, denominaremos “critério para destinação”¹⁶ e o conceito de valor.

Ressalta-se que, ao longo dessa pesquisa, não foi encontrada uma definição de critério relacionada especificamente à avaliação arquivística. No entanto, considera-se que o critério para destinação pode ser uma norma, um enunciado que estabelece a relação entre um conjunto documental que possua determinadas características e a sua necessidade de preservação permanente ou eliminação.

O critério pode ser também um elemento que guie o julgamento quanto a preservação ou eliminação dos documentos, no caso a característica dos documentos. Portanto consideraremos critério tanto enunciados completos como, por exemplo, “documentos únicos devem ser preservados”, assim como termos que denotem um atributo que servirá como base para a decisão sobre sua permanência ou não, como por exemplo “unicidade”.

Outro conceito bastante tratado pelas diversas correntes de pensamento sobre avaliação é o “valor”. Abordado inicialmente por Schellenberg, é uma de suas maiores contribuições à Arquivística. Com base na teoria do valor proposta por Brooks (1940), Schellenberg distinguia o valor dos documentos em:

valores primários, para a própria entidade onde se originam os documentos, e valores secundários, para outras entidades e utilizadores privados. Os documentos nascem do cumprimento dos objetivos para os quais um órgão foi criado - administrativos, fiscais, legais e executivos[...]. Mas os documentos oficiais são preservados em arquivos por apresentarem valores que persistirão por muito tempo ainda depois de cessado seu uso corrente e porque os seus valores serão de interesse para outros que não os utilizadores iniciais” (SCHELLENBERG, 2005, p. 180).

Em outras palavras, o valor primário refere-se à capacidade de uso imediato dos documentos pela pessoa/organização que os produziu tendo em vista finalidades

¹⁶ Entendemos a destinação como “Decisão, com base na avaliação, quanto ao encaminhamento de documentos para guarda permanente, descarte ou eliminação.” (ARQUIVO NACIONAL, 2005). Portanto, os critérios servem para a decisão quanto à possibilidade de guarda permanente ou não dos documentos, mas não servem para outras atividades da avaliação como a definição de prazos de guarda.

administrativas, fiscais e legais (JARDIM, 1995). Nesse sentido, o valor primário se subdivide em valores administrativos, fiscais e legais.

Segundo o Arquivo Nacional (2005), o valor administrativo relaciona-se ao potencial dos documentos para informar, fundamentar ou provar os atos dos seus produtores; o valor fiscal, ao potencial de comprovar de operações financeiras ou fiscais; e o valor legal, ao potencial de comprovar um fato ou constituir um direito perante a lei.

Ainda segundo a perspectiva de Schellenberg, o valor secundário refere-se à capacidade de uso mediato dos documentos pelos produtores ou por outras pessoas/organizações com finalidade diferente das administrativas, fiscais e legais. Alguns tipos de usos que podem ser citados são: para pesquisa científica em geral, com ênfase na pesquisa histórica; com finalidades memoriais e patrimoniais (exposições e mostras) e para o entretenimento. O autor (SCHELLENBERG, 2005) defende que o valor secundário também se subdivide em dois outros valores, o valor probatório¹⁷ e o valor informativo. O valor probatório refere-se à prova que os documentos contêm da organização e do funcionamento do órgão que os produziu, enquanto o valor informativo se refere à informação que os documentos contêm sobre pessoas entidades, coisas, problemas com que o órgão haja tratado.

O valor probatório diz respeito à capacidade dos documentos de comprovarem como as organizações se originam e desenvolvem suas atividades, no decorrer de sua existência. Segundo o autor, os documentos que possuíssem tal valor poderiam fornecer subsídios ao trabalho dos próprios órgãos e de outros pesquisadores.

O valor informativo relaciona-se à capacidade dos documentos em fornecer informações sobre pessoas, coisas, eventos, fenômenos, que possuam relevância social, histórica, científica etc.

Os valores primário e secundário podem adquirir outras denominações a depender dos autores e da tradição arquivística do país. O valor primário pode ser considerado também valor imediato (VÁZQUEZ, 2006, p. 50) e o valor secundário pode ser sinônimo de valor permanente, valor histórico (SCHELLENBERG, 2005; JARDIM, 1995, p. 5), ou valor mediato (VÁZQUEZ, 2006, p. 50).

¹⁷ Em inglês, o termo corresponde à *evidential value*.

O valor, num sentido amplo, pode relacionar-se à utilidade ou importância de algo (CAMBRIDGE, 2017, meio eletrônico). Segundo o dicionário Michaelis (2017, meio eletrônico), “avaliação” é a “Apreciação, cômputo ou estimação da qualidade de algo ou da competência de alguém”. No âmbito da avaliação de documentos, consideraremos que o valor se refere à utilidade ou importância dos conjuntos documentais (sejam eles específicos ou genéricos oriundos de determinadas atividades) para servir a fins determinados¹⁸. O nível de adequação de certos conjuntos documentais ao cumprimento de determinado fim segundo critérios definidos.

Tal utilidade, no sentido de adequação, é “medida” ou “atribuída” pelos profissionais envolvidos na avaliação.

Grande parte dos estudiosos reconhece que os documentos podem ter dois valores distintos, um que fundamenta as decisões de definição de prazos de guarda e outro que fundamenta a destinação¹⁹, dentre estes autores podemos citar Luciana Duranti, Hans Booms, Terry Eastwood, Carol Couture e Terry Cook.

No entanto, os critérios para a definição dos valores talvez seja o tema mais discutido e menos consensual no âmbito da avaliação de documentos. Conforme registrado na introdução deste projeto de pesquisa, existem autores que acreditam que o valor dos documentos pode depender do seu conteúdo; ou da sua capacidade de representarem os diversos segmentos sociais; ou da sua capacidade de refletirem o seu contexto de produção orgânico-funcional.

Diante do exposto e tendo em vista os diferentes elementos e conceitos que compõem as diferentes definições de avaliação, considerá-la como função arquivística é bastante útil para fins de estabelecer uma definição de avaliação.

O conceito de função arquivística permite classificar as diferentes atividades e conhecimentos arquivísticos, com base nas diferentes intervenções profissionais do arquivista ao longo do ciclo de vida dos documentos (Couture, 2015).

¹⁸ A definição de valor utilizada no presente projeto baseia-se principalmente naquela constante do Glossário da SAA, que é “The usefulness, significance, or worth of something to an individual or organization”.

¹⁹ Considerando-se que o valor primário tem como finalidade básica dar base para o estabelecimento de prazos de guarda corrente e intermediário, enquanto que o valor secundário tem como objetivo definir se o documento poderá ser eliminado após a perda do seu valor primário ou se ele deverá ser guardado permanentemente.

Nesse sentido, estamos de acordo com a ideia de que a avaliação de documentos é uma função arquivística, pois é uma fase do tratamento dos documentos de arquivo, executada principalmente por arquivistas e consagrada pela literatura arquivística.

No que se refere às atividades abrangidas pela avaliação, entende-se que tal função é composta pela determinação de valores aos documentos, pela definição de seus prazos de guarda no arquivo e sua conseqüente destinação.

Nesse sentido, ressalta-se que uma definição de “avaliação de documentos” deve levar em conta a questão da atribuição de valores, uma vez que a ideia de que os documentos considerados permanentes possuem uma importância ou utilidade diferenciada de outros, ou seja, possuem valor secundário, permanente ou arquivístico, é amplamente aceita na literatura e vantajosa para a operacionalização desta função. Portanto, a tarefa de determinar que documentos poderão ser eliminados após cumprimento de prazos administrativos, legais e fiscais e quais deverão ser mantidos por prazo indeterminado é facilitada com o uso dos conceitos de valor.

A definição dos prazos de guarda também se encontra no cerne do conceito de avaliação de documentos. Nesse sentido, a análise sobre prazos mínimos de guarda exigidos pela legislação ou pela própria entidade produtora consistiria em uma das principais etapas da avaliação arquivística.

Outra questão relevante na construção de uma definição da avaliação de documentos é explicitar o objetivo ou finalidade desta função arquivística, uma vez que tal elemento determina o sentido da ação de avaliar.

Conforme afirma Schellenberg (2005), um dos objetivos da avaliação seria reduzir criteriosamente o volume de documentos a serem arquivados e com isso racionalizar os recursos empregados para manutenção desse acervo.

No entanto, tal noção se enquadra em uma perspectiva gerencial (que em parte é relevante para nortear a avaliação) e não leva em conta o motivo de se preservar permanentemente os documentos considerados de valor. Nesse sentido, um outro objetivo da avaliação de documentos seria constituir um patrimônio arquivístico com finalidades memoriais, históricas e culturais.

Tendo em vista o exposto, trabalharemos com a definição de avaliação de documentos como a função arquivística que abrange as ações relacionadas à atribuição de valores, definição de prazos de guarda e destinação final para

documentos de arquivo, visando racionalizar a guarda de documentos e constituir um patrimônio documental.

Tal definição abrangeria todas as atividades relacionadas à avaliação como o estabelecimento de critérios para a definição de quais conjuntos documentais seriam considerados permanentes ou não, a elaboração de instrumentos de destinação de documentos como a tabela de temporalidade²⁰ e a análise dos respectivos prazos de guarda, além dos procedimentos de eliminação ou recolhimento para guarda permanente. Além disso, traria de maneira explícita os objetivos da avaliação arquivística.

2.6. Avaliação de documentos na legislação brasileira

Em 1960, T. R. Schellenberg, em visita ao Brasil, a convite do Arquivo Nacional, elaborou um relatório intitulado “Problemas arquivísticos do governo brasileiro”. Nesse relatório, ele constatava que os documentos oficiais eram destruídos sem nenhum critério, e que a preservação dos documentos era o maior problema que o governo do Brasil no campo arquivístico (SCHELLENBERG, 2015).

Em 1968, a lei 5.433, que regulava a microfilmagem de documentos oficiais, já previa que os documentos de valor histórico não deveriam ser eliminados, e que poderiam ser arquivados em local diverso da repartição detentora dos documentos.

Ainda na década de 1970, a legislação atribuía ao arquivista orientar “a avaliação e seleção de documentos, para fins de preservação” (BRASIL, 1978).

Na sequência, destaca-se a lei 7.627, de 10 de novembro de 1987 que determinava a eliminação de autos findos da justiça trabalhista. A lei dispunha ainda que, caso houvesse documentos históricos nos processos (de acordo com a análise da autoridade competente), eles deveriam ser enviados para um arquivo específico (BRASIL, 1987).

Com a Lei de Arquivos, a avaliação passa a ser considerada uma das operações constantes da gestão de documentos. A mesma lei regulamentou que a eliminação de documentos públicos deveria ser autorizada pela instituição arquivística correspondente e que os documentos públicos considerados de valor permanente

²⁰ Instrumento de destinação, aprovado por autoridade competente, que determina prazos e condições de guarda tendo em vista a transferência, transferência recolhimento, recolhimento descarte ou descarte eliminação de eliminação documentos (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 159)

provenientes dos órgãos do Poder executivo Federal deveriam ser recolhidos ao Arquivo Nacional (BRASIL, 1991).

Em 1996, o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) aprovou sua primeira versão Código de Classificação de Documentos de Arquivo para Administração Pública: atividade-meio, e a Tabela Básica de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo relativos às atividades-meio da Administração Pública. Neste documento ele estabelecia os prazos de guarda e a destinação dos documentos produzidos no âmbito das atividades-meio da Administração pública Federal (CONARQ, 1996).

No mesmo ano, o Conarq, por meio da resolução nº 5 dispôs sobre a publicação de editais sobre a eliminação de documentos, fazendo assim que a Administração tivesse de prestar contas sobre aqueles documentos que ela considerou desnecessários.

No ano seguinte, o Decreto nº 2.182 tratou de forma mais detalhada o método de avaliação a ser implementado na Administração Pública. A norma definiu a avaliação como “o processo de análise e identificação dos valores dos documentos de arquivo, com vistas à sua seleção e destinação final” (BRASIL, 1997) e trouxe a figura das “Comissões Permanentes de Avaliação de Documentos” como responsáveis pelo processo de avaliação nas instituições, assim como pela elaboração das tabelas de temporalidade das atividades-fim. Mais tarde, o Decreto 4.073 de 2002 que viria a revogar os decretos 1.173, 1461, 2.182 e 2.942, regulamentando a lei 8.159, disporia mais detalhadamente sobre as atribuições das Comissões e do próprio Conarq.

Regulamentando o Decreto 2.182, o Conarq definiu a atividade de avaliação como reservada para execução direta pelos órgãos e entidades por meio de suas comissões permanentes (CONARQ, 1997a) e definiu outros procedimentos que visavam garantir o registro adequado das atividades de eliminação (CONARQ, 1997b), estas viriam a sofrer pequenas alterações por meio da Resolução Conarq 40 de 2014.

Em 2001, é aprovada a versão revisada do Código de Classificação e da Tabela de Temporalidade das atividades-meio da Administração Pública Federal que vigora até os dias atuais, para tal é lançada a publicação intitulada Classificação, Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo Relativos às Atividades-meio da Administração Pública.

Dentre as normas do Conselho, destaca-se ainda aquelas que dizem respeito ao tratamento de documentos digitais. No que se refere à avaliação de documentos digitais, a Resolução nº 24 “estabelece diretrizes para a transferência e recolhimento de documentos arquivísticos digitais para instituições arquivísticas públicas” (CONARQ, 2006).

O levantamento dessas normas não tem o objetivo de ser taxativo, uma vez que se trata somente da regulamentação em nível federal, além de não abranger normas internas às instituições públicas, mas sim demonstrar por meio de uma trajetória cronológica como os órgãos responsáveis tratam o tema no Brasil.

Nesse sentido, destacam-se algumas características sobre a avaliação na legislação brasileira:

- A avaliação deve ser realizada de modo multidisciplinar com profissionais de diferentes especialidades que componham as Comissões permanentes de Avaliação de Documentos (CONARQ, 2001a);
- O processo de avaliação deve ser adequadamente documentado, devendo inclusive ser consultado o público interessado, anteriormente à eliminação dos conjuntos documentais (CONARQ, 2014);
- O procedimento da avaliação realizado nas instituições de âmbito federal sempre se submete à autorização do Arquivo Nacional, seja por meio da aprovação das Tabelas de Temporalidade por esta ou por meio da verificação das listagens de eliminação (BRASIL, 1991; CONARQ, 2014).
- Outra característica referente à avaliação marcante na legislação brasileira é a adoção dos valores probatório e informativos propostos por Schellenberg como parâmetros para a guarda permanente dos documentos (BRASIL, 1991; CONARQ, 2001a).

Nota-se, desse modo, que existem normativos que garantem minimamente as bases procedimentais para a realização da avaliação de documentos nas instituições públicas, no entanto outros estudos (NASCIMENTO, 2015; INDOLFO, 2013) demonstram que a prática da avaliação nestes locais diverge substancialmente dos regulamentos.

2.7. Avaliação de documentos na literatura brasileira

A literatura arquivística brasileira utiliza diferentes termos para se referir à função arquivística avaliação de documentos. Em buscas nas bases de dados e periódicos nacionais, no próprio título dos trabalhos, podemos perceber o uso de termos como “avaliação de documentos”, “avaliação de documentos de arquivo”, “avaliação de documentos arquivísticos”, “avaliação documental”, “avaliação arquivística” e “avaliação em arquivologia” para designar o mesmo objeto.

Por outro lado, em dicionários de terminologia da área (CUNHA; CAVALCANTI, 2008; CAMARGO; BELLOTTO, 1996; ARQUIVO NACIONAL, 2005) o verbete utilizado para definir a função é apenas “avaliação”.

Nesse ponto, ressalta-se que, no âmbito das comunicações científicas, o uso de adjetivações para o termo avaliação, como “avaliação **de documentos**” ou “avaliação **arquivística**”, seja no título, resumo ou palavras-chave, pode ter a finalidade de melhor descrever o conteúdo dos trabalhos, facilitando a busca e recuperação de documentos que abordem este tema específico.

No âmbito de um glossário ou dicionário da área, o termo “avaliação” é utilizado individualmente pois está implicitamente bem delimitado, uma vez que se trata da avaliação no contexto da Arquivística.

Corroborando essas ideias, utilizamos, no título deste trabalho, a expressão “avaliação de documentos de arquivo”, visando facilitar futuras buscas pela dissertação, uma vez que não se confundiria com nenhum outro tipo de avaliação de documentos no âmbito da biblioteconomia, museologia ou ciência da informação. Entretanto, no corpo do texto serão encontrados outros termos que serão tratados como sinônimos por exemplo avaliação, avaliação de documentos ou avaliação arquivística (uma vez que já estarão contextualizados).

Visando ter uma perspectiva mais ampla sobre a produção nacional relacionada à avaliação de documentos, foram buscados **artigos** na Base de Dados em Ciência da Informação Acervo de Publicações Brasileiras em Ciência da Informação (BRAPCI), com os termos “avaliação” e “arquivologia”; “avaliação” e “arquivística”; “avaliação documental”; “avaliação de documentos”; “avaliação documental”; e “*archival*” e “*appraisal*”, publicados entre 1972 e 2016. A partir da busca com esses parâmetros, foram encontrados vinte e três (23) artigos, após excluídos

resultados que se repetiram nas diferentes buscas, ou que se referiam a outros tipos de avaliação que não fossem a função arquivística.

Da leitura flutuante dos artigos, notou-se que parte deles tem o seu foco na gestão de documentos e a avaliação seria uma de suas operações, nesse sentido a avaliação não seria o tema principal das comunicações.

Outros artigos tratam da relação entre memória social e avaliação de documentos, sendo o mais reconhecido deles ou o mais citado, o texto de José Maria Jardim, *A Invenção da Memória nos Arquivos Públicos*.

Alguns artigos também tratam da aplicação prática da avaliação de documentos em realidades específicas, constituindo-se em estudos de caso.

Discussões em nível mais teórico também são tratados nos estudos recuperados, por exemplo nos artigos: “Conceitos, modelos e novas perspectivas de avaliação em Arquivologia e Ciência da informação; Avaliação arquivística: bases teóricas, estratégias de aplicação e instrumentação; e *La contribution des principes de l'évaluation archivistique aux qualités des archives définitives*.

Nota-se também que existem alguns estudos sobre a avaliação de documentos digitais e de documentos com formatos e ou/suportes especiais.

Ressalta-se que maior parte dos resultados se referem a artigos publicados nos anos 2000, sendo apenas 1 (um) artigo na década de 1970, nenhum na década de 1980, 4 (quatro) na década de 1990, 4 (quatro) na década de 2000 e 14 (quatorze) de 2010 a 2016. Os números são ilustrativos pois qualquer inferência sobre eles deve ser precedida de uma análise mais detalhada tanto da base de dados como do contexto de produção dos artigos.

O Quadro 2 relaciona os artigos identificados na busca:

Quadro 2 Artigos sobre avaliação de documentos indexados pela BRAPCI (1972-2016)

	Autores	Título	Ano
1	AMARAL, Denise	Técnicas arquivísticas e biblioteconômicas em centros de cartografia	1975
2	ANNA, Jorge Santa; SILVA, Luiz Carlos da	Novos rumos aos fazeres arquivísticos: práticas de gestão de documentos em um arquivo privado	2015
3	ARAÚJO, Ana Maria Soares Martins de	Avaliação e seleção de documentos	1992
4	BORTOLONO, Luciana Raggio	A Avaliação de Documentos no Hospital Universitário de Santa Maria	1998
5	ELIAS, Ezmir Dippe; BAHIA, Eliana Maria dos Santos	UFSC records schedule in electronic format: optimizing the system	2011

6	ELIAS, Ezmir Dippe; SOARES, Ana Paula Alves; PINTO, Adilson Luiz	Aplicação da arquivometria no Arquivo Central da Universidade Federal de Santa Catarina	2015
7	FLORES, Daniel; LAMPERT, Sérgio Renato	As funções de produção, classificação e avaliação de documentos arquivísticos no software Nuxeo Document Management	2013
8	Francine Bergenthal	Lembrar de selecionar para então, esquecer: reflexões sobre memória, arquivo e seus modos de expressão	2014
9	INDOLFO, Ana Celeste	Gestão de Documentos: uma renovação epistemológica no universo da Arquivologia	2007
10	JARDIM, José Maria	A invenção da memória nos arquivos públicos	1996
11	LAMPERT, Sérgio Renato; FLORES, Daniel	A função arquivística de avaliação documental no software livre de gestão documental Nuxeo	2014
12	LOPES, Luis Carlos	A quadratura do círculo: a informação e algumas questões arquivísticas brasileiras	1994
13	LOUSADA, Mariana	A evolução epistemológica do conceito de avaliação documental na arquivística e sua importância para a construção da memória	2012
14	MAKHLOUF, Basma	La contribution des principes de l'évaluation archivistique aux qualités des archives définitives	2009
15	MAKHLOUF, Basma; CAVALCANTE, Lídia Eugenia	Avaliação arquivística: bases teóricas, estratégias de aplicação e instrumentação	2008
16	MEDEIROS, Nilcéia Lage de; AMARAL, Cléia Gomes	A Representação do ciclo vital dos documentos: uma discussão sob a ótica da gestão de documentos	2010
17	Moises Rockembach	Conceitos, modelos e novas perspectivas de avaliação em Arquivologia e Ciência da informação	2015
18	OLIVEIRA, Eliane Braga de; Maria Ivonete Gomes do Nascimento	As concepções teóricas de avaliação de documentos de arquivo na legislação brasileira.	2016
19	OLIVEIRA, Louise Anunciação Fonseca de; BORGES, Jussara	A avaliação de documentos como requisito para a difusão do conhecimento em arquivos permanentes: estudos de caso nos arquivos histórico municipal de Salvador e público da Bahia	2007
20	PEDRAZZI, Fernanda Kieling	O Ensino de Avaliação de documentos no Curso de Arquivologia da UFSM	2014
21	PINHEIRO, Alejandro de Campos	A gestão de documentos arquivísticos do colégio Promove do município de Belo Horizonte: estudo de caso	2016
22	SCHÄFER, Murilo Billig; Eliseu Dos Santos Lima	A classificação e a avaliação de documentos: análise de sua aplicação em um sistema de gestão de documentos arquivísticos digitais	2012
23	VIEIRA, Thiago de Oliveira	O Risco Da Patrimonialização: A (Não) Avaliação e Seleção Dos Documentos Audiovisuais, Iconográficos e Sonoros	2013

Fonte: Elaboração própria

Em uma análise inicial das referências dos textos citados nos artigos, notou-se a forte influência dos textos de Schellenberg. O seu livro “Arquivos Modernos: Princípios e técnicas” (considerando-se aqui as versões em língua inglesa e portuguesa) foi a obra mais citada nos artigos quando os autores se referiam à avaliação.

Destaca-se também a importância de Terry Cook para a literatura nacional, que é o autor mais citado nos artigos. Além disso, ele é o autor que possui a maior variedade de textos referenciados.

Dentre os autores estrangeiros, os canadenses Terry Eastwood, Jean Ives Rousseau e Carol Couture também são citados com frequência.

Em relação às obras nacionais que são referenciadas nos artigos, destacam-se as publicações “Classificação, temporalidade e destinação de documentos de arquivo relativos às atividades-meio da administração pública editada pelo CONARQ” e o manual “Como avaliar documentos de arquivo”, de Ieda Bernardes Pimenta.

Em relação aos autores brasileiros citados, destacam-se José Maria Jardim e Ana Celeste Indolfo.

Deve ser ponderado aqui que o número de referências aos textos de Terry Cook não significa que exista uma corrente que defenda a Macroavaliação como método de avaliação a ser aplicado na realidade brasileira. O alto número de citações refere-se, na maioria dos casos, a explicações breves sobre o que é a Macroavaliação ou como se caracteriza a teoria pós-moderna do autor.

Parece haver uma aceitação ampla das teorias de valor de Schellenberg nos artigos, desse modo questões relacionadas à determinação do que deve ser guardado permanentemente ou eliminado parecem estar à margem de outros assuntos tratados nos estudos.

Merece nota o texto “A Invenção da Memória nos Arquivos Públicos” de José Maria Jardim que parece ser aquele que traz as questões mais instigantes sobre a avaliação de documentos, quando relacionada à construção da memória social e principalmente no contexto brasileiro.

O autor questiona como a memória tende a ser tratada como “dado arqueologizado” ou memória materializada, principalmente pela Arquivística, em vez de processo ou construção social. Nesse ponto, ele ressalta que os arquivos públicos brasileiros recebem e acumulam os documentos das administrações, sem critérios técnicos previamente estabelecidos. E essas mesmas instituições custodiadoras processam partes das massas documentais utilizando de critérios de seleção obscuros, operando dessa forma um tipo de “monumentalização” destas parcelas do acervo que, a partir de então, são tomados como parte de uma memória nacional (JARDIM, 1995).

Nesse sentido, a crítica do autor sobre a legitimidade do processo de construção da memória do Estado, no caso dos arquivos, por meio do processo de avaliação e seleção, é de grande importância para qualquer estudo sobre avaliação de documentos de arquivo no contexto brasileiro.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo visa analisar as ideias de diferentes autores que tratam sobre a avaliação de documentos de arquivo e como elas podem se relacionar em suas convergências e divergências.

A avaliação de documentos é considerada, na presente pesquisa, uma das funções arquivísticas, assim como a criação, aquisição, preservação, classificação, descrição e difusão dos arquivos, ou seja, uma das “atividades” que possibilita que a Arquivística cumpra sua finalidade primeira, o acesso aos documentos de arquivo.

Conforme descrito nas seções anteriores, diversos são os autores que colaboram para a construção do conhecimento sobre avaliação arquivística, no entanto a literatura sobre o tema apresenta diferentes níveis de detalhamento. Alguns autores tratam apenas de noções gerais, enquanto outros definem minuciosos modelos de avaliação, compostos muitas vezes por princípios, metodologias, conceitos e critérios específicos.

Além da diferença no nível de detalhamento, há também uma diversidade de visões dos autores da área, os quais, em muitos casos, divergem sobre ideias basilares da avaliação, como, por exemplo, a própria necessidade dessa atividade, os agentes responsáveis por ela ou o que determina a guarda permanente ou a eliminação dos documentos de arquivo.

Tendo em vista esses fatores, consideraremos o termo **abordagem sobre avaliação de documentos** como a perspectiva pela qual um ou mais autores interpretam o tema, ou seja, o conjunto de ideias que individualiza sua(s) visão(ões) sobre o tema. Em alguns casos pode referir-se a uma corrente de pensamento sobre avaliação de documentos.

De forma mais específica, tal expressão será utilizada quando se tratar de teoria, metodologia e/ou estratégia de avaliação defendida por um ou mais autores. Por exemplo, a avaliação conforme os preceitos de Schellenberg será considerada uma abordagem sobre avaliação, pois trata-se de teoria e metodologia própria, defendida, inclusive, por outros autores.

Tendo em vista as diferentes abordagens, buscar-se-á estruturar os temas no âmbito da avaliação de documentos que sejam considerados comuns entre os textos dos diversos autores. Por exemplo, “critério de avaliação” pode ser considerado um tema ou categoria comum às mais diversas abordagens sobre avaliação de

documentos, uma vez que todas elas, de algum modo, definem normas que guiam a atribuição de valor aos documentos de arquivo.

Nesse sentido, a pesquisa busca caracterizar quais são, como se organizam e se relacionam as ideias das abordagens sobre avaliação de documentos, constituindo-se, portanto, numa pesquisa descritiva, uma vez que “é direcionada a fazer observações cuidadosas e detalhado registro de um fenômeno de interesse” (BHATTACHERJEE, 2012, p. 6) nesse caso a produção científica sobre avaliação de documentos.

Em virtude de ser essencialmente “interpretativa”, a pesquisa é classificada como qualitativa, pois inclui o desenvolvimento da descrição de um cenário, a análise dos dados para identificar categorias e a elaboração de uma interpretação de maneira teórica, conforme Cresswell (2007).

Para atingir os objetivos do estudo foi utilizado o método da Análise de Conteúdo. Segundo Bardin (2011, p. 48), a análise de conteúdo pode ser designada como

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens.

Krippendorff (2004, p. 18, tradução nossa) define a Análise de Conteúdo como “[...] uma técnica de pesquisa para fazer replicáveis e válidas inferências de textos (ou outra matéria significativa) aos seus contextos de uso.”

Para Weber (1990, p.8, tradução nossa) a

análise de conteúdo é um método de pesquisa que usa um conjunto de procedimentos a fim de fazer inferências válidas do texto. Estas inferências são sobre o emissor da mensagem, a mensagem em si ou a audiência da mensagem”.

Uma definição mais recente e mais ampla que utilizaremos como base para a pesquisa é a de Drisko e Maschi (2016, p. 7, tradução nossa) que define Análise de Conteúdo “como uma família de técnicas de pesquisa para fazer inferências sistemáticas, credíveis ou válidas e replicáveis de textos e outras formas de comunicação”.

Nota-se, a partir das definições trazidas, que a análise de conteúdo pode trabalhar com os chamados conteúdos manifestos, ou seja, as informações presentes

de maneira literal no texto, e com os conteúdos latentes, ou seja, aqueles que estão implícitos nas comunicações e dependem do contexto para que sejam esclarecidos.

Nesse sentido, a Análise de Conteúdo pode ser aplicada a diferentes tipos de comunicação verbal (e até não-verbal), como notícias de jornais, entrevistas, textos científicos, livros de literatura, discursos, peças publicitárias etc.

O método foi concebido, inicialmente, como um conjunto de técnicas quantitativas. Drisko e Maschi (2016, p. 3, tradução nossa) denominam esta primeira abordagem como “Análise de Conteúdo Básica”, que se baseava principalmente na contagem de palavras ou trechos dos textos para descrever e organizar o seu conteúdo explícito. Ou seja, os pesquisadores não tratavam ainda do conteúdo latente.

Atualmente, a análise de conteúdo pode ser considerada também um método misto ou qualitativo. As duas principais abordagens com estas características são, respectivamente, a Análise de Conteúdo Interpretativa e a Análise de Conteúdo Qualitativa.

A Análise de Conteúdo Interpretativa leva em conta os conteúdos latentes e manifestos das comunicações, de maneira que o pesquisador possa chegar a inferências válidas. Em regra, este tipo de análise resume e descreve os significados de maneira narrativa, utilizando-se algumas vezes de técnicas quantitativas para tal.

A Análise de Conteúdo Qualitativa (ACQ) é definida por Schreier (2012, p. 12, tradução nossa) como “um método para descrever o significado de material qualitativo de maneira sistemática”. Conforme a autora, “você faz isso atribuindo sucessivas partes do seu material às categorias do seu Quadro de Codificação. Este quadro está no coração da ACQ e cobre todos aqueles significados que se apresentam na descrição e interpretação do seu material”.

A Análise de Conteúdo Qualitativa tem como foco a elaboração sistemática de categorias para classificar trechos do material tratado como forma de facilitar inferências e responder às questões de pesquisa.

Na presente pesquisa, de forma a atingir o primeiro objetivo específico, qual seja, “identificar o contexto no qual os textos de autores de diferentes abordagens sobre avaliação de documentos foram produzidos”, elaboraram-se textos explicativos sobre cada autor e sua respectiva obra por meio de pesquisa bibliográfica.

Para atingir o segundo objetivo específico da pesquisa, que é identificar e sistematizar as principais proposições presentes em textos de autores de diferentes

abordagens sobre avaliação de documentos, foi utilizada a Análise de Conteúdo Qualitativa propriamente dita. Por meio das categorias definidas, foram estabelecidas novas formas de se organizar, representar e descrever o significado do que se tem escrito sobre avaliação de documentos.

A elaboração das categorias auxiliou também quanto à verificação das possíveis relações de convergência e divergência entre as proposições das abordagens sobre avaliação de documentos, uma vez que com as ideias sobre avaliação agrupadas de outra forma, elas puderam ser comparadas mais facilmente. Nesta pesquisa, a análise de conteúdo se subdividiu nas seguintes etapas, conforme Schreier (2012, p. 17):

1) Decidir a questão de pesquisa:

A questão de pesquisa foi apresentada nas considerações iniciais desta dissertação, qual seja: “Como se relacionam, em suas dimensões teóricas e metodológicas, as proposições de autores de diferentes abordagens sobre avaliação de documentos de arquivo?”

Nesse sentido, a organização dessas proposições se dará por meio da elaboração de categorias que classifiquem o conteúdo dos textos selecionados de cada abordagem, enquanto a relação de convergência e divergência será analisada a partir da comparação dos conteúdos categorizados entre os diferentes textos.

2) Selecionar o material

Conforme foi explicitado nas seções anteriores, as concepções sobre avaliação de documento serão analisadas por meios de textos que sejam representativos de cada abordagem.

As abordagens selecionadas foram a Moderna, a Macroavaliação, a Estratégia de Documentação e a abordagem Informacional e Científica. Elas foram escolhidas por diferentes motivos, conforme quadro a seguir:

Quadro 3 Motivo da escolha das abordagens

Abordagem:	Motivo da escolha:
Moderna (Schellenberg)	<ul style="list-style-type: none"> • Primeiro autor a sistematizar um método de avaliação para os documentos modernos; • Forte influência da abordagem em todas as propostas teóricas sobre avaliação subsequentes; • Utilização dos preceitos propostos pelo autor na prática dos arquivos, ainda nos dias atuais.
Macroavaliação (Terry Cook)	<ul style="list-style-type: none"> • Abordagem mais difundida depois da abordagem de Schellenberg; • Método adotado na prática por diversos países. • Abordagem teoricamente embasada, • Principal abordagem dissonante à teoria de Schellenberg atualmente.

Estratégia de Documentação (Helen Samuels)	<ul style="list-style-type: none"> • Número reduzido de estudos sobre esta abordagem no Brasil; • Relevância da abordagem nas décadas de 1980 e 1990. • Influência na Macroavaliação
Informacional e Científica (Armando Malheiro Silva e Fernanda Ribeiro)	<ul style="list-style-type: none"> • Influência da abordagem na produção teórica brasileira; • Nascida no continente europeu, diferentemente das outras três abordagens

Fonte: elaboração própria

Ressalta-se aqui não ser a intenção da pesquisa realizar um estudo extensivo das obras que compõem as diferentes escolas de pensamento sobre avaliação arquivística, mas sim descrever e sistematizar as ideias fundamentais dos textos e autores selecionados.

Os critérios utilizados para a seleção dos textos foram:

- Quanto ao tipo de documento, foram selecionados apenas artigos;
- Quanto aos autores, aqueles que reconhecidamente representassem as abordagens Moderna²¹, da Macroavaliação, da Estratégia de Documentação e da abordagem Informacional e Científica²²;
- Quanto ao conteúdo, foram selecionados artigos que priorizassem tratar da teoria, dos conceitos e dos métodos próprios a cada abordagem;

Nesse sentido, serão objeto de análise os documentos listados no quadro a seguir:

Quadro 4 Textos Analisados

Abordagem:	Autor:	Título:	Data:
Moderna	Theodore Roosevelt Schellenberg	A avaliação dos documentos públicos modernos	1956
Macroavaliação	Terry Cook	<i>Macro-appraisal and functional analysis: documenting governance rather than government.</i>	2004
Estratégia de Documentação	Helen Samuels	<i>Improving Our Disposition: Documentation Strategy</i>	1991-1992
Informacional e Científica	Armando Malheiro Silva e Fernanda Ribeiro	A avaliação em Arquivística: reformulação teórico-prática de uma operação metodológica	2000

* Foi analisada a versão traduzida para português do artigo que substituiu, por determinação do autor, o capítulo 12 da edição original do livro Arquivos Modernos: Princípios e Técnicas.

Fonte: Elaboração própria

²¹ Denominaremos o texto de Schellenberg como parte da abordagem “Moderna”, tendo em vista a classificação proposta por Warsaba (2000).

²² Utilizaremos a denominação de Ferreira e Rockembach (2017), Abordagem Científica e Informacional, para a abordagem de Armando Malheiro Silva e Fernanda Ribeiro.

3) Elaborar o quadro de codificação

O quadro de codificação consiste numa estrutura (principal etapa da análise de conteúdo qualitativa) construída a partir de “categorias principais (dimensões) que especificam aspectos relevantes do material [pesquisado] e de um conjunto de subcategorias para cada categoria principal que especificam o significado do material em relação às categorias principais” (SCHREIER, 2012, p. 63, tradução nossa).

Tal quadro visa classificar os trechos do material pesquisado segundo os significados contidos nas categorias. Nesse sentido, as categorias devem refletir significados ou aspectos do objeto pesquisado que respondam adequadamente à questão de pesquisa.

Nesse sentido, o quadro de codificação agrupa as ideias dos textos que possuam sentidos semelhantes de acordo com as categorias estabelecidas pelo pesquisador.

Segundo Schreier (2012) a elaboração do quadro deve obedecer aos critérios de unidimensionalidade, exclusividade mútua, exaustividade e saturação.

Para elaborar e estruturar o quadro de codificação, foi utilizado um método misto, onde algumas categorias se basearam na literatura sobre avaliação de documentos, ou seja, um método dedutivo ou orientado a conceitos; e outras surgiram da leitura dos próprios textos, constituindo-se também num método indutivo ou orientados aos dados.

O quadro e as respectivas categorias são apresentados com maiores detalhes na próxima seção.

4) Dividir o material em unidades de codificação

As unidades de codificação se basearam num critério temático, ou seja, independentemente, se são compostas por uma palavra, frase ou parágrafo, o que definiu a unidade analisada foi o tópico a que se relacionavam.

5) Testar o quadro de codificação

A realização de um piloto para a utilização do quadro de codificação visa identificar lacunas em sua estrutura e, desse modo, fornecer um nível mínimo adequado de consistência e aplicabilidade das categorias, antes do início da codificação de todo o material.

6) Avaliar e modificar o quadro de codificação

Após os procedimentos de teste, o quadro de codificação deve ser avaliado, segundo critérios de confiabilidade e validade. A confiabilidade diz respeito à

capacidade de o instrumento de pesquisa “produzir dados livres de erro” (SCHREIER, 2012, p. 166, tradução nossa) enquanto a validade relaciona-se à capacidade do instrumento de “capturar o que ele se propõe a capturar” (SCHREIER, 2012, p. 166, tradução nossa).

Nesse sentido, a avaliação e a possível modificação do quadro têm o objetivo de adaptar as categorias ao material analisado e a responderem de maneira efetiva a questão de pesquisa.

Após a definição de uma versão parcial do quadro, parte-se para a codificação de todo o material.

7) Análise principal

A análise principal é codificação do material em si. Durante a aplicação das categorias nos diferentes textos, a avaliação e modificação devem continuar acontecendo, no entanto diminuem a medida que as categorias se adequam ao conteúdo pesquisado.

Os trechos classificados de cada texto segundo o quadro de codificação encontram-se nos anexos desta dissertação.

8) Interpretar e apresentar as descobertas

Nesta etapa serão verificados os significados dos conteúdos analisados conforme a estrutura proposta, bem como a análise das relações de divergência e convergência entre os trechos dos diferentes autores.

A síntese narrativa decorrente da codificação dos conteúdos é apresentada no capítulo 4, enquanto o resultado da análise das convergências e divergências encontra-se no quinto capítulo.

4. ANÁLISE DO CONTEÚDO DOS TEXTOS SOBRE AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS

Este capítulo apresenta a estrutura de categorias e subcategorias utilizadas para a codificação do conteúdo analisado. Tal estrutura corresponde a uma proposta de sistematização de subtemas da avaliação de documentos identificados nos diferentes textos.

Assim como o esquema de categorias, o capítulo apresenta o contexto de produção dos textos analisados, isto é, quem são os seus autores e como tais textos se inserem em sua produção teórica.

Por fim, apresenta uma síntese da análise realizada, conforme as categorias estabelecidas.

4.1. As Categorias sobre Avaliação de Documentos

A avaliação de documentos enquanto um dos possíveis objetos de investigação da Arquivística, possui um amplo campo de estudo. Cook (2005) defende que, apesar de já haver uma produção “rica” sobre a avaliação, o tema ainda está em uma fase exploratória de estudos e tem muito a ser discutido e pesquisado.

Nesse sentido, uma das possíveis formas de agrupar as ideias semelhantes sobre a avaliação de documentos é criar um sistema de categorias baseado na própria estrutura da disciplina arquivística e, por conseguinte nas atividades específicas que dizem respeito à avaliação.

Portanto, conforme descrito nas seções anteriores, utilizaremos a estrutura de Fredriksson (2003) para as categorias mais gerais. O autor defende que a Arquivística se divide em dois ramos principais: a Arquivística empírica, que busca explicar a realidade dos arquivos, ou seja, instituições arquivísticas, conjuntos documentais, aspectos relacionados a produção e guarda, profissão arquivística etc; e a Arquivística normativa, que busca definir meios racionais para o tratamento dos documentos arquivísticos.

No âmbito Arquivística normativa, a avaliação de documentos é um dos seus subcampos, que, na visão do autor, possui teoria e metodologia próprios.

Cook (1998) corrobora esta posição, defendendo que a teoria arquivística se difere da teoria da avaliação. Enquanto a primeira trata da natureza dos documentos, a segunda se ocupa dos valores dos documentos e o motivo da decisão sobre a guarda ou eliminação dos documentos. O autor afirma ainda que a teoria arquivística não auxilia nas decisões sobre a destinação dos documentos.

No mesmo texto, Cook (1998, p. 30, tradução nossa) define que a “estratégia de avaliação, distinta da teoria de avaliação já discutida, fornece um caminho ou lógica ou metodologia por onde as definições teóricas de valor precedentes possam ser implementadas na realidade de trabalho”.

Com base nessas ideias consideraremos como a primeira dimensão do quadro de codificação do tema “Avaliação de Documentos” as categorias “teoria” e “método”.

Consideraremos parte da categoria “teoria”, aqueles enunciados com um nível mais alto de abstração (Fredriksson, 2003), que no geral estabelecem princípios ou diretrizes para a avaliação de documentos, fazendo parte da essência da abordagem. Segundo Craig (2004, p. 84, tradução nossa), no geral, “uma teoria de avaliação exploraria as fontes que deveriam prover os valores que o arquivo e os arquivistas buscam reconhecer em suas avaliações”.

Em relação à categoria “metodologia”, aqui designada pelo termo “método”, serão considerados aqueles trechos que façam referência a procedimentos “em contraste à natureza especulativa e abstrata da teoria” (CRAIG, 2004, p. 86, tradução nossa). O método diz respeito a um conjunto de atividades que ligam uma teoria à prática (CRAIG, 2004).

Ressalta-se, que a distinção entre método e teoria nem sempre foi clara durante a pesquisa, no entanto, os significados destes termos foram construídos e aperfeiçoados à medida que os textos foram analisados. Ainda assim, a classificação dos trechos em uma ou outra categoria será acompanhada da respectiva justificativa que se encontra nas sínteses de cada texto.

A partir das categorias “Teoria” e “Métodos” foram criadas outras subcategorias que são apresentadas no organograma a seguir:

Figura 1 Categorias para codificação dos textos



Fonte: Elaboração própria

As categorias são explicitadas a seguir, de acordo com o seu Nome, Descrição e Regra de Codificação:

Quadro 5 Descrição e regras de codificação das categorias

Nome:	Descrição:	Regra de codificação:
1. Teoria	Princípios, diretrizes da avaliação de documentos segundo determinada abordagem. Constituído pelas ideias mais gerais sobre os fatores que definem a guarda permanente de determinados conjuntos em detrimento a outros. Noções que fundamentam a utilização de determinada forma de avaliação.	Não serão codificados trechos nessa categoria.
1.1. Fundamentos teóricos	Conjunto de proposições consideradas basilares à execução da avaliação como um todo, pressupostos teóricos, princípios, premissas. Não serão considerados fundamentos teóricos na presente pesquisa: as justificativas para adoção da abordagem de avaliação, definição da abordagem de avaliação, objetivo da abordagem de avaliação, uma vez que essas possuirão categorias próprias.	Aqueles trechos que remetam aos princípios ou premissas de avaliação, quando assim considerados pelos próprios autores;
1.2. Justificativa	Fenômeno ou motivação filosófica que dá razão à existência de determinada abordagem sobre a avaliação de documentos como intervenção arquivística, no contexto e segundo a visão do autor.	Trechos que expliquem o motivo do surgimento de determinada abordagem de avaliação de documentos segundo a visão do autor.
1.3. Definição	Descrição resumida sobre a avaliação de documentos, segundo a abordagem à qual o autor se afilia. "...Enunciação dos atributos e qualidades próprios e exclusivos" da avaliação de acordo com a visão do autor "indicando o gênero próximo e a diferença específica de modo a identifica-la".	Trechos que objetivem resumir em o que significa aquela abordagem de avaliação.
1.4. Objetivo	Resultado(s) que se espera atingir com a avaliação de documentos, segundo a visão dos autores.	Trechos que expressem os objetivos daquela abordagem de avaliação.

	Finalidade(s) da avaliação de documentos sejam elas principais ou acessórias.	
2. Método	Conjunto sistemático de etapas e agentes que visam colocar em prática a avaliação de documentos.	Não serão classificados trechos nessa categoria.
2.1. Agente(s) responsável(is)	Indicação do(s) profissional(is) responsável(is) pela avaliação de documentos;	Trechos que denotem quais os profissionais devem realizar a avaliação de documentos.
2.2. Etapas	Fase ou conjunto de fases que compõe(m) o processo de avaliação.	N/A
2.3. Critérios	Norma, um enunciado que estabelece a relação entre uma unidade ou conjunto documental com determinadas características e a necessidade de preservação permanente ou eliminação, pode ser também um elemento que guie o julgamento quanto a preservação ou eliminação dos documentos (indicador ou parâmetro), no caso a característica dos documentos; A aplicação de critérios pré-estabelecidos pode ser considerada também a execução de uma etapa da avaliação, portanto serão classificadas aqui as proposições mais específicas sobre os critérios, enquanto as mais gerais serão consideradas etapas do método.	São considerados critérios para destinação de documentos aqueles trechos que expressem uma regra que recomende a guarda permanente ou a eliminação de documentos com determinadas características com base em determinada etapa da avaliação. O critério pode estar implícito no texto, serão considerados critérios frases que denotem uma relação entre a necessidade de guarda e ou eliminação e as características do documento que será guardado ou eliminado.

Fonte: Elaboração própria

Vale ressaltar como será abordada a questão dos critérios para destinação com base na Análise de Conteúdo. Consideramos que os métodos empregados em cada abordagem sobre avaliação de documentos, por vezes definem critérios para a atribuição de valores aos documentos e, por conseguinte, para a tomada de decisão sobre a guarda permanente ou eliminação.

Nesta pesquisa, para operacionalização da análise, tais critérios foram subdivididos em: autônomos ou interdependentes; genéricos ou específicos; e relativos ou absolutos, conforme quadro abaixo:

Quadro 6 Critérios para destinação

Critério destinação:	para	Descrição:
Autônomos		Critérios que por si só definem o destino determinados conjuntos documentais sem que seja necessário analisar outros critérios.
Interdependentes		Aqueles critérios que devem ser aplicados em conjunto para que se possa definir o valor dos documentos.
Genéricos:		Enunciados que estabelecem uma regra geral para a atribuição de valor aos documentos e que são complementados por critérios específicos
Específicos:		Enunciados que detalham uma regra geral para a atribuição de valor.
Relativos:		Existem métodos nos quais se compara a importância relativa dos grupos documentais com base em determinados critérios, ou seja, nesse caso os critérios não servem para definir o caráter permanente ou provisório dos

	documentos de maneira absoluta, mas servem como indicador para a comparação entre o valor relativo de cada grupo visando definir tal característica.
Absolutos:	Aqueles critérios que definem de maneira plena o valor dos documentos, sem necessidade de uma comparação dos dados levantados de acordo com os critérios

Fonte: Elaboração própria

4.2. Contexto da obra de Schellenberg

Theodore Roosevelt Schellenberg nasceu em 24 de fevereiro de 1903, no Condado de Harvey, Kansas, Estados Unidos. Graduou-se em História, na *University of Kansas* e continuou seus estudos em História alcançando o título de doutor em 1934 pela *University of Pennsylvania*.

Durante sua carreira profissional, Schellenberg iniciou seus trabalhos no recém-criado Arquivo Nacional dos Estados Unidos, em 1935, no cargo de *deputy examiner*²³ lidando com “um levantamento massivo dos documentos das agências executivas de Washington” (SMITH, 1981, p. 316, tradução nossa).

Em 1938, Schellenberg é nomeado chefe da Divisão de Arquivos do Departamento de Agricultura, cargo no qual estreou suas contribuições teóricas sobre “desenvolvimento, sistematização e padronização dos princípios e técnicas arquivísticas” (SMITH, 1981, p. 316, tradução nossa) com o artigo *European Archival Practices in Arranging Record*.

Na década de 1940, principalmente a partir de sua experiência no *Office of Price Administration*, Schellenberg volta sua atenção para o gerenciamento e avaliação dos grandes volumes documentais. Nesse sentido, em 1948, ele publica seu primeiro artigo dedicado exclusivamente à avaliação de documentos intitulado *Disposition of Federal Records: How to Develop an Effective Program for the Preservation and Disposal of Federal Records*.

Como fruto de políticas de cooperação internacional do Arquivo Nacional norte-americano, Schellenberg, visitou a Austrália em 1954, atendendo a pedido do governo deste país (SMITH, 1981), onde ministrou palestras sobre diversos tópicos relativos à Arquivística e “auxiliou de maneira significativa no desenvolvimento do arquivo nacional australiano” (RHOADS, 1970, p. 192).

²³ Segundo Ross (1985, p. 37, tradução nossa) “As posições (cargos) arquivísticas mais prestigiadas, excluindo os administradores e chefes de divisão, eram aquelas dos *deputy examiners* na Accessions Division (Divisão de Recolhimento), os homens que saíam para as agências como representantes do Arquivista dos Estados Unidos para levantar, avaliar e arranjar a acumulação dos documentos federais pertinentes na área de Washington para a transferência ao Arquivo Nacional .”

Conforme Barros (p. 34, 2010), a visita de Schellenberg à Austrália culminou na publicação de “sua primeira grande obra *Modern Archives: Principles and Techniques*”²⁴ em 1956.

Neste mesmo ano, o autor publica outro artigo que tratava da avaliação de documentos, com o título *The Appraisal of Modern Records* publicado no *National Archives Bulletin* 8.

Craig (2004) pondera que a avaliação de documentos era interesse comum entre Schellenberg e o Arquivo Nacional. Como a avaliação já era considerada uma função de grande importância para o governo e para a sociedade, a sua execução pelo Arquivo Nacional traria credibilidade e poder à instituição que tinha sido criada há poucos anos.

Além da Austrália, o arquivista norte-americano visitou e assessorou diversos outros países em questões arquivísticas, atuando com destaque na América Latina.

Schellenberg veio ao Brasil em 1960, a convite do Arquivo Nacional, onde ministrou cursos e palestras e produziu o relatório “Problemas arquivísticos do governo brasileiro”.

A influência do autor no Brasil foi tamanha, que diversas de suas obras foram traduzidas para o português, como “O preparo de listas de documentos” (1960), “A avaliação dos documentos públicos” (1959), “Manual de Arquivos”(1959), “Documentos públicos e privados: arranjo e descrição” (1963), e “Arquivos Modernos: Princípios e técnicas” (1973).

Marques (2011) ressalta que tal influência parece dar início a sistematização do pensamento arquivístico nacional, tida como “a expressão arquivística americana desta época que, em grande medida, veio a influenciar países da América Latina, incluindo o próprio Brasil” (SILVA et al., 1999, p. 143-144 *apud* MARQUES, 2011, P.127).

Ainda nas décadas de 1950 e início de 1960 Schellenberg lecionou também em cursos universitários de Arquivologia nos Estados Unidos (RHOADS, 1970).

Em 1965, o autor publicou seu último livro “*The Management of Archives*” que se constituía em

²⁴ Smith (1981) ressalta que, após a viagem de Schellenberg à Austrália, o autor compilou o material produzido e utilizado naquele país em um livro e esse livro teria o objetivo de substituir o Manual de Jenkinson como referência em língua inglesa.

Um manual de arranjo e descrição, comparado com os sistemas de bibliotecas. Apresenta os princípios básicos da avaliação, com suas correspondências terminológicas. Não distingue o tratamento de documentos produzidos por instituições públicas daqueles de instituições privadas. (MARQUES, 2011, p. 347).

A partir da leitura da biografia de Schellenberg, nota-se que em grande parte, sua obra foi elaborada a partir da necessidade profissional de gerenciar o grande volume documental produzido pelas instituições norte-americanas, principalmente entre as décadas de 1940 e 1950.

Portanto, o seu objeto de estudo foram os “documentos modernos” e não os documentos medievais como no caso de Hilary Jenkinson ou dos holandeses Samuel Muller, Johan Feith, and Robert Fruin.

Schellenberg é considerado um dos principais pensadores e influenciadores da Arquivística contemporânea (COUTURE, 2005), tendo alguns de seus textos traduzidos para diversos idiomas como o espanhol, português, alemão e hebreu.

Suas principais obras trataram da sistematização e padronização de técnicas e princípios arquivísticos (POSNER, 1970) relacionados principalmente à avaliação, arranjo e descrição de documentos.

Dentre suas ideias sobre a natureza dos arquivos, destaca-se a distinção entre *records* e *archives*.

Schellenberg defendia que os *records* seriam o conjunto de documentos independente do seu suporte, gênero ou forma, produzidos ou recebidos por instituições públicas ou privadas no exercício de suas atribuições e que fossem preservados “[...]como prova de suas funções, sua política, decisões, métodos, operações ou outras atividades, ou em virtude do valor informativo dos dados neles contidos” (SCHELLEBERG, 2005, p. 41).

Os *archives* eram considerados

os documentos de qualquer instituição pública ou privada que hajam sido considerados de valor, merecendo preservação permanente para fins de referência e de pesquisa e que hajam sido depositados ou selecionados para depósito, num arquivo de custódia permanente (SCHELLEBERG, 2005, p. 41).

Nesse sentido, o autor incorporava a noção de avaliação e seleção de documentos ao próprio conceito de arquivos e considerava que só eram arquivos os conjuntos documentais que apresentassem alguma utilidade a outros tipos de pesquisadores que não fossem os próprios produtores dos documentos.

A distinção entre *records* e *archives* refletia a prática profissional relacionada aos documentos de arquivo nos Estados Unidos na época, ou seja, dois tipos de profissionais e instituições diferentes deveriam lidar com os documentos arquivísticos, a depender de sua idade; o *record manager* e a instituição produtora se ocupariam dos documentos ativos, e o *archivist* e as instituições arquivísticas, dos documentos permanentes (COOK, 1997).

Outro conceito abordado por Schellenberg de grande repercussão na Arquivística foi o de *record group*. Este termo, na teoria e prática dos arquivos nos Estados Unidos se constituiu numa unidade documental de certo modo equivalente ao fundo (conceito francês) ou ao *archive group* (proveniente da Inglaterra). Este conjunto de documentos “consistia, em regra, na documentação produzida por uma unidade administrativa no nível governamental de *bureau*” (SCHELLENBERG, 1956, p. 182, tradução nossa). Ainda sobre o *record group*, o autor afirma que os elementos que definem esta unidade são mais numerosos e mais variados que aqueles que definem os correspondentes europeus e que os *records groups* possuem mais subdivisões.

No entanto, o tema que ganhou maior notoriedade na obra de Schellenberg foi a avaliação de documentos, considerado por Ham (1993, p. 7, tradução nossa, p.), o “pai da teoria da avaliação nos Estados Unidos”.

Influenciado pelos trabalhos de Phillip C. Brooks e G. Phillip Bauer nas décadas de 1930 e 1940, Schellenberg sistematizou a noção de valor para os documentos arquivísticos, adotando os conceitos de valor primário e valor secundário. Desse modo, estabeleceu critérios para determinar a guarda permanente ou a eliminação dos documentos do governo norte-americano.

O valor primário diz respeito ao valor dos documentos para a própria entidade produtora e relaciona-se ao uso dos documentos para o alcance dos objetivos para os quais eles foram criados, sejam eles, administrativos, fiscais, legais ou operacionais.

O valor secundário refere-se ao valor dos registros para outras entidades ou pessoas que não sejam a própria produtora arquivística e se dividem em valor(es)

probatório(s)²⁵ e valor(es) informativo(s). O valor probatório relaciona-se a capacidade dos documentos de registrarem o funcionamento e organização da instituição produtora. O valor informativo relaciona-se às informações sobre pessoas, coisas e fenômenos registrados nos documentos e baseia-se nos atributos de unicidade, forma e importância dos documentos.

O autor, desse modo, tentou conjugar as necessidades informacionais das entidades produtoras dos documentos com as necessidades de pesquisadores externos à instituição acumuladora, para nortear a decisão sobre quais conjuntos de documentos deveriam ser eliminados ou mantidos.

Do ponto de vista das abordagens da avaliação, Schellenberg faz parte da “Teoria de Avaliação Moderna” conforme Warsaba (2000, p. 4, tradução nossa). A autora argumenta ainda que “no caso da teoria de avaliação, [...]; o período “moderno” vai da década de 1940 a 1970 e inclui as ideias de arquivistas americanos Theodore R. Schellenberg, Maynard Britchford e Margaret Cross Norton, os quais defendem um papel mais ativo para o arquivista na avaliação[...].”

Para a análise de conteúdo da obra de Schellenberg sobre avaliação de documentos, será utilizado o texto *The Appraisal of Modern Public Records* (1956) que é um artigo publicado no *National Archives Bulletin* 8.

O artigo foi traduzido para português e em 1975 foi incorporado à edição brasileira do livro *Modern Archives: Principles and Techniques*, substituindo o capítulo 12 da edição original, por determinação do autor.

Smith (1981, p. 325) defende que a explicação sobre os princípios de avaliação contidos no artigo acima referido, juntamente com a explanação contida no capítulo original do livro “compreendem um legado inestimável para a teoria e prática arquivísticas”.

Não foi analisado o conteúdo da seção “pontos de vista europeus sobre os valores probatórios”, pois não se trata do pensamento original de Schellenberg sobre a avaliação de documentos, que é um dos objetos desta pesquisa.

²⁵ Apesar de o termo original ser *evidential value*, o que poderia ser traduzido literalmente para valor evidencial, preferiu-se utilizar o termo valor probatório por este ser amplamente utilizado na literatura brasileira.

A escolha pela utilização do plural nas expressões visa demonstrar ao leitor que nos textos originais em língua inglesa, o autor emprega os termos *evidential values* e *informational values*.

4.3. Síntese da análise do texto de Schellenberg

Fundamentos teóricos

Um elemento da teoria de Schellenberg já citado em outras seções desta dissertação, bastante reconhecido na área, é a sistematização dos conceitos de valor, adotado inicialmente por Phillip Brooks. A divisão dos valores documentais em primário e secundário e suas subdivisões em, respectivamente, valores administrativos, fiscais, legais e executivos; e valor probatório e informativo fundamentam grande parte de suas proposições sobre avaliação.

Conforme depreende-se do que foi analisado sobre o objetivo da avaliação, um dos fundamentos sobre o qual se apoiam as decisões sobre a destinação dos documentos é a necessidade potencial de informação por parte dos pesquisadores, sejam eles, governo, público em geral ou pesquisadores. Nesse sentido, o autor propõe que o arquivista conheça os diferentes métodos de pesquisa, para que possa antecipar possíveis usos do material arquivístico.

Uma diretriz central que o autor apresenta apenas nas considerações finais do artigo é que os critérios para determinação de valor propostos por ele não podem ser tomados como absolutos, ou seja, devem ser considerados “princípios gerais” e que por isso, “não precisam ser aplicados com absoluta consistência”, desde que usados com “moderação e bom-senso” (não se eliminando nem se preservando documentos em excesso).

Por fim, um aspecto bastante salientado pelo autor, que parece ser um princípio que guia sua abordagem, é a natureza analítica da avaliação. Schellenberg ressalta, ao longo do texto, diversas atividades que exigem de o arquivista verificar e comparar as informações sobre contexto de produção dos documentos ou sobre os próprios documentos, e chegar a conclusões sobre a sua destinação. Um exemplo de atividade de pesquisa e análise é a comparação entre os documentos arquivísticos e outras fontes documentais buscando analisar, por exemplo, a unicidade da informação.

Justificativa

Para motivar a adoção da avaliação como uma prática sistemática nas instituições pública, o autor apresenta argumentos calcados no grande volume de documentos produzidos e armazenados à época; e suas consequências como a falta

de espaço e de recursos para sua guarda; além da inutilidade de tamanha quantidade de documentos para os pesquisadores.

Definição

O autor não apresenta uma definição do seu modelo de avaliação. Talvez pelo caráter muito mais prático do que teórico do texto.

Objetivo

Em diversos trechos, Schellenberg deixa explícito que a finalidade da avaliação é reduzir a quantidade de documentos “[...]para que sejam úteis à pesquisa [...]” por parte do próprio governo e de outros pesquisadores no geral. Nesse sentido, ele parte da premissa que o potencial de uso futuro deve guiar as decisões sobre avaliação.

Agente(s) responsável(is)

Em relação aos profissionais que devem participar da avaliação, o autor, em diversos trechos, deixa claro que é papel do arquivista realizar tal função.

No entanto, ele também defende o auxílio de especialistas, quando a avaliação depender de conhecimentos que não estão sob domínio do arquivista. Portanto, a colaboração de profissionais de outras áreas aconteceria num caso de exceção.

Etapas do processo de avaliação

Não é dada ênfase às etapas do processo de avaliação, entretanto depreende-se do texto que a aplicação dos testes de valor probatório e de valor informativo seriam as principais fases da avaliação de documentos. Por esse motivo, o trecho das páginas 199-200, “Há alguns testes pelos quais se pode julgar os valores informativos dos documentos oficiais: a) unicidade; b) forma; e c) importância;” foi classificado como etapa e como critério, ou seja, o trecho denota que existe uma etapa de teste dos valores informativos, constituindo-se como etapa da avaliação, mas ao mesmo tempo define três critérios para a destinação de documentos: unicidade, forma e importância.

Aqui, deve ser ressaltado que a avaliação, na concepção deste texto, abrange somente a atribuição de valor aos documentos e, conforme o próprio autor, “a utilidade permanente e secundária” seria “objeto de consideração nesse capítulo”.

Crêterios para destina o

A maior parte do texto   dedicada   prescri o de critérios para a escolha dos documentos a serem preservados permanentemente ou eliminados. No entanto, em diversos trechos o autor descreve fenômenos relacionados   produ o e   acumula o de documentos ocorridos nas institui es públicas dos Estados Unidos assim como as práticas adotadas pelo Arquivo Nacional. A descri o dessas situa es tem o objetivo de exemplificar, detalhar ou comprovar suas ideias inclusive aquelas que se referem aos critérios estabelecidos pelo autor.

Schellenberg define diversos critérios para destina o dos documentos, sendo eles, gerais e específicos, interdependentes e aut nomos. Por exemplo: o trecho [...]alguns documentos sobre seus programas substantivos ou fim devem ser preservados” denota um critério geral (preserva o permanente de documentos provenientes de programas substantivos) em rela o ao critério (preserva o permanente dos documentos de pesquisa e investiga o) contido no trecho “os documentos de pesquisa e investiga o são de importância incontestável”.

Os critérios de unicidade, forma e importância dos conteúdos dos documentos são exemplos de critérios interdependentes afinal dependem um do outro para que sejam aplicados, conforme se observa no trecho “Antes de aplicar o teste da importância, o arquivista deve estar certo de que os documentos satisfazem os testes de unicidade e forma.”

4.4. Contexto da obra de Terry Cook

Terry Cook foi um dos principais teóricos contemporâneos da Arquivística. Ele nasceu em Vancouver, Canadá, em 1947 e viveu até 2014. Graduou-se em Artes na *University of Alberta* no ano de 1969, alcançou o grau de mestre em 1970 na *Carleton University* e doutorou-se em História Canadense em 1977 na *Queen’s University*.

Segundo Nesmith (2015, p. 208, tradu o nossa), “no final da década de 1970, ele (Terry Cook) foi membro de um grupo de brilhantes jovens historiadores liderados por Carl Berger, que tinha feito um trabalho pioneiro sobre as concep es da identidade canadense na virada do século 20.”

Ainda na década de 1970, mais especificamente no ano de 1975, Terry Cook começou a trabalhar na *Federal Archives Division* do *Public Archives of Canada*

(PAC), atuando na instituição até 1998 como arquivista, gerente e executivo sênior. Durante sua trajetória no Arquivo Nacional do Canadá, Cook se preocupou em conciliar o trabalho arquivístico institucional com a elaboração e adoção de bases teóricas sólidas que pudessem subsidiá-lo (NESMITH, 2015).

Foi editor do periódico *Archivaria* da *Association of Canadian Archivists*, além de ser autor de diversos artigos publicados na revista.

Quando se aposentou do Arquivo Nacional em 1998, Terry Cook iniciou suas atividades como professor no *Department of History* no *Master's Program in Archival Studies* da *University of Manitoba*, lecionando nessa universidade até o ano de 2012.

De acordo com Mostafa e Murguia (2012), “Ele também administrou cursos em Ciência Arquivística na Universidade de Michigan (Estados Unidos) e na Universidade Monash (Austrália)”.

Ressalta-se que Cook, a despeito do reconhecimento internacional de produção teórica, colaborou intensamente com o desenvolvimento da profissão arquivística no Canadá, por meio de suas atividades acadêmicas, de sua atuação como técnico e dirigente do Arquivo Nacional, pela sua participação na criação da Associação de Arquivistas Canadenses e sua atuação como porta-voz dos arquivistas perante os órgãos governamentais, de acordo com Nesmith (2015).

Em relação ao conhecimento produzido pelo autor canadense, considera-se que se alinha à corrente da Arquivística Funcional ou Pós-Moderna sendo influenciado principalmente por Hugh Taylor, conforme exposto na seção 2.1 desta dissertação.

O próprio autor (COOK, 2012, p. 128) esclarece algumas implicações do pós-modernismo no campo dos arquivos, afirmando que

O contexto por trás do texto, as relações de poder que modelam o patrimônio documental, e até a estrutura do documento, o sistema de informação residente e as convenções narrativas, são mais importantes que a coisa objetiva em si ou o seu conteúdo. Fatos em textos não podem ser separados da sua atual ou passada interpretação, nem o autor do assunto ou o público, tampouco o autor da sua obra, ou obra do contexto.

Ele defende ainda que o pós-modernismo aliado às mudanças nas características dos documentos contemporâneos, assim como as recentes mudanças no papel das instituições e profissionais dos arquivos devem resultar em uma mudança no paradigma arquivístico.

Além do pós-modernismo, que influenciou toda sua obra, Cook tratou de temas como “arquivos totais, a relação entre conhecimento histórico e o trabalho arquivístico,

o conceito de fundo e o sistema de séries no arranjo e descrição, *paper minds* versus pensamento digital,[...]” (NESMITH, 2015, p. 209, tradução nossa) e de questões eminentemente epistemológicas no campo dos arquivos.

No que se refere à abordagem sobre avaliação de documentos, Cook filia-se à Macroavaliação, que, segundo o próprio autor pode ser considerada uma teoria, estratégia e metodologia de avaliação.

A Macroavaliação, enquanto prática, é adotada pelo Arquivo Nacional do Canadá no início da década de 1990, apesar de ter seus preceitos elaborados a partir da década de 1980, por Terry Cook (COOK, 1997). Ressalta-se, também, a literatura sobre Macroavaliação escrita por Richard Brown também na década de 1990.

O modelo de avaliação de países como a Austrália e Holanda tem como base a Macroavaliação.

A premissa da Macroavaliação é a avaliação das funções (entendida aqui como a relação entre estrutura, função e cidadão) anterior à avaliação dos documentos em si (COUTURE, 2005).

Foram identificados ao menos 15 artigos do autor que tratam sobre avaliação de documentos, quais sejam:

- *“Many are called, but few are chosen”? Appraisal Guidelines for Sampling and Selecting Case Files”* (COOK, 1991a)
- *“The archival appraisal of records containing personal information: A RAMP study with guidelines”* (COOK, 1991b)
- *“Mind over matter: towards a new theory of archival appraisal”* (COOK, 1992)
- *“Another Brick In The Wall”: Terry Eastwood's Masonry and Archival Walls, History, and Archival Appraisal.”* (COOK, 1994)
- *“From the record to its context: The theory and practice of. S. A.”* (COOK, 1995)
- *“Building an Archives: Appraisal Theory for Architectural Records”* (COOK, 1996)
- *“Macroappraisal and functional analysis: appraisal theory, strategy and methodology for archivists”* (COOK, 1998)
- *“Archival appraisal and collection: issues, challenges, new approaches”* (COOK, 1999)

- *“Appraisal methodology: MacroAppraisal and functional analysis part A: concepts and theory” (COOK, 2001a)*
- *“Appraisal methodology: MacroAppraisal and functional analysis part B: guidelines for performing an archival appraisal on government records” (COOK, 2001b)*
- *“Macro-appraisal and functional analysis: documenting governance rather than government” (COOK, 2004)*
- *“Macroappraisal in theory and practice: origins, characteristics, and Implementation in Canada” (COOK, 2005)*
- *“Remembering the future: Appraisal of records and the role of archives in constructing social memory” (COOK, 2007)*
- *“Documenting society and institutions: the influence of Helen Willa Samuels” (COOK, 2011a)*
- *“‘We are what we keep; we keep what we are’: archival appraisal past, present and future” (COOK, 2011b).*

No entanto, a partir da leitura flutuante desses textos, notou-se que o texto *“Macro-appraisal and functional analysis: documenting governance rather than government”* traz os elementos necessários à análise das ideias do autor sobre a Macroavaliação, ou seja, sua abordagem sobre a avaliação de documentos.

4.5. Síntese da análise do texto de Terry Cook

Fundamentos teóricos

O texto analisado tem como foco a “análise funcional” no âmbito da Macroavaliação. Nesse sentido, o primeiro elemento teórico apresentado pelo autor é sua aceção sobre função e análise funcional. Ele diferencia seu modelo de análise da mera investigação das atividades e estrutura organizacionais, uma vez que a característica mais importante em sua abordagem é a análise da relação entre “função, estrutura e cidadão”.

O autor declara também 10 (dez) premissas sobre a Macroavaliação, aqui consideradas como princípios de sua abordagem. Elas podem ser descritas da seguinte forma, respectivamente:

- 1- Avaliação como processo planejado e ativo;

- 2- Os documentos devem ser avaliados por arquivistas segundo critérios pré-articulados de valor;
- 3- O valor informacional é um critério excepcional na valoração dos documentos, utilizado somente em último caso;
- 4- O arquivista deve avaliar o contexto de produção dos documentos e seu uso contemporâneo, em vez de avaliar documentos individualmente, tendo em vista o grande volume documental produzido;
- 5- Macroavaliação pressupõe a pesquisa de diversos elementos orgânico-funcionais como “a cultura organizacional e funcionalidade institucional, sistemas de gestão de documentos, fluxos de informação, suportes documentais e mudanças no espaço e tempo” atribuindo valor ao contexto funcional-estrutural e sua relação com os cidadãos.
- 6- A avaliação não se confunde com a aquisição, apesar de serem atividades relacionadas;
- 7- O sucesso da implementação de estratégias e metodologias de avaliação depende de uma teoria consistente para atribuição de valor aos documentos;
- 8- Teoria de avaliação não se confunde com teoria arquivística;
- 9- Avaliação é inevitavelmente um processo subjetivo;
- 10- Arquivistas e instituições devem ser considerados responsáveis por suas decisões relacionadas à avaliação por meio do registro de todas as atividades que compõem o processo da Macroavaliação.

Além de estabelecer os princípios de sua teoria, Cook ressalta a importância da avaliação no âmbito da disciplina, considerando-a o principal “esforço” arquivístico. Ele afirma que a “maior parte dos arquivistas aceita a necessidade da avaliação” para o gerenciamento dos documentos, apesar das divergências sobre os fundamentos teóricos relacionados às decisões sobre a guarda permanente/eliminação de documentos, que resulta na falta de consenso sobre o tema entre os profissionais e acadêmicos.

Tendo em vista a relevância desta função arquivística e tais divergências entre as escolas de pensamento, o autor estabelece uma diferença entre teoria, metodologia e estratégias de avaliação, que já foram discutidas nas seções anteriores. Essa divisão possibilita uma maior organização das proposições de sua abordagem, mas pode ser aplicada às outras correntes da avaliação.

Outra ideia que poderia ser considerada um princípio da Macroavaliação encontra-se no trecho “[...]valores sociais deveriam ser a base da avaliação arquivística” e esses valores poderiam se refletir nos documentos de arquivo desde que as relações entre funções, estrutura e cidadãos fossem adequadamente documentadas e selecionadas.

Nesse sentido, Cook explica que as instituições públicas são “filtros (e espelho) das tendências sociais, atividades, necessidades, ideias e desejos das coisas e conceitos que a sociedade valoriza”.

Por fim, o autor ressalta que o método da Macroavaliação pode ser aplicado em outros níveis de governo ou em outros tipos de instituição.

Justificativa

A principal justificativa para adoção da Macroavaliação, segundo a análise do texto, é a necessidade de uma abordagem de avaliação capaz de suprir os problemas do volume de documentos acumulados, além de oferecer soluções para a avaliação de documentos digitais, em especial das “bases de dados relacionais”, ambos no contexto de uma estrutura administrativa ampla e complexa, no caso o Governo do Canadá.

Richard Brown (1995) também ressalta a incapacidade das abordagens tradicionais de avaliação de lidarem com os grandes volumes documentais produzidos, os suportes eletrônicos, os novos meios de comunicação e a complexidade das organizações contemporâneas. Nesse sentido, o autor aponta a análise funcional como alternativa para tais desafios.

Definição

Verificou-se que, no texto analisado o autor não apresenta uma definição de “Macroavaliação”, no entanto, em alguns trechos ele descreve, de maneira resumida, as principais características de sua abordagem.

Ressalta-se que ele considera a Macroavaliação uma combinação de teoria, estratégia e metodologia de avaliação. Nesse sentido, ele posiciona a Macroavaliação no âmbito da estrutura da disciplina arquivística, segundo sua visão.

Em outro trecho que pode ser tomado como uma síntese do que é a Macroavaliação, Cook (tradução nossa) afirma que ela é “então uma abordagem de avaliação baseada na proveniência, onde o contexto social de criação dos

documentos e o uso contemporâneo (não o seu uso antecipado para pesquisa) estabelecem seu valor relativo”.

Nesse sentido, o autor esclarece a principal característica da Macroavaliação, a utilização dos valores sociais como fundamento para decisão sobre a guarda ou eliminação de documentos públicos.

Objetivo

O texto apresenta explicitamente o objetivo da Macroavaliação, qual seja “selecionar evidência registrada suficiente daqueles *Offices of Primary Interest* que reflita, do modo mais sucinto, no melhor meio, ambos o funcionamento e o impacto do programa selecionado e a imagem mais nítida da interação dos cidadãos com ele, suplementado por outros processos de seleção” (COOK, 2004, p. 11, tradução nossa).

Para a análise do objetivo da Macroavaliação, o autor aborda o conceito de *Offices of Primary Interest (OPI's)* que seria a unidade administrativa responsável por uma função específica uma vez que em primeira instância as funções, em vez dos documentos, que são avaliadas.

Desse modo, a finalidade da Macroavaliação seria selecionar apenas os documentos dos OPI's que registrassem suficientemente as funções e programas mais importantes no suporte e formato mais adequados, sendo que o registro dessas funções e programas deveria abranger o impacto e forma de funcionamento das atividades e a interação dessas com os cidadãos.

A interação com os cidadãos seria “como eles aceitam, rejeitam, protestam, apelam, escolhem, modificam e influenciam” os programas funcionais estatais no que se referem à sua criação, funcionamento e extinção.

Outro objetivo que pode ser atribuído à Macroavaliação, ou talvez uma premissa que subsidie seu objetivo principal, é identificar e selecionar outras narrativas presentes nos documentos de arquivo que não sejam aquelas dominantes. Desse modo, a Macroavaliação se preocupa em preservar documentos que representem diferentes perspectivas sobre as funções e programas governamentais.

Agente(s) responsável(is)

De acordo com o exposto nessa seção, o autor considera o arquivista sendo o principal responsável pela avaliação de documentos. No entanto, a atuação do arquivista é colocada como uma questão estratégica, sendo inclusive uma das premissas da Macroavaliação. Portanto no texto analisado, as questões relacionadas

aos agentes responsáveis pela avaliação se encontram num nível mais teórico a um nível metodológico.

Etapas

O autor cita 5 (cinco) principais etapas para a execução da Macroavaliação que podem ser resumidas da seguinte forma:

1 – Análise da complexidade e importância das funções, subfunções, programas e atividades;

2 – Pesquisa para identificação dos *Offices of Primary Interest* que contêm as funções mais importantes;

3 – Análise da natureza dos OPI's e seus níveis de interação com os cidadãos;

4 – Formação de uma hipótese de Macroavaliação, que abranja onde estão os documentos mais relevantes;

5 – Teste e modificação ou confirmação das hipóteses por meio da avaliação de determinados conjuntos documentais oriundos de uma função e análise do valor de documentos não provenientes da função analisada em razão da sua provável duplicação ou por estes documentos não se limitarem a uma única função.

Junto da verificação das hipóteses, são aplicados os “critérios tradicionais de avaliação”, mas somente aos conjuntos documentais provenientes das funções consideradas relevantes.

Devem ser identificados também documentos que devem ser considerados permanentes não pela relevância da função governamental, mas por outros fatores como por determinações legais específicas, ou devido ao seu valor simbólico ou intrínseco. Devem ser identificados ainda outros fatores que “podem afetar negativamente as decisões sobre a destinação dos documentos como fatores de custo, de preservação, de migração etc.

De maneira geral, além do levantamento da importância das funções governamentais que se baseiam na pesquisa, no entendimento e na avaliação de legislação, regulamentos, diretrizes, mandatos, objetivos, processos decisórios, deliberações, entre outros; deve ser pesquisado o “universo informacional” do produtor arquivístico, ou seja, quais informações estão registradas em documentos de arquivo e quais deveriam ser registradas.

Crêterios

Diferente de parte dos cr terios estabelecidos por Schellenberg, que seriam cr terios absolutos e se aplicariam a qualquer institui o, Cook fornece, em primeira instância, um método e (no âmbito deste método) cr terios para medir o impacto dos programas e fun es governamentais. Uma vez definida a relevância destes programas e fun es, são aplicados cr terios “tradicionais de avalia o”.

O autor propõe 12 (doze) cr terios funcionais, abaixo resumidos:

- 1- Análise de legisla o, regulamentos e diretrizes. Quão maior e mais complexa seja a legisla o, maior o seu valor   sociedade;
- 2- Análise da influência da fun o para o restante da institui o, do governo e para outros setores da sociedade. Quanto mais influente, maior seu valor.
- 3- Análise do número de sub-unidades e orçamento relacionado   fun o. Este cr terio   sugestivo.
- 4- Análise de tribunais, comissões e conselhos ligados   fun o;
- 5- Análise da liderança funcional em um setor ou ramo e a partir da análise desta macro-fun o, avalia o das sub-unidades;
- 6- Análise da amplitude, diversidade e abrangências das atribui es funcionais. Quanto maior a abrangência das responsabilidades funcionais, maior o valor da fun o;
- 7- Análise autonomia de unidades regionais e locais que contenham documentos importantes fora da sede do  rg o;
- 8- Levantamento dos processos de trabalho e tramite de dados e documentos entre unidades, órgãos e sistemas, identificando os principais produtores;
- 9- Entendimento sobre a natureza dos serviços prestados (produto entregue), principalmente, para os cidadãos e se estes serviços são homog neos e repetitivos ou especializados e individualizados;
- 10- Identifica o de institui es altamente especializadas (como institutos médicos, de pesquisa, laboratórios etc) que produzem documentos únicos ou dados provenientes de observa o científica;
- 11- Análise da intera o entre cidadãos e o programa funcional.
- 12- Análise do grau de aceita o das fun es pelos cidadãos e compara o entre dos objetivos dos programas e seus resultados de fato.

Após definidas as funções produtoras dos documentos com valor arquivístico, serão aplicados os critérios gerais de avaliação, quais sejam:

Idade e intervalo de tempo: quanto mais antigas as séries, maior sua probabilidade de possuírem valor arquivístico;

Extensão: se as funções possuem um grande volume de documentos, menor será o valor de parte destes documentos;

Unicidade: se os documentos possuem conteúdo que não podem ou dificilmente são encontrados em outras fontes, então maior o valor destes documentos.

Completeza: quanto mais completa é uma série sobre determinada função, maior será o seu valor.

Fragilidade: a precariedade da condição física dos documentos também é um fator que pode determinar sua guarda ou eliminação, tendo em vista o custo de preservação.

Confiabilidade: “Os documentos têm que ser criados no fluxo de trabalho normal sob procedimentos estabelecidos, e claramente ligados pela proveniência ao seu criador e sistema de gestão de documentos”²⁶ (COOK, 2001b, tradução nossa, p 10).

Manipulabilidade: se os documentos são passíveis de serem manipulados sem restrições, então maior será o seu valor.

4.6. Contexto da obra de Helen Willa Samuels

Helen Willa Samuels nasceu em 1943. “Recebeu o título de bacharelado em Artes do Queens College (Flushing, NY) em 1964 e Mestrado em Biblioteconomia do Simmons College (Boston, MA) em 1965” (UNIVERSIDADE DE WISCONSIN, 2018, meio eletrônico).

A carreira arquivística de Helen Samuels teve início na Universidade de Cincinnati, em 1972, no posto de Arquivista Assistente. Em 1977, ela foi para *Massachusetts Institute of Technology*, ocupando os cargos de Arquivista do Instituto,

²⁶ A definição apresentada refere-se originalmente ao termo autenticidade, mas a partir da leitura dos textos de Cook, parece que o autor trata confiabilidade e autenticidade como sinônimos.

Chefe de Coleções Especiais e posteriormente Assistente Especial do Reitor. Em 2006, ela se aposentou do Instituto.

Samuels foi uma importante pesquisadora e influenciadora da disciplina arquivística, produzindo diversos artigos e livros, especialmente sobre uma teoria de avaliação chamada “Estratégia de Documentação”, que fora aplicada em instituições de educação superior e de ciência e tecnologia.

Segundo Cox (1996, p.145, tradução nossa) “A estratégia de documentação arquivística foi introduzida a pouco mais de uma década por Larry Hackman e Helen Samuels, em uma sessão da reunião anual da Sociedade de Arquivistas Americanos em 1984”.

No entanto, o primeiro artigo dedicado exclusivamente à Estratégia de Documentação foi publicado pela autora em 1986 na Revista “*American Archivist*” com o título “*Who Controls the Past,*” conforme Cox (1994).

De maneira geral, a Estratégia de Documentação pode ser considerada uma abordagem de avaliação e aquisição que visa garantir que um assunto específico ou uma área geográfica sejam documentados de maneira adequada, a partir de um esforço cooperativo entre profissionais e instituições. Esta abordagem surgiu e se desenvolveu principalmente nos Estados Unidos.

A Estratégia de Documentação, até a década de 1980, foi a abordagem de avaliação com maior repercussão acadêmica nos Estados Unidos após a proposta de Schellenberg. No entanto, a aplicabilidade do seu modelo na realidade institucional foi duramente questionada após insucesso das tentativas de implementação relatados em alguns estudos de caso (MALKMUS, 2008).

O fracasso da abordagem é consequência de fatores como a ausência de especialistas sobre o tema documentado, ou de instituições que tomassem frente do projeto de documentação, ou seja, a complexidade do processo, o grande volume de recursos alocados e o tempo necessário tornaram-se fatores impeditivos para a implementação das estratégias (MALKMUS, 2008).

Além de Samuels, diversos autores escreveram sobre a Estratégia de Documentação ou levaram à frente projetos utilizando esta metodologia. Podem ser citados:

- “*The documentation strategy process: a model and a case study*” (HACKMAN; WARNOW-BLEWETT, 1987);

- “*The archivist's first responsibility: A research agenda to improve the identification and retention of records of enduring value*” (COX; SAMUELS, 1988),
- “*A documentation strategy case study: Western New York*” (COX, 1989),
- “*The documentation strategy and archival appraisal principles: a different perspective*” (COX, 1994),
- “*The archival documentation strategy and its implications for the appraisal of architectural records*” (COX, 1996);
- “*Documenting Localities: A Practical Model for American Archivists and Manuscript Curators*” (COX, 2001);
- “*‘To approximate June pasture’: the documentation strategy in the real world*” (ERICSON, 1997);
- “*Hospital documentation planning: the concept and the context*” (KRIZACK, 1993).

Dentre os textos de Helen Samuels sobre o tema em autoria ou coautoria, podem ser citados:

- “*Appraising the Records of Modern Science and Technology: A Guide*” (HAAS; SIMMONS; SAMUELS, 1985)
- “*Who Controls the Past*” (SAMUELS, 1986);
- “*The roots of 128: a hypothetical documentation strategy*” (ALEXANDER; SAMUELS, 1987);
- “*The archivist's first responsibility: A research agenda to improve the identification and retention of records of enduring value*” (COX; SAMUELS, 1988),
- “*Improving our disposition: Documentation Strategy*” (SAMUELS, 1991-1992);
- “*Varsity letters: documenting modern colleges and universities*” (SAMUELS, 1992).

O texto selecionado para análise foi o artigo *Improving our disposition: Documentation Strategy*, por apresentar diversos elementos teóricos e metodológicos da abordagem e por conter um “resumo do pensamento da autora sobre a avaliação de documentos” (SAMUELS, 1991-1992, p.125, tradução nossa).

4.7. Síntese da análise do texto de Helen Willa Samuels

Fundamentos teóricos

A autora defende, como premissas para a aplicação da Estratégia de Documentação, a “análise e planejamento” e a cooperação entre instituições que possuam documentos sobre o tópico a ser documentado.

Para Samuels, a análise funcional é uma ferramenta essencial para a Estratégia de Documentação, ela permite que os profissionais responsáveis tomem conhecimento do contexto de criação dos documentos, e dessa maneira compreendam também “sobre o que deve ser documentado, e os problemas de reunir a documentação desejada”.

Nesse sentido, arquivistas, bibliotecários e outros profissionais devem ter participação ativa na produção, análise e avaliação dos documentos.

Outro enunciado que pode ser considerado um dos princípios da Estratégia de Documentação é que as decisões sobre guarda permanente ou eliminação de documentos devem ser baseadas nos objetivos claros da estratégia proposta, ao invés de se basearem no potencial de uso dos documentos.

Por fim, a autora defende que materiais oficiais e não-oficiais são necessários para documentar uma instituição, constituindo-se também como uma diretriz da Estratégia de Documentação.

Justificativa

Depreende-se do texto que a abordagem da Estratégia de Documentação surge devido à necessidade de “reexame da teoria e prática da avaliação” ante ao “volume, duplicação, dispersão” dos documentos modernos além de sua natureza transitória.

A autora ressalta também a necessidade de um modelo de avaliação que fosse satisfatório às rápidas mudanças nas organizações contemporâneas, dando ênfase às funções realizadas pela instituição em vez de sua estrutura organizacional.

Outros fatores que parecem motivar a adoção da Estratégia de Documentação são as mudanças tecnológicas que afetam os próprios documentos de arquivo e a “escassez ou até ausência de documentação”.

Definição

Neste texto, a autora não apresenta uma definição de Estratégia de Documentação, entretanto ela apresenta algumas ideias que fornecem uma noção sobre a natureza da abordagem.

Samuels defende que as estratégias são “mecanismos de planejamento e coordenação” e que tais mecanismos se baseiam “arquivos institucionais fortes”. Nesse sentido, a Estratégia de Documentação é um método que fundamenta as decisões de avaliação, partindo-se da premissa que documentar os diversos aspectos da experiência humana definiria tais decisões.

Outro elemento inerente à definição de Estratégia de Documentação é o “esforço cooperativo” interinstitucional e multidisciplinar, para que os diversos tópicos sejam devidamente documentados a partir das diferentes perspectivas profissionais e institucionais do fenômeno.

Objetivo

Segundo as afirmações da autora, “coordenar e planejar a dispersão natural da documentação integrada” e “remediar a documentação escassa de um setor específico da sociedade” podem ser considerados objetivos da Estratégia de Documentação.

Como a autora considera missão do arquivista documentar os diversos aspectos da sociedade, um dos objetivos da sua abordagem seria, justamente, reunir (mesmo que apenas de maneira lógica e não física) os documentos que representassem um tópico ou área geográfica, isto é, documentar um aspecto da sociedade, que Samuels considera um todo integrado.

Entretanto, existem casos que a Estratégia de Documentação não se preocupará em reunir as diversas fontes existentes, mas sim buscar fontes escassas sobre determinado tema a ser documentado.

Nesse sentido, a abordagem abrange a busca de fontes que possam fornecer os documentos necessários e, a partir desse ponto, reunir e selecionar aquelas informações que merecem ser preservadas para documentar o tópico.

Agente(s) responsável(is)

Sobre os agentes responsáveis por executarem a Estratégia de Documentação, a autora defende que a avaliação seja multidisciplinar, sendo

“desenhada, promovida e implementada pelos criadores dos documentos, administradores (inclusive arquivistas) e usuários”.

Tendo em vista a complexidade da atividade de se documentar um tópico, profissionais de diversas especialidades precisam “prover conhecimento histórico sobre o tópico e sua documentação”. Tal conhecimento também demanda que estes profissionais influenciem no registro (produção de documentos) de atividades relevantes, por algum motivo não documentadas.

A autora cita como exemplo de profissionais que participariam do processo de documentação os “criadores (legisladores, ministros, cientistas, administradores) usuários (pesquisadores da área de história, advogados, arquitetos) e custodiadores dos documentos (arquivistas, bibliotecários e “staff” de museus).

Etapas

As três grandes fases da Estratégia de Documentação são “a análise do universo a ser documentado”, “o entendimento dos problemas documentais”, e “a formulação de um plano”.

Segundo a autora após a “Identificação dos tópicos” a serem documentados, efetua-se a “reunião dos participantes”. A partir da definição dos membros, efetua-se a pesquisa para compreensão do fenômeno em si e “o valor e disponibilidade de evidências” documentais, então procede-se a formulação dos objetivos da estratégia.

Após a definição dos objetivos, os membros dirigem seus esforços a “determinação de onde a documentação reside e pode ser mantida” e, à medida que a estratégia é executada, os participantes monitoram os “sucessos e falhas do plano” e fazem os ajustes quando necessário.

Para o levantamento de tais informações, a autora defende o uso da análise funcional, que, na sua visão, possibilita “o entendimento da instituição e de sua documentação”.

Com a análise funcional, é possível que se entenda conjuntos documentais que se encontram disponíveis, quais partes deles são relevantes para documentar o tópico, e quais funções deveriam produzir documentos relevantes e não o fazem.

Crítérios

No texto analisado, Samuels não define nenhum critério específico. Apenas ressalta que tais critérios devem se submeter aos objetivos da Estratégia de

Documentação e para tanto, estes devem ser suficientemente claros para fundamentar aqueles.

4.8. Contexto da obra de Armando Malheiro Silva e Fernanda Ribeiro

Armando Manuel Barreiros Malheiro da Silva nasceu em 1957, na Freguesia de S. Victor, Braga, Portugal. Graduou-se em História pela Universidade do Porto e em Filosofia pela Universidade de Coimbra. Especializou-se no curso de Bibliotecário-Arquivista na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e cursou o seu doutorado em História Contemporânea de Portugal na Universidade do Minho (ORCID, 2018, meio eletrônico).

Atualmente é professor na Universidade do Porto, na Faculdade de Letras, Departamento de Comunicação e Informação. Atua também na docência e pesquisa no Brasil, em universidades como “Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e na Universidade de São Paulo (USP)” (CNPQ, 2018a, meio eletrônico).

Seu objeto de estudo situa-se “no domínio da Ciência da Informação e Documentação, Arquivologia, Museologia, Comunicação, Literacia da Informação e Plataformas Digitais” (CNPQ, 2018a, meio eletrônico).

Por outro lado, Candida Fernanda Ribeiro licenciou-se em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, especializando-se também no Curso de Bibliotecário-Arquivista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Cursou seu doutorado na Universidade do Porto, na Faculdade de Letras, em Ciências Documentais (CNPQ, 2018b; UNIVERSIDADE DO PORTO, 2018, meio eletrônico).

É atualmente Professora Catedrática da Universidade do Porto, no Departamento de Ciências da Comunicação e Informação, e “desenvolve investigação académica focada nas problemáticas da organização e representação da informação, acesso e recuperação, especialmente em arquivos, e nas questões teóricas e metodológicas da Ciência da Informação, bem como na formação profissional nesta mesma área” (UNIVERSIDADE DO PORTO, 2018, meio eletrônico).

Armando Malheiro Silva e Fernanda Ribeiro são responsáveis por uma abordagem sobre avaliação de documentos tratada sob o ponto de vista pós-custodial e inserida na Ciência da Informação (FERREIRA; ROCKEMBACH, 2017).

Os autores consideram a avaliação “uma operação metodológica que se encaixa dentro do Método Quadripolar” (ROCKEMBACH, 2017, p. 14), ou seja, os autores se baseiam em um método de pesquisa social para definirem os elementos teóricos que constituem a avaliação.

Para o estudo do modelo de avaliação proposto pelos autores, foi utilizado o artigo “A avaliação em arquivística: reformulação teórico-prática de uma operação metodológica” publicado no ano de 2000 (SILVA; RIBEIRO, 2000).

4.9. Síntese da análise do texto de Armando Malheiro Silva e Fernanda Ribeiro

Fundamentos teóricos

O principal fundamento teórico no qual se assenta a abordagem de avaliação de Armando Malheiro Silva e Fernanda Ribeiro é que a avaliação em arquivística é uma operação metodológica e não um procedimento técnico, ou seja, tal função arquivística possui caráter científico e não se constitui mera operação prática.

Entendendo a avaliação como operação científica, os autores utilizam um método de pesquisa proveniente das Ciências Sociais chamado Método Quadripolar e dão “preferência pela Teoria Sistêmica, como ferramenta interpretativa e de referência para todo e qualquer estudo de cariz científico puro ou aplicado” (SILVA; RIBEIRO, 2009, p. 291).

Tal método pressupõe que a pesquisa científica deve acontecer por meio da interação de quatro dimensões ou polos, quais sejam:

- O polo epistemológico – “instância superior imbricada no aparato teórico e institucional [...], dá-se a reformulação constante dos parâmetros discursivos, dos paradigmas e dos critérios de cientificidade (objetividade, fidelidade e validade) que norteiam todo o processo de investigação (SILVA; RIBEIRO, 2009, p. 291);

- O polo teórico – “refere-se ao objeto de estudo, postulação de leis, formulação de conceitos operatórios, hipóteses e teorias e subsequente verificação” (SILVA; RIBEIRO, 2000, p. 78)

- O polo técnico – relaciona-se aos dispositivos metodológicos utilizados na pesquisa e sua capacidade probatória. Neste polo, existem três operações:

- Observação direta e indireta (de casos ou variáveis): levantamento dos dados contextuais relacionados ao caso ou a variáveis;
- Experimentação: testes para verificação de relação de causas e consequências;
- Análise/avaliação retrospectiva e prospectiva; “exame que permita generalizações e o estabelecimento de analogias científicas.”
- O polo morfológico – trata da organização e representação dos dados coletados na pesquisa e dos respectivos resultados.

Nesse sentido, a avaliação arquivística se enquadraria no polo técnico e se submeteria também às etapas de observação, análise e eventualmente experimentação, podendo ser considerada “a aplicação metodológica da operação análise/avaliação num quadro teórico sistémico particularizado pelo Arquivo e em estreita articulação com o factor memória perspectivado não em moldes passadistas e estáticos, mas dinâmicos de presente e futuro [...]”.

Os autores, numa perspectiva mais teórica, também defendem que os documentos passem por apenas duas fases no seu ciclo de vida, o primeiro no qual se apresenta por inteiro um “contexto de criação/produção” (início, trâmite e conclusão do documento) e o segundo no qual se apresenta um “contexto de memória” que é “indispensável a operacionalizar a gestão organizacional no presente e no futuro através das «lições» de um passado mais ou menos longínquo.”

Nesse sentido, os autores se contrapõem aos conceitos de valores primário e secundário de Schellenberg, argumentando que tais valores não se excluíam, ao contrário, seriam cumulativos, uma vez que o documento produzido (mesmo em sua fase inicial) possuiria diversas utilidades além daquela para a qual foi produzida podendo servir a inúmeros potenciais usuários. Da mesma forma, os documentos permanentes poderiam continuar tendo utilidade para a administração que os produziu.

Outra premissa utilizada pelos autores é a necessidade da “memória institucional ou particular” como parte da memória social “passível de constante (re)criação intersubjectiva, classista e política” e desse modo a preservação dos documentos de arquivo e do seu contexto de produção, uma vez que somente com a disponibilidade destas informações contextuais, a preservação e (re)construção da memória pode ser efetivamente alcançada.

Justificativa

Infere-se do texto que uma justificativa para adoção do modelo de avaliação proposto pelos autores é resolver a questão que eles chamam de “memória institucional gigantesca”.

Nesse sentido, eles defendem que, frente à situação do grande volume de documentos acumulados pelas instituições, um método de avaliação baseado em padrões científicos evitaria “eliminações de emergência” que fossem “feitas à revelia do mínimo interesse estratégico da instituição e com duvidosas vantagens para a investigação histórica e científica em geral”.

Definição

Apesar de o texto trazer algumas definições de avaliação de documentos a partir de outras obras, não foram identificados trechos que definissem o modelo de avaliação dos autores.

Algumas características de sua abordagem são descritas nas outras categorias utilizadas para a classificação do texto, como o caráter científico da avaliação e sua natureza metodológica. Elas poderiam fornecer uma noção do que os autores consideram a avaliação segundo sua visão. No entanto não elaboraremos aqui uma definição a partir destes atributos, tendo em vista que não é o objetivo desta seção do trabalho.

Objetivo

Os autores em alguns trechos determinam explicitamente a finalidade da sua abordagem de avaliação, os quais são citados abaixo:

- “[...] *[a avaliação tem o fim de]* conhecer o sistema informacional, [...] de equacionar problemas relativos ao seu funcionamento e/ou reconfigurar a sua performance no futuro imediato ou mediato.”

- “[...] *[a avaliação]* visa conservar de forma objectiva e rigorosa, [...] para rentabilizar e beneficiar o acesso, a eficácia da gestão e o auto-conhecimento [...], permitindo capitalizar internamente a memória e consciencializar os membros da respectiva organização para o seu potencial prático”.

- “[...] *[a avaliação é feita]* para rentabilizar interna e externamente a memória institucional como um bem estratégico e social que é e para permitir o regular e bom funcionamento do sistema de informação-arquivo (activo)”.

Num aspecto mais geral, os autores propõem que a avaliação de documentos, além de fundamentar e operacionalizar a destinação dos documentos, tenha a função de avaliar o próprio sistema de arquivos, reconhecendo suas forças e fraquezas, e de propor melhorias a ele.

Tendo em vista que a avaliação contempla as atividades de pesquisa, levantamento de funções, trâmites, tipos documentais, estruturas organizacionais etc, ela poderia servir de subsídio para a melhoria de processos como a documentação adequada de uma função (que eventualmente pode não estar sendo documentada), fluxo de documentos, reprodução etc.

Outro objetivo que parece ser específico da avaliação é tornar eficiente a produção, uso e preservação da memória institucional para o público interno de uma organização (funcionários e autoridades) quanto para o público externo (cidadãos, pesquisadores, órgãos de controle etc).

Agente(s) responsável(is)

De acordo com o texto, a avaliação não pode ser considerada atividade exclusiva do arquivista, uma vez que a problemática envolve aspectos da biblioteconomia e da tecnologia da informação.

Os autores defendem ainda que gestores e funcionários participem do fluxo informacional, incluindo-se aí do processo de avaliação de documentos. Desse modo, preconiza-se que a avaliação seja operacionalizada de “forma participativa e descentralizada” de maneira interdisciplinar, como forma de “democratizar a informação”.

Etapas

No que se refere às etapas do modelo de avaliação, os autores não detalham quais seriam elas. No entanto, eles destacam três indicadores (que nesta pesquisa podem ser entendidos como critérios) que fundamentariam as decisões sobre a guarda permanente ou eliminação dos documentos, e a análise baseada nestes indicadores pode ser considerada uma ou mais etapas do seu método.

Crítérios

Os critérios propostos são a pertinência, a densidade e a frequência que são descritos abaixo

Pertinência: refere-se ao pertencimento do conjunto documental a ações da entidade ou pessoa produtora. A pertinência pode ser mensurada em três níveis, no “nível A”, se incluíam os documentos provenientes do cumprimento dos objetivos essenciais da instituição; no “nível B”, os documentos relacionados às atividades-meio das instituições; e no nível C, os documentos com informações periféricas em relação aos objetivos e às atividades-meio. Seu índice de ponderação é representado por 1 (inf. de nível A ou B) ou 0 (inf. de nível C).

Densidade: diz respeito ao atributo de a informação ser primária ou secundária e única ou duplicada. A densidade é medida de forma que a informação primária e única é considerada a mais densa e a secundária e duplicada a menos densa. Seu índice de ponderação é representado por 1 (informação mais densa) ou 0 (informação menos densa).

Frequência: “quantificação da periodicidade de uso/acesso à informação, quer na fase de produção/recepção [...], quer na fase imediatamente posterior [...]”. A frequência é medida pelo número de uso(s)/ano, sendo considerados uso mínimo, a utilização menor que 1 vez por semana, e uso máximo, a utilização maior que 1 vez por semana. Seu índice de ponderação é representado por 1 (uso máximo/médio) ou 0 (uso mínimo).

As decisões sobre a guarda ou eliminação de documentos levará em conta cada um dos parâmetros e os respectivos índices de ponderação conforme quadro a seguir:

Quadro 7 Decisão sobre destino final da informação

Decisão sobre o destino final da informação:

<i>Pertinência</i>	<i>Densidade</i>	<i>Frequência</i>	<i>Destino final</i>
Nível A	1	1 ou 0	Conservação permanente
Nível A	0	1	Conservação temporária
Nível A	0	0	Eliminação
Nível B	1	1 ou 0	Conservação permanente
Nível B	0	1	Conservação temporária
Nível B	0	0	Eliminação
Nível C	1 ou 0	1	Conservação temporária
Nível C	1 ou 0	0	Eliminação

Fonte: Silva e Ribeiro, 2000

5. CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS ENTRE OS TEXTOS ANALISADOS

Esta seção da pesquisa apresenta as convergências e divergências entre as proposições dos textos analisados, a partir das categorias definidas na metodologia ou de outros temas que identificados na análise dos quatro textos. Foram comparados os conteúdos classificados em cada categoria, ou seja, quais as diferenças e similaridades em relação à Justificativa, aos Objetivos, Agentes responsáveis e Critérios defendidos por cada autor. As categorias “Fundamentos teóricos”, “Definição” e “Etapas” não foram comparadas por motivos diferentes, quais sejam:

Fundamentos teóricos – Os fundamentos teóricos de cada abordagem diferenciam-se substancialmente no que diz respeito à amplitude de suas proposições. Alguns dos textos analisados tratam de maneira superficial os seus fundamentos, outros são bastante específicos. Nesse sentido, a diversidade dos fundamentos impossibilita uma comparação objetiva desta categoria.

Definição – Nenhum dos autores traz uma definição formal de sua abordagem, portanto não seria possível uma comparação neste quesito. No entanto, a análise das outras categorias nos possibilita entender as diferenças substanciais.

Etapas – A comparação entre as etapas de cada abordagem necessitaria da análise de mais textos, uma vez que os textos analisados não especificam as etapas a ponto de poderem serem confrontados.

Ressalta-se que apesar das concepções sobre avaliação serem comparadas sobretudo em relação ao conteúdo dos textos analisados, foram considerados e analisados fatores como o contexto histórico e social em que os textos foram produzidos.

A seguir, é apresentada a síntese dos aspectos observados em cada categoria.

5.1. Análise das categorias

Justificativa

A abordagem de Schellenberg (2005) se justifica pelo fenômeno da explosão documental, a impossibilidade de gerenciar tamanho volume de documentos e a inutilidade de se manter todos os documentos para os pesquisadores. Cook (2005) também justifica a Macroavaliação baseado no problema do grande número de

documentos acumulados pelo governo canadense. Samuels (1991-1992) propõe um “reexame da teoria e prática da avaliação” ante o “volume, duplicação, dispersão” dos documentos modernos além de sua natureza transitória. Silva e Ribeiro (2000), na mesma linha, defendem que a memória institucional gigantesca demanda a avaliação.

Portanto, nota-se que o grande volume de documentos produzidos e acumulados pelas organizações, e a conseqüente impossibilidade de seu gerenciamento são motivadores comuns a todas as abordagens. No entanto, Cook (2004; 2005) e Samuels (1991-1992) argumentam que suas abordagens também se justificam por abrangerem documentos em suportes eletrônicos e principalmente bases de dados relacionais.

Objetivos

Conforme exposto anteriormente, o objetivo da avaliação na concepção de Schellenberg é reduzir a quantidade de documentos “[...]para que sejam úteis à pesquisa [...]”.

No caso da Macroavaliação, sua finalidade pode ser resumida como selecionar os documentos produzidos no âmbito das organizações e referentes às funções mais relevantes para a sociedade de modo que reflitam o funcionamento, o impacto e a relação dos cidadãos com elas.

Em relação à Estratégia de Documentação, seu objetivo é “reter informação adequada sobre uma área geográfica, tópico, processo ou evento específico que estejam dispersos na sociedade.” (PEARCE-MOSES, 2005, p. 131, tradução nossa)

Silva e Ribeiro (2000) estabelecem como objetivo de sua abordagem, auxiliar o acesso, conhecimento e eficácia à informação arquivística e, principalmente, agregar valor à memória institucional.

Nesse sentido, Schellenberg (2005) visa otimizar a informação que será acessada pelos pesquisadores assim como o próprio tempo de recuperação. Cook (2004), em sentido geral, desconsidera o potencial de uso futuro, e muda o foco, para o registro dos valores sociais ou das atividades humanas por meio das funções exercidas pelas instituições avaliadas. Samuels (1991-1992) também se preocupa com a documentação da experiência humana, no entanto baseada em tópicos ou áreas geográficas e não exclusivamente nas funções institucionais. Silva e Ribeiro destacam a preservação da memória institucional ou organizacional baseada não nos possíveis usos, nem nos valores da sociedade, mas em critérios baseados nos

interesses da instituição produtora. Portanto, nota-se que as quatro abordagens convergem, no que diz respeito à preservação de uma parcela de documentos que seja significativa, de alguma forma, à memória social. No entanto, divergem nos fatores que definem a significância dos desses documentos, quais sejam: o seu potencial futuro de pesquisa (SCHELLENBERG, 2005), o valor social para a sociedade (COOK, 2004), a capacidade de documentar um tópico ou área (SAMUELS, 1991-1992) ou sua capacidade de rentabilizar a memória institucional (SILVA e RIBEIRO, 2000).

Agentes responsáveis

Na visão de Schellenberg, o arquivista é o principal responsável pela atribuição de valor secundário aos documentos, mas ele pode contar com o auxílio de especialistas, no caso desta avaliação exigir conhecimentos que o arquivista não possui.

Cook (2004) também defende o arquivista como profissional responsável pela avaliação de documentos, pois ele é o agente legitimado pela lei para realizar tal função.

Para Samuels (1991-1992), a avaliação deve ser conduzida por uma equipe multidisciplinar e constituída por profissionais de diferentes instituições, uma vez que uma das proposições da Estratégia de Documentação é a ação cooperativa para documentar um fenômeno.

Silva e Ribeiro (2000), também concebem a avaliação como uma atividade que não é exclusiva do arquivista, pois requer conhecimentos de biblioteconomia e informática. Além disso, os autores defendem a participação gestores e funcionários nas decisões sobre a destinação dos documentos.

Nesse sentido, os autores se dividem: Schellenberg e Cook acreditam na responsabilidade exclusiva ou principal do arquivista para a execução da avaliação enquanto Samuels (1991-1992) e Silva e Ribeiro (2000) acreditam que o arquivista juntamente com outros profissionais deve se responsabilizar por esta função arquivística.

Crítérios

Neste tópico, não compararemos cada critério estabelecido pelos autores nos seus textos. Em vez disso, comparamos, em um nível mais geral, os critérios de cada um.

Os critérios, conforme tratado anteriormente, podem ter caráter mais genérico ou mais específico. Nesse sentido, os trechos analisados podem conter critérios anunciados explicitamente ou podem fornecer elementos, de modo que o leitor possa inferir os critérios.

Outra observação importante é que a aplicação de critérios pré-definidos se constitui também em etapas ou atividades do processo de avaliação. No entanto, o aspecto analisado aqui é o conteúdo dos critérios propriamente dito.

Schellenberg (2005) enumera diversos critérios ou “testes”, para que o arquivista possa aferir se os documentos possuem o valor probatório ou informativo. Alguns critérios estabelecidos pelo autor são tão específicos que chegam ao nível de definir determinadas espécies documentais para guarda permanente, outros são mais gerais, como no caso da preservação de “alguns documentos” dos programas substantivos ou fim dos órgãos.

Nota-se que o texto do norte-americano é uma espécie de manual da época e que muitos dos critérios que ele defende são respaldados pela sua prática e experiência profissional, e não em teorias ou princípios da Arquivística ou de outras disciplinas. No entanto, isso não desmerece sua contribuição, tendo em vista que Schellenberg foi um dos estudiosos precursores da avaliação de documentos e que sua obra a respeito deste tema continua a influenciar teorias e prática arquivísticas ao redor do mundo ainda nos dias atuais.

Cook (2004) elabora teoria, metodologia e definições próprias para sua abordagem de avaliação de documentos. Afinal, uma das preocupações do autor é apresentar conceitos e métodos de avaliação de documentos mais defensáveis do que aqueles adotados por Schellenberg e Jenkinson.

Os principais critérios propostos pelo autor no texto analisado não definem uma relação direta entre um conjunto documental específico ou proveniente de uma função e sua necessidade de guarda ou eliminação. Na verdade, os critérios estabelecem níveis de importância das funções que produzem os documentos para que possam ser comparadas entre si e selecionadas, ou melhor, tenham seus documentos selecionados para eliminação ou guarda permanente, constituindo-se assim em critérios relativos.

O texto de Samuels (1991-1992) não define critérios de avaliação. No entanto, ela afirma que os critérios devem se basear nos objetivos da Estratégia de Documentação.

Silva e Ribeiro (2000) adotam três critérios, denominados parâmetros, pelos autores. São eles a pertinência, a densidade e a frequência de uso, que são aplicados de forma interdependente.

Os critérios são apenas resultados de concepções mais amplas dos autores, ainda que elas não estejam explícitas no texto.

As obras de todos os autores ressaltam, ao menos em parte, critérios orgânico-funcionais, ou seja, a guarda permanente ou eliminação é definida pela relevância da estrutura ou função que dá origem aos documentos.

A frequência de uso contemporâneo dos documentos é utilizada por Silva e Ribeiro (2000) como um dos critérios norteadores. Cook (2004) também utiliza esse critério, mas apenas em caráter complementar.

O critério de unicidade defendido por Schellenberg (2005), também é adotado por Silva e Ribeiro (2000) por meio do seu parâmetro “densidade”, que em parte diz respeito à característica de a informação ser única ou duplicada. Cook (2001; 2004) também utiliza o critério da unicidade, mas de maneira acessória, somente após a aplicação dos critérios funcionais.

5.2. Aspectos transversais identificados nos textos

Para fins de comparação, além dos conteúdos classificados nas categorias citadas, foram identificados aspectos comuns que emergiram da leitura dos quatro textos, principalmente daqueles trechos codificados como Fundamentos teóricos.

Tais aspectos foram denominados: Valor, Potencial de uso dos documentos (premissas para as decisões de destinação), Natureza investigativa e analítica da avaliação de documentos, Subjetividade e Objetividade e cientificidade do processo de avaliação.

Apesar de não previsto inicialmente nos procedimentos metodológicos, esses aspectos, tendo em vista sua relevância, serão abordados a seguir:

Valor

Conforme já exposto, Phillip Brooks (1940) introduziu o conceito de valor no âmbito dos arquivos. No entanto, Schellenberg (2005, p. 180) articulou os conceitos de valor primário e valor secundário, sendo, o primeiro, a utilidade ou importância dos documentos “para a própria entidade onde se originam os documentos” e, o segundo,

a utilidade ou importância dos documentos “para outras entidades e utilizadores privados”.

O autor defende que o valor primário se subdivide em valores fiscal (utilidade ou importância para comprovação de operações fiscais), legal (utilidade para comprovar direitos e/ou obrigações) ou executivo (utilidade ou importância para dar suporte a questões administrativas). Enquanto o valor secundário se subdivide em valores probatório (utilidade ou importância para comprovar a “organização e funcionamento do órgão governamental”) e valor informativo (utilidade ou importância para fornecer informações sobre pessoas, coisas e fenômenos).

No texto analisado, no que se refere aos valores, Cook (2004) utiliza o termo diversas vezes, considerando ser sinônimo de “significância” ou “importância” dos documentos de arquivo. O autor não se dedica a analisar, de maneira mais profunda, o conceito de valor, mas parece concordar com a ideia de os documentos considerados permanentes possuírem uma importância ou utilidade diferenciada de outros conjuntos documentais, mesmo sem estabelecer subdivisões dos valores. O autor utiliza a expressão “valor arquivístico” para designar o atributo daqueles documentos que devem ser preservados permanentemente.

O valor arquivístico utilizado por Cook (2004) não pode ser equiparado ao valor secundário de Schellenberg (2005), pois enquanto aquele acredita que o valores dos documentos estão atrelados aos valores que a sociedade atribui às instituições e às funções que elas realizam, o norte-americano defende que possuem valor secundário quaisquer documentos que sejam importantes aos potenciais pesquisadores do acervo, com ênfase à pesquisa administrativa, histórica, social, econômica e científica no geral.

Nesse sentido, Cook (2004) adverte, que devem existir certos critérios pré-articulados de valor, e que o valor informacional dos documentos deve ser considerado somente em último caso.

No caso de Samuels (1991-1992), a autora utiliza o termo “valor” em algumas passagens do seu texto, principalmente para se referir ao valor da evidência (ou da informação que fornece evidência) sobre determinados fenômenos. Nesse sentido, infere-se que, assim como Cook (2004), ela também considera alguns conjuntos documentais significativos em relação a outros, possuindo, como medida para definir a guarda ou eliminação dos documentos, o valor relativo dos conjuntos.

No texto analisado, a autora não trata com maior detalhamento o que ela considera valor, no entanto ela é categórica ao afirmar que “um valor particular que deve ser reexaminado é a consideração de necessidades futuras de pesquisa” (SAMUELS, 1991-1992, p. 133). Nesse ponto, a autora defende, como uma das premissas do seu texto, que o potencial de pesquisa futura dos documentos não pode ser considerado um elemento que determine seu valor, divergindo abertamente sobre o valor informativo proposto por Schellenberg.

Silva e Ribeiro (2000, p. 102) também discordam da taxonomia de valores proposta por Schellenberg, afirmando que o “valor pressupõe juízo personalizado” e defendendo que os valores primário e secundário não se excluíam, mas seriam cumulativos.

Além disso, os documentos poderiam possuir uma utilidade diferente daquela para a qual foi criado ainda em sua fase inicial, por exemplo: pesquisas de caráter científico baseadas em documentos que ainda estão na fase “genésica” ou “decisória”; ou os documentos que se encontram numa fase pós-genésica, pós-decisória ou estável poderiam possuir, ainda, alguma utilidade administrativa. Nesse sentido os autores não utilizam um termo equivalente ao “valor”, mas se referem, em alguns trechos, a informações elimináveis ou conserváveis.

Nota-se que as principais proposições que dizem respeito à atribuição de valor se encontram em dimensões teóricas das abordagens, demonstrando a relevância do conceito, ainda que ressignificado por alguns autores e rechaçado por outros.

Potencial de uso futuro dos documentos

Conforme explicitado no tópico anterior, a questão do potencial de uso futuro dos documentos é uma questão bastante conectada à valoração da informação arquivística, principalmente na obra de Schellenberg (2005).

Para o autor norte americano, a potencial necessidade de informações por parte dos usuários do arquivo pode ser considerada uma das bases para a decisão sobre a guarda permanente ou eliminação dos documentos.

Cook (2004, p. 6, tradução nossa) e Samuels (1991-1992, p. 134, tradução nossa) se opõem categoricamente a essa proposta. Em uma das premissas da Macroavaliação, Cook afirma que “a última coisa que um arquivista deve fazer na avaliação é considerar o uso potencial dos pesquisadores” enquanto Samuels declara que

em vez de se basear em suposições subjetivas sobre pesquisas potenciais, as decisões sobre avaliação devem ser guiadas por objetivos claros de documentação baseados em um entendimento amplo sobre o fenômeno ou instituição a ser documentada.

Silva e Ribeiro (2000) não tratam deste tema, apesar de utilizarem dados quantitativos sobre o uso dos documentos como parâmetros para a decisão sobre a destinação dos documentos. Entretanto, os autores utilizam, como critérios, os usos passados e presentes e não os possíveis usos futuros.

Natureza investigativa e analítica da avaliação de documentos

Um aspecto comum aos textos analisados é o reconhecimento pelos autores que a avaliação é uma atividade que requer planejamento, pesquisa e análise por parte dos seus responsáveis. No entanto, estas atividades se encontram em diferentes níveis a depender da abordagem, ou seja, os autores propõem pesquisas e análises mais ou menos detalhadas, baseando-se em diferentes pressupostos.

Schellenberg (2005) defende uma análise total dos documentos da instituição, verificando as suas “origens e inter-relações”. O autor sugere a realização de pesquisa em outras fontes documentais (publicações, jornais, etc) que tratem de assuntos comuns aos do acervo avaliado, para determinar o seu valor informativo. A análise proposta, por um lado, restringe-se aos documentos e às funções que dão origem a eles. Por outro, mostra-se vaga ao determinar a pesquisa em outras fontes, no caso dos documentos com valor informativo.

No caso da Macroavaliação, Cook (2004) propõe a análise da relação entre três fatores: “função, estrutura e cidadão”. Para isto, ele considera que a avaliação deve envolver a pesquisa detalhada sobre as funções institucionais, o contexto social em que a instituição se insere e sua relação com seu público alvo, além das estruturas organizacionais, sistemas de gestão de documentos, fluxos documentais, suportes informacionais. Nota-se, portanto, que a análise de Cook é mais ampla e complexa que a de Schellenberg e abrange a relação “Estado-cidadão”.

Samuels (1991-1992) também considera que a análise e planejamento são essenciais para a aplicação da Estratégia de Documentação, e utiliza a análise funcional (método utilizado originalmente na Macroavaliação) como uma das etapas para implantar uma estratégia de documentação. Portanto, considera-se que a pesquisa e análise realizada no âmbito da Estratégia de Documentação, como uma

de suas etapas é ainda mais complexa que aquela realizada na Macroavaliação, uma vez que exige a cooperação entre diferentes instituições e profissionais.

Silva e Ribeiro (2000), em alguns trechos do seu texto, enfatizam a importância da avaliação ser baseada em um método científico. Nesse sentido, os autores defendem que “a avaliação é indissociável da análise e precedida pela observação e eventualmente pela experimentação”. Fazem parte do modelo proposto pelos autores, o estudo orgânico funcional da instituição, levantamento da produção documental e, por fim, a própria análise/avaliação dos documentos identificados.

Portanto, todos os autores buscam procedimentos racionais para a avaliação, que se constituem inicialmente no levantamento e verificação de dados sobre o contexto de produção dos documentos e sobre a própria documentação produzida; e, em seguida, nas análises e decisões sobre a destinação dos documentos. A amplitude e o viés destas pesquisas e análises variam de acordo com a abordagem de avaliação, no entanto o conhecimento mínimo sobre o contexto orgânico-funcional é elemento comum a todas elas.

Subjetividade, objetividade e cientificidade do processo de avaliação

A objetividade e/ou subjetividade no processo de avaliação é outro tema comum aos quatro textos.

Apesar de propor modelos que racionalizem a atividade avaliativa e defenderem métodos objetivos e baseados em padrões científicos, Schellenberg (2005), Cook (2004) e Samuels (1991-1992) admitem que existe uma margem de ação subjetiva dos profissionais envolvidos na avaliação. Silva e Ribeiro, no entanto, enfatizam a busca pela objetividade do seu método, sem deixar claro nenhuma questão relacionada à subjetividade em seu modelo.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da pesquisa, buscou-se compreender como se relacionam as proposições de autores representantes das principais abordagens sobre avaliação de documentos, provenientes de diferentes tradições arquivísticas.

Para tanto, foi analisado como a Arquivística se insere na Ciência da Informação e como se dá a relação entre a Arquivística e avaliação de documentos de arquivo.

Nota-se que não existe consenso sobre o estatuto científico da Arquivística, existindo autores que a consideram ciência, disciplina, disciplina científica, disciplina técnica, disciplina científica da Ciência da Informação, ou uma das ciências da informação.

A avaliação de documentos, por sua vez, também não possui uma classificação clara no âmbito da Arquivística, podendo ser considerada método, técnica, ou função arquivística. Ainda assim, existem autores que defendem que a avaliação seria um objeto de estudo da Arquivística, que possuiria teoria e metodologia próprias (FREDRIKSSON, 2003; COOK, 2004), posição que foi adotada ao longo da pesquisa.

Identificou-se, ainda, a trajetória cronológica das teorias e práticas da avaliação na Inglaterra, Alemanha, Estados Unidos e Canadá. Constatou-se que as práticas de avaliação remontam a meados do século XIX na Alemanha e Inglaterra, mas que ganhou força (também em seu aspecto teórico), na primeira metade do século XX, com o expressivo aumento na produção documental, decorrente da conjuntura à época. A partir de então surgem diferentes abordagens sobre a avaliação de documentos cada qual com fundamentos e métodos próprios.

Investigaram-se os aspectos conceituais e terminológicos da avaliação. Nesse sentido, foram identificadas e comparadas as principais definições de “avaliação de documentos de arquivo”, de modo que se chegasse a uma definição operacional para o termo, qual seja: “a função arquivística que abrange as ações relacionadas à determinação de valores, prazos de guarda, destinação e condições de preservação aos documentos de arquivo, visando racionalizar a guarda de documentos e constituir um patrimônio documental”. Foram identificadas ainda outras definições relacionadas à avaliação como forma de subsidiar o entendimento do tema ao longo do trabalho.

Ressalta-se aqui o conceito de valor uma vez que ele liga o conceito de avaliação ao de arquivo permanente, ou seja, o valor e conseqüentemente a avaliação

somente existem devido à impossibilidade de guardar todos os documentos, tendo em vista a racionalização dos recursos materiais, financeiros, técnicos e até mesmo dos próprios recursos informacionais, ou diante do dano que pode ser causado pela eliminação de todos os documentos, tendo em vista as perdas para a construção e preservação da memória social e mais especificamente para a pesquisa científica. O valor condensa diversos conceitos, critérios e princípios próprios de cada abordagem. Só tem valor (arquivístico ou secundário) no contexto de determinada abordagem aqueles documentos que passam por um crivo teórico e metodológico específico.

Ainda na fase de revisão de literatura, pesquisou-se como os autores da área percebiam os motivos e a finalidade da adoção da avaliação de documentos. Os autores defendem diferentes justificativas para a implementação do processo avaliativo, no entanto o grande volume de informação arquivística produzida (considerando-se aqui a quantidade de documentos físicos e de conteúdo) e suas consequências práticas (como falta de recursos humanos, financeiros, materiais para o tratamento da documentação, além da dificuldade na busca diante do número de documentos irrelevantes) parecem prevalecer como motivadores nas diferentes abordagens.

Dentre os autores analisados, parece ser consenso que nem todos os documentos merecem ser preservados, devendo ser mantida apenas uma parcela que varia de abordagem para abordagem, ou seja, os documentos relevantes à pesquisa (SCHELLENBERG, 2005), os documentos que melhor refletem as atividades governamentais e a sua relação com os cidadãos (COOK, 2004), os documentos que melhor refletem os componentes da sociedade (SAMUELS, 1991-1992), ou aqueles mais representativos da memória institucional (SILVA e RIBEIRO, 2000).

Nesse sentido, o objetivo da avaliação está relacionado principalmente à questão da racionalização de recursos perante o volume de documentos e informações produzidos ou simplesmente por ser desnecessária a manutenção de todos os dados e documentos. Após uma seleção criteriosa de documentos, é necessário um menor número de pessoas para tratá-los num arquivo permanente, menor espaço para sua guarda (em ambiente digital ou físico), aumenta-se o desempenho dos sistemas de arquivo (físicos ou digitais) e eliminam-se documentos considerados desnecessários.

Foi investigado também como a literatura brasileira trata da avaliação de documentos. Verificou-se que a produção científica sobre o tema é pequena, se comparada a outros temas da Arquivística ou da Ciência da Informação. Verificou-se que as publicações técnicas são as principais referências nos artigos. Nesse sentido, não é a produção acadêmica sobre avaliação que mais influencia o conteúdo dos artigos publicados, mas sim os manuais técnicos que tratem dessa função arquivística.

Portanto, a literatura nacional não tem dado a atenção adequada ao tema, seja produzindo um pequeno número de estudos ou produzindo estudos que não aprofundam as análises teóricas, limitando-se a uma abordagem superficial. Por exemplo, o próprio termo “abordagem de avaliação” e “abordagem teórica sobre avaliação” apesar de utilizado por alguns autores (MAKHLOUF; CAVALCANTE, 2008; FERREIRA, ROCKEMBACH, 2017), não é explicitado na literatura e nem diferenciados de expressões como “modelos de avaliação”, “teorias de avaliação” e “correntes de pensamento sobre avaliação”.

Para operacionalizar a análise das diferentes proposições, utilizou-se o método da Análise de Conteúdo Qualitativa. Foram analisados quatro textos de diferentes autores representativos de abordagens sobre avaliação de documentos, quais sejam: A avaliação dos documentos públicos modernos de Theodore Schellenberg; *Macro-appraisal and functional analysis: documenting governance rather than government* de Terry Cook; *Improving Our Disposition: Documentation Strategy* de Helen Samuels e A Avaliação em Arquivística: reformulação teórico prática de uma operação metodológica de Armando Malheiro Silva e Fernanda Ribeiro.

Por meio desse método, foi elaborada uma estrutura de categorias e subcategorias pertinentes à avaliação de documentos. Essa estrutura teve por objetivo agrupar os trechos de cada texto analisado que possuíssem um significado ou natureza semelhante, como forma de facilitar a análise de divergências e convergências entre as propostas.

Constatou-se que o tema “avaliação de documentos” poderia ser organizado de acordo com uma proposta de subdivisão da própria disciplina arquivística, ou seja, o critério para criação de categorias se basearia, inicialmente, nas teorias e métodos específicos da avaliação de documentos.

Nesse ponto, cabe ressaltar que a dificuldade numa divisão lógica consistente da avaliação de documentos se dá em parte pela própria falta de sistematização deste objeto na literatura, seja ela nacional ou internacional.

No entanto, a atividade de classificação pode se mostrar parcial e complexa. Por vezes, as proposições dos textos não puderam ser classificadas com clareza, ainda que todo o processo de elaboração das categorias e de codificação do texto tenha sido revisado diversas vezes. Logo, a classificação ou o sentido de alguns enunciados contidos nos textos analisados pode ser questionado, uma vez que o conhecimento sobre o tema do leitor/codificador influencia no seu trabalho de codificação.

Consideramos, em relação ao conteúdo dos textos, que as diferentes ideias apresentadas em cada um representam, também, as principais propostas de cada abordagem sobre avaliação de documentos.

Nesse sentido, as principais proposições de cada abordagem foram sintetizadas, por meio da Análise de Conteúdo o que possibilitou a análise das convergências e divergências entre as abordagens.

No que se refere à relação entre as diferentes abordagens, prefere-se tratar individualmente de cada autor.

Apesar da proposta de Schellenberg já possuir mais de 60 anos e se mostrar “anacrônica”, conforme a visão de Armando Malheiro (ROCKEMBACH, 2015), quando aplicada ao contexto contemporâneo pós-custodial, percebeu-se que a abordagem do autor possui uma influência muito forte nas outras três abordagens analisadas.

Uma de suas maiores contribuições foi sistematizar, como elemento norteador para a decisão de guarda/eliminação dos documentos, as suas características orgânico-funcionais. Tal critério é adotado pelas outras três abordagens analisadas que a adaptaram e atribuíram a ela mais ou menos relevância.

Mesmo o valor informativo defendido por Schellenberg, tão criticado pelos outros autores é de alguma forma utilizado por eles. Ou seja, ainda que os autores não acreditem na possibilidade de decidirem pela guarda permanente de determinados documentos com base na sua capacidade de fornecerem informações sobre coisas, pessoas e fenômenos, os subcritérios de forma e unicidade são utilizados em todas as abordagens.

Em relação à Estratégia de Documentação apresentada por Helen Samuels, percebe-se que sua abordagem se apropria de elementos de outras abordagens como

por exemplo a análise funcional de Terry Cook, ou mesmo, uma visão da avaliação realizada com base no conteúdo dos documentos, que de alguma forma se alinha à do valor informativo de Schellenberg, apesar de a autora negá-la explicitamente.

Não obstante as aplicações práticas da Estratégia de Documentação terem sido interrompidas após alguns anos, a abordagem de Samuels deixa um legado relevante para a Arquivística. Dentre elas, destacam-se a perspectiva interdisciplinar enquanto forma de legitimação do processo de avaliação, e a própria capacidade de prever as relações interinstitucionais no processo de avaliação.

A Macroavaliação parece ser mais robusta teoricamente, se comparada às outras abordagens analisadas, uma vez que se insere numa corrente de pensamento de forma explícita (no pós-modernismo), além de ser concebida como um conjunto de teoria, estratégia, metodologia e critérios de avaliação muito bem detalhados ao longo da produção teórica de Cook e outros autores canadenses. Outro indicador que leva a esta conclusão é o alto número de artigos sobre o tema em diferentes países, assim como a adoção da metodologia, mesmo que adaptada, em governos de diferentes países.

A Macroavaliação utiliza-se de diversos elementos adaptados da abordagem de Schellenberg, como a ênfase da avaliação no contexto orgânico-funcional dos documentos. Em ambas as abordagens, existe uma relação entre o valor dos documentos, a estrutura produtora e o contexto funcional no qual eles são produzidos. No entanto, a abordagem de Cook “põe muito mais ênfase no cidadão ou, nestas aplicações centradas no negócio, consumidor ou cliente” (COOK, 2005, p. 144, tradução nossa).

Enquanto Schellenberg se preocupa em elencar critérios muito específicos para a atribuição de valor secundário aos documentos, citando espécies documentais que devem ser preservadas ou eliminadas independente do seu contexto de produção, Cook preocupa-se em elaborar uma metodologia mais geral que possa garantir a consistência nas decisões sobre preservação e/ou eliminação dos documentos.

A abordagem de Silva e Ribeiro também considera o contexto orgânico-funcional na decisão sobre a guarda permanente dos documentos. No entanto, ao contrário da Macroavaliação, ela se volta para o interior da instituição, onde os produtores dos documentos são os principais responsáveis por decidir o destino dos

documentos, tendo em vista critérios mais administrativos que patrimoniais ou históricos.

A frequência de uso contemporâneo, que é utilizada de maneira secundária na abordagem de Cook, ganha importância na visão dos autores portugueses, assim como a densidade da informação.

É consenso entre os autores que a avaliação é um trabalho analítico que deve se basear na pesquisa. O diferencial entre as ideias dos autores é a amplitude e a complexidade da pesquisa e de suas conclusões relacionadas ao destino dos documentos.

A análise de um texto de cada abordagem sobre avaliação, (apesar da leitura de outros textos complementares) forneceu diversas informações relevantes sobre a visão dos autores e sobre as relações entre as proposições das diferentes abordagens. No entanto, para o maior esclarecimento sobre as teorias e principalmente os métodos de cada abordagem, deve ser analisado um maior número de textos provenientes de diferentes autores.

Cabe ressaltar que, apesar de utilizarmos na pesquisa uma definição operacional de avaliação que abrange diversos aspectos, questões como a definição de prazos de guarda e de condições de preservação não foram abordadas, em razão de os textos analisados (e talvez maior parte da literatura) não tratarem desses assuntos, preocupando-se substancialmente com a atribuição de valores aos documentos ou os elementos que influenciam as decisões sobre a destinação dos documentos.

No entanto, mesmo no que se refere à sua dimensão teórica, a produção científica sobre avaliação de documentos analisada na dissertação não atinge um consenso sobre seus objetivos de modo que esses perpassem, ao menos, a maior parte das abordagens.

Desta forma, questionamentos sobre quais as bases para a decisão da preservação permanente dos documentos de arquivo continuam sem resposta conclusiva. Seriam elas: atender o pesquisador em potencial? Prover evidência suficiente das instituições e suas relações com seus usuários? Documentar a sociedade? Constituir uma memória institucional?

Em relação aos questionamentos acima, nos parece que o caráter evidencial sobre o funcionamento das instituições é parte do registro das atividades da sociedade como um todo, e, portanto, parcela da memória institucional e social. No entanto, a

avaliação com base no conteúdo dos documentos se encontra isolada das três primeiras.

Para complementar as evidências sobre os diversos ramos das atividades humanas e possibilitar que os diferentes interessados conheçam as bases sobre as quais foram tomadas as decisões sobre a eliminação de determinados documentos, é imprescindível que o processo de avaliação seja transparente e adequadamente documentado, conforme defende Cook (2004).

Nota-se ainda que são escassos os estudos interdisciplinares que tratem da avaliação, seleção e descarte da informação arquivística. Diversas áreas a depender da abordagem, podem ter influência na avaliação como a Administração, a História, a Memória Social, a Ciência da Informação, a Informática entre outros.

Estudos que considerem teorias e métodos de outras áreas podem auxiliar na compreensão da avaliação enquanto ramo da Arquivística ou enquanto tema interdisciplinar “dentro de um contexto social mais amplo” (COX, 2003); além disso um enfoque interdisciplinar pode contribuir com a avaliação de um universo de informações arquivísticas que crescem vertiginosamente principalmente nos ambientes digitais.

6.1. Recomendações para estudos futuros

Ao longo da pesquisa e com o aprofundamento em tópicos sobre a avaliação de documentos, foram identificadas algumas questões a serem verticalizadas em futuros estudos da área, quais sejam:

- A noção de patrimônio documental no âmbito da Arquivística e suas relações com o patrimônio cultural e histórico;
- Metodologias para a definição de prazos correntes e intermediário;
- A aplicabilidade de outras abordagens de avaliação de documentos no contexto brasileiro;
- As relações de dependência e/ou sobreposição entre a avaliação de documentos e as outras funções arquivísticas;
- A influência dos autores e dos tipos de documentos (artigos, legislação, publicações técnicas) citados na literatura nacional sobre a avaliação de documentos;
- Os subtemas da avaliação de documentos tratados pela literatura nacional;
- A avaliação de documentos no âmbito da construção e preservação da memória social;
- Estudos de caso de avaliação de documentos digitais no contexto brasileiro;

REFERÊNCIAS

ALEXANDER, P.; SAMUELS, H. The roots of 128: a hypothetical documentation strategy. **The American Archivist**, v. 50, n. 4, p. 518-531, 1987.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Ed. rev. e ampl. Lisboa: Edições 70, 2011.

BARROS, T. H. B. **A construção discursiva em arquivística**: uma análise do percurso histórico e conceitual da disciplina por meio dos conceitos de classificação e descrição. 2010, 132 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

BARROS, T. H. B. **A representação arquivística**: uma análise do discurso teórico e institucional a partir dos contextos espanhol, canadense e brasileiro. 2014, 222 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista, Marília, 2014.

BELLOTTO, H. L. **Arquivística**: objetos, princípios e rumos. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2002.

BELLOTTO, H. L. As terminologias das áreas do saber e do fazer: o caso da Arquivística. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1-2, 2007, p. 47-56.

BERNARDES, I. P. **Como avaliar documentos de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998. Disponível em: <http://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas_colecao_como_fazer/cf1.pdf>. Acesso em: 5 fev. 2018

BHATTACHERJEE, A. **Social science research**: principles, methods, and practices. 2nd ed. Florida: USF, 2012. Tampa Bay Open Access Textbooks Collection. Book 3.

BRASIL. Lei nº 6.546, de 4 de julho de 1978. Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 jul. 1978.

BRASIL. Lei nº 7.627, de 10 de novembro de 1987. Dispõe sobre a eliminação de autos findos nos órgãos da Justiça do Trabalho, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 nov. 1987.

BRASIL. Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 9 jan. 1991.

BRASIL. Decreto nº 2.182, de 20 de março de 1997. Estabelece normas para a transferência e o recolhimento de acervos arquivísticos públicos federais para o Arquivo Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 21 de mar. de 1997.

BRICHFORD, M. J. **Archives & manuscripts: appraisal & accessioning**. Chicago: Society of American Archivists, 1977.

BROOKS, P. The Selection of Records for Preservation. **The American Archivist**, v. 3, n. 4, p. 221-234, out. 1940.

BROWN, R. Macro-Appraisal Theory and the Context of the Public Records Creator. **Archivaria**, v. 40, p. 121-172, outono 1995.

CAMARGO, A. M. de A.; BELLOTTO, H. L. **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros, Núcleo Regional de São Paulo; Secretaria de Estado da Cultura, 1996.

CAMBRIDGE dictionary: English. **English**. 2017. Disponível em: <<https://dictionary.cambridge.org/>>. Acesso em: 16 dez. 2017.

CAPURRO, R.; HJØRLAND, B. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p.148-207, jan./abr. 2007.

CERMENO MARTORELL, L.; RIVAS PALÁ, E. Valoración, selección y eliminación. In: CRUZ MUNDET, J. R. **Administración de documentos y archivos: textos fundamentales**. Madrid: Coordinadora de Asociaciones de Archiveros, 2011. p. 215-271. Disponível em: <<http://www.archiveros.net/LIBRO.ARCHIVOS.IBEROAMERICANOS.pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2017.

CONARQ. Conselho Nacional de Arquivos (Brasil). **Classificação, Temporalidade e destinação de documentos de arquivo relativos às atividades-meio da administração pública**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001a.

CONARQ. Conselho Nacional de Arquivos (Brasil). Resolução nº 4, de 28 de março de 1996. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 29 mar. 1996.

CONARQ. Conselho Nacional de Arquivos (Brasil). Resolução nº 6, de 15 de maio de 1997. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 mai. 1997a.

CONARQ. Conselho Nacional de Arquivos (Brasil). Resolução nº 7, de 20 de maio de 1997. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 mai. 1997b.

CONARQ. Conselho Nacional de Arquivos (Brasil). Resolução nº 14, de 24 de outubro de 201. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 8 fev. 2001b.

CONARQ. Conselho Nacional de Arquivos (Brasil). Resolução nº 24, de 3 de agosto de 2006. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 7 ago. 2006.

CONARQ. Conselho Nacional de Arquivos (Brasil). Resolução nº 40, de 9 de dezembro de 2014. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 dez. 2014. CNPQ (Brasil). **Currículo Lattes**: Armando Manuel Barreiros Malheiro da Silva. 2018a. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/3383819339962955>>. Acesso em: 11 fev. 2018.

CNPQ (Brasil). **Currículo Lattes**: Cândida Fernanda Antunes Ribeiro. 2018b. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/5228876940143478>>. Acesso em: 11 fev. 2018.

COOK, T. 'Many are called, but few are chosen'? Appraisal Guidelines for Sampling and Selecting Case Files. **Archivaria**. v. 23, p. 25-50, verão 1991a.

COOK, T. **The archival appraisal of records containing personal information: A RAMP study with guidelines**. Paris: UNESCO, 1991b. General Information Programme and UNISIST.

COOK, T. Mind over matter : towards a new theory of archival appraisal. In: CRAIG, B. L.; TAYLOR, H. A. **The archival imagination: essays in honour of Hugh A. Taylor**. Ottawa: Association of Canadian Archivists, 1992. p. 38-70.

COOK, T. "Another Brick In The Wall": Terry Eastwood's Masonry and Archival Walls, History, and Archival Appraisal. **Archivaria**, v. 37, p. 96-103, 1994.

COOK, T. From the record to its context: The theory and practice of. S. A. **Archives Journal**, v. 37, p. 32-50, jun. 1995.

COOK, T. Building an Archives: Appraisal Theory for Architectural Records. **The American Archivist**, v. 59, n. 2, p. 136-143, primavera 1996.

COOK, T. What is past is prologue: a history of archival ideas since 1898, and the Future Paradigm Shif. **Archivaria**, v. 43, p. 17-63, 1997.

COOK, T. Macroappraisal and functional analysis: appraisal theory, strategy and methodology for archivists. In: **SYMPOSIUM EN ARCHIVISTIQUE**, 3., 1998, Montréal. Montréal: Gira, 1998. p. 27-36.

COOK, T. **Archival appraisal and collection**: issues, challenges, new approaches [Special Lecture Series, University of Maryland and NARA Staff, 21-22 April 1999]. 1999. Disponível em: <<http://www.mybestdocs.com/cookt-nara-990421-2.htm>>. Acesso em: 13 fev. 2018.

COOK, T. Appraisal methodology: MacroAppraisal and functional analysis part A: concepts and theory. **Library and Archives Canada**, 2001a. Disponível em: <<https://www.bac-lac.gc.ca/eng/services/government-information->

resources/disposition/Documents/MacroappraisalPartA.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2018.

COOK, T. Appraisal methodology: MacroAppraisal and functional analysis part B: guidelines for performing an archival appraisal on government records. **Library and Archives Canada**, 2001b. Disponível em: <<https://www.bac-lac.gc.ca/eng/services/government-information-resources/disposition/Documents/MacroappraisalPartB.pdf>>. Acesso em: 7 fev. 2018.

COOK, T. Macro-appraisal and functional analysis: documenting governance rather than government. **Journal of the Society of Archivists**, v. 25, n. 1, p. 5-18, 2004.

COOK, T. Macroappraisal in theory and practice: origins, characteristics, and Implementation in Canada, 1950–2000. **Archival Science**, v. 5, p. 101-161, 2005.

COOK, T. Remembering the future: Appraisal of records and the role of archives in constructing social memory. In: BLOUIN, F. X.; ROSENBERG, W. G. (Ed.). **Archives, documentation, and institutions of social memory: essays from the Sawyer Seminar**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2007, p. 169-181.

COOK, T. Documenting society and institutions: the influence of Helen Willa Samuels. In: _____. **Controlling the past: Documenting Society and Institutions: Essays in Honor of Helen Willa Samuels**. [S. l]: SAA, 2011a. p. 1-28.

COOK, T. "We are what we keep; we keep what we are": archival appraisal past, present and future. **Journal of the Society of Archivists**, v. 32, n. 2, p. 173-189, 2011b.

COOK, T. Entrevista - Terry Cook. InCID. **Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 3, n. 2, p. 142-156, dez. 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/48658/52729>>. Acesso em: 07 fev. 2018.

COUTURE, C. La función valoración en la archivística: Una sinergia entre varias entre varias consideraciones complementarias. **Tabula**, Castela e Leão, v. 6, p. 23-49, 2003.

COUTURE, C. Archival Appraisal: A Status Report. **Archivaria**. v. 59, n. 1, p. 83-107, jan. 2005.

COUTURE, C. A Arquivística, os arquivistas e os arquivos no Canadá. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 147-163, jul./dez. 2015.

COX, R. A documentation strategy case study: Western New York. **The American Archivist**, v. 52, n. 2, p. 192-200, 1989.

COX, R. The Documentation Strategy and Archival Appraisal Principles: A Different Perspectiv. **Archivaria**, v. 38, p. 11-36, 1994.

COX, R. The archival documentation strategy and its implications for the appraisal of architectural records. **The American Archivist**, v. 59, n. 2, p. 144-154, 1996.

COX, R. **Documenting Localities: A Practical Model for American Archivists and Manuscript Curators**. Lanham: Scarecrow Press, 2001.

COX, R.. La valoración como un acto de memoria. **Tabula**, n. 6, p. 51-73, 2003.

COX, R.; SAMUELS, H. The archivist's first responsibility: A research agenda to improve the identification and retention of records of enduring value. **The American Archivist**, v. 51, n. 1-2, p. 28-42, 1988.

CRAIG, B. L. **Archival Appraisal: theory and practice**. Munchen: K. G. Saur, 2004.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CRUZ MUNDET, J. R. **Manual de archivística**. 2. ed. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruiperez, 1996.

CRUZ MUNDET, J. R. Principios, términos y conceptos fundamentales. In: _____. **Administración de documentos y archivos: textos fundamentales**. Madrid: Coordinadora de Asociaciones de Archiveros, 2011. p. 15-35. Disponível em: <<http://www.archiveros.net/LIBRO.ARCHIVOS.IBEROAMERICANOS.pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2017.

CUNHA, M. B.; CAVALCANTI, C. R. O. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008. 451 p.

DAHLBERG, I. Teoria do Conceito. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p.101-107, 1978.

DIRECTION DES ARCHIVES DE FRANCE. **Dictionnaire de terminologie archivistique**. 2002. Disponível em: <<https://francearchives.fr/file/4f717e37a1befe4b17f58633cbc6bcf54f8199b4/dictionnaire-de-terminologie-archivistique.pdf>>. Acesso em: 5 fev. 2018.

DRISKO, J. W; MASCHI, T. **Content analysis**. Oxford: Oxford University Press, 2016.

DURANTI, L. Concept of Appraisal and Archival Theory. **American Archivist**, v. 57, n. 2, p. 328-344, 1994.

DURANTI, L.; FRANKS, P. C. **Encyclopedia of Archival Science**. Lanham: Rowman & Littlefield, 2015.

DURANTI, L.; MICHETTI, G. **The Archival Method**. Vancouver. Columbia Britânica, 2012. No prelo.

EASTWOOD, T. Archival Appraisal: A Status Report. **Archivaria**. v. 36, p. 111-121, jan. 1993.

EASTWOOD, T. Um domínio contestado: a natureza dos arquivos e a orientação da ciência arquivística. In: EASTWOOD, T.; MACNEAL, H. (Org.). **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Belo Horizonte: Editora Ufmg, 2016. p. 19-45.

ERICSON, T. L. "To approximate June pasture": the documentation strategy in the real world. **Archival Issues**, v. 22, n. 1, p. 5-20, 1997.

FERREIRA, L. B.; ROCKEMBACH, M. Abordagens contemporâneas sobre avaliação em Arquivologia e Ciência da Informação: macroavaliação, avaliação do fluxo informacional e modelo índice-evidência-prova. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Santa Catarina, v. 50, n. 22, p.31-43, set. /dez 2017.

FREDRIKSSON, B. Postmodernistic archival science: rethinking the methodology of a science. **Archival Science**, v. 3, n. 2, p. 177-197. 2003.

HAAS, J. K.; SIMMONS, B. T.; SAMUELS, H. W. **Appraising the Records of Modern Science And Technology**: a Guide. Cambridge: Massachusetts Institute of Technology, 1985.

HACKMAN, L.; WARNOW-BLEWETT, J. The documentation strategy process: a model and a case study. **The American Archivist**, v. 50, n. 1, p. 12-47, 1987.

HAM, F. G. **Selecting and appraising archives and manuscripts**. Chicago: SAA, 1993.

INDOLFO, A. C. **Dimensões político-arquivísticas na avaliação de documentos na Administração Pública Federal (2004 - 2012)**. 2013. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – IBICT, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

INTERPARES. The International Research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems. TEAM México. **Glosario InterPARES de Preservación Digital: Parte InterPARES 3**. 2012. Disponível em: <<http://infocuib.laborales.unam.mx/~presarch/archivo/glosario.php>>. Acesso em: 16 dez. 2017.

INTERPARES 3. Terminology Database. Disponível em: <http://www.interpares.org/ip3/ip3_terminology_db.cfm>. Acesso em: 16 dez. 2017.

INTERNATIONAL COUNCIL OF ARCHIVES. **Multilingual Archival Terminology**. 2016. Disponível em: <<http://www.ica.org/en/online-resource-centre/multilingual-archival-terminology>>. Acesso em: 25 fev. 2017.

JAPIASSÚ, H.; MARCONDES, D. **Dicionário Básico de Filosofia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

JARDIM, J. M. A invenção da memória nos arquivos públicos. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 25, n. 2, p.1-13, 1995.

JENKINSON, Hilary. **A manual of archive administration**. Oxford: Oxford University Press, 1922.

KOLSRUD, O. The Evolution of Basic Appraisal Principles: Some Comparative Observations, **American Archivist**, v. 5, n. 1, p. 26-39, 1992.

KRIEGER, M. da G. Terminologia técnico-científica: políticas linguísticas e Mercosul. **Ciência e Cultura**, v. 58, n. 2, abr./jun. 2006. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252006000200017&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 17 dez. 2017.

KRIPPENDORFF, K. **Content analysis**: an introduction to its methodology. Califórnia: Sage Publications, 2004.

KRIZACK, J. Hospital documentation planning: the concept and the context. **The American Archivist**, v. 56, n. 1, p. 16-34, 1993.

MAKHLOUF, B.; CAVALCANTE, L. E. Avaliação arquivística: bases teóricas, estratégias de aplicação e instrumentação. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 13, n. 26, p. 201-213, 2º sem. 2008.

MALKMUS, J. D. Documentation strategy: Mastodon or Retro-success? **The American Archivist**, v. 72, p. 384-409, outono/inverno 2008.

MARQUES, A. A. C. **Interlocuções entre a Arquivologia nacional e a internacional no delineamento da disciplina no Brasil**. 2011. 399 f. Tese (Doutorado) - Universidade de Brasília, Brasília, 2011

MARQUES, A. A. C. Os Lugares da Arquivologia no Campo da Informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 42, n. 1, jan. 2015.

MENNE-HARITZ, A. Appraisal or Documentation: Can We Appraise Archives by Selecting Content? **American Archivist**, v. 57, p. 528-542, verão 1994.

MICHAELIS. **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. 2017. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/>>. Acesso em: 16 dez. 2017.

MOSTAFA, S. P.; MURGUIA, E. I. Entrevista - Terry Cook. InCID: **Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 3, n. 2, p. 142-156, dez. 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/48658/52729>>. Acesso em: 07 fev. 2018.

NASCIMENTO, M. I. G. do. **Avaliação de documento de arquivo na Administração Pública Federal Brasileira: um estudo à luz das concepções teóricas e da legislação e normas nacionais**. 2015. 145 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

NESMITH, T. Obituary: Terry Cook, 1947-2014. **Archivaria**, v. 79, p. 207-213, primavera 2015.

OLIVEIRA, E. B. de. **O conceito de memória na Ciência da Informação no Brasil: uma análise da produção científica dos programas de pós-graduação**. 2010. 194 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade de Brasília, Brasília. 2010.

ORCID. **Armando Malheiro da Silva**. 2018. Disponível em: <<https://orcid.org/0000-0003-0491-3758>>. Acesso em: 11 fev. 2018.

PEARCE-MOSES, R. **A Glossary of Archival and Records Terminology**. Chicago: Society of American Archivists, 2005. Disponível em: <<http://www.archivists.org/glossary/index.asp>>. Acesso em: 16 dez. 2017

POSNER, E. He broke new ground. **The American Archivist**, v. 33, n. 2, p. 195-196. abr., 1970. In memoriam Theodore R. Shcellenberg.

RAYWARD, B. The history and historiography of information science: some reflections. **Information Process & Management**, v. 32, n. 1, p. 3-17, 1996.

RHOADS, J. B. An archivist of intellect and industry. **The American Archivist**, v. 33, n. 2, p. 191-194. abr., 1970. In memoriam Theodore R. Shcellenberg.

RHOADS, J. B. **The Role of Archives and Records Management in National Information Systems: A RAMP Study**. Paris, UNESCO: 1989. Disponível em: <http://portal.unesco.org/ci/en/ev.php-URL_ID=21989&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html> Acesso em 27 fev. 2015.

RIBEIRO, F. Novos caminhos da avaliação de informação. **Arquivística.net**, Rio de Janeiro, v.1, n.2, p.53-74, jul./dez. 2005.

ROCKEMBACH, M. Entrevista: Armando Malheiro da Silva. **Em questão**, Porto Alegre, v. 23, n. 2, p. 11-33, maio/ago. 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.19132/1808-5245232.11-33>>. Acesso em: 11 fev. 2018.

ROSS, R. A. The National Archives: the formative years 1934-1949. In:_____. **Guardian of heritage**: essays of the history of the National Archives. Washington, DC: Smithsonian Institution Press, 1985. p. 33-49. Disponível em: <<https://www.archives.gov/files/about/history/sources/ross.pdf>>. Acesso em: 7 fev. 2018.

ROUSSEAU, J.; COUTURE, C. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

SAMUELS, H. W. Who controls the past. **The American Archivist**, v. 49, n. 2, p. 109-124, 1986.

SAMUELS, H. W. Improving our disposition: documentation strategy. **Archivaria**, v. 33, p. 125-140, inverno 1991-1992.

SAMUELS, H. W. **Varsity letters**: documenting modern colleges and universities. Chicago: Society of American Archivists, 1992.

SANTOS, V. B. dos. **Gestão de documentos eletrônicos**: uma visão arquivística. 2. ed. rev. e ampl. Brasília: ABARQ, 2005. 223 p.

SANTOS, V. B. dos. **A teoria arquivística a partir de 1898**: em busca da consolidação, da reafirmação e da atualização de seus fundamentos. 2011. 279 f., il. Tese (Doutorado em Ciência da **Informação**) - Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

SCHELLENBERG, T. R. **Modern archives**: principles & techniques. Chicago: SAA, 1956.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos Modernos**: princípios e técnicas. 5. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

SCHELLENBERG, T. R. Problemas arquivísticos do governo brasileiro. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 287-300, jul./dez. 2015.

SCHMIDT, C. M. dos S. **Arquivologia e a construção do seu objeto científico**: concepções, trajetórias, contextualizações. 2012. 320 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SCHREIER, M. **Qualitative content analysis in practice**. London: Sage, 2012.

SILVA, A. M. da; RIBEIRO, F. A avaliação em arquivística: reformulação teórico-prática de uma operação metodológica. **Páginas a&b: arquivos & bibliotecas**. Lisboa: Gabinete de Estudos a&b. v. 5., 2000, p. 57-113.

SILVA, A. M. da; RIBEIRO, F. **Das “ciências” documentais à ciência da informação**: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular. Porto: Edições Afrontamento, 2002.

SILVA, A. M. da; RIBEIRO, F. Perspectivar a avaliação como operação metodológica no âmbito da Ciência da Informação. In: CONGRESS ISKO-SPAIN, 9., 2009, Valência. **Actas...** Valência: [s. n.], 2009. p. 288-307.

SMIT, J. Arquivologia, biblioteconomia e museologia: o que agrega estas atividades profissionais e o que as separa? **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo: Nova Série, v. 1, n. 2, p. 27-36, 2000.

SMITH, J. F. Theodore R. Schellenberg: Americanizer and Popularizer. **The American Archivist**, Chicago, v. 44, n. 4, p. 313-326, outono 1981.

SOUSA, R. T. B. Os arquivos montados nos setores de trabalho e as massas documentais acumuladas na administração pública brasileira: uma tentativa de explicação. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 21, n. 1, p. 31-50, 1997.

SUBDIRECCIÓN GENERAL DE LOS ARCHIVOS ESTATALES. **Diccionario de terminología archivística**. 2. ed. Madrid: Ministerio de Cultura, 1995. Disponível em: <<http://www.mecd.gob.es/cultura/areas/archivos/mc/dta/portada.html>>. Acesso em: 5 fev. 2018.

TANUS, G. F. de S. C.; ARAÚJO, C. A. A. Proximidades conceituais entre arquivologia, biblioteconomia, museologia e ciência da informação. **Biblionline**, v. 8, n. 2, p. 27-36, 2012. THOMASSEN, T. **The development of archival science and its european dimension**. 1999. Disponível em: <<http://daz.hr/arhol/thomassen.htm>>. Acesso em: 16 dez 2017.

TOGNOLI, N. B. **A Contribuição Epistemológica Canadense para a Construção da Arquivística Contemporânea**. 2010. 120 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília, 2010.

TRACE, C. B. Dentro ou fora do documento?: noções de valor arquivístico. In: EASTWOOD, T.; MACNEAL, H. (Org.). **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Belo Horizonte: Editora Ufmg, 2016. p. 77-106.

UNIVERSIDADE DE WISCONSIN. **Helen Willa Samuels Papers, 1940-2011, bulk 1972-2004**. 2018. Disponível em: <<http://digital.library.wisc.edu/1711.dl/wiarchives.uw-mil-uwmms0255>>. Acesso em: 17 fev. 2018.

UNIVERSIDADE DO PORTO. **Fernanda Ribeiro**. 2018. Disponível em: <https://sigarra.up.pt/flup/pt/func_geral.formview?p_codigo=216073>. Acesso em: 11 fev. 2018.

VÁZQUEZ, M. M. **Cómo seleccionar documentos de archivo**. Buenos Aires: Alfagrama Ediciones, 2006.

WARSABA, P. M. **Organizational theory, organizational culture, and the new archival appraisal**. 2006. Tese (Master of arts) – Department of History, University of Winnipeg, Manitoba, 2006.

WEBER, R. P. **Basic content analysis**. 2nd ed. Newbury Park, CA: Sage, 1990.

APENDICE A – Codificação do texto “Avaliação dos documentos públicos Modernos”:

Categoria	Trechos Classificados
Fundamentos teóricos	<ul style="list-style-type: none"> - De modo geral, a eficácia de um programa de redução de documentos pode ser avaliada de acordo com a correção de suas determinações. Num programa dessa natureza não há substituto para o cuidadoso trabalho de análise. Não há possibilidade de serem inventadas técnicas que reduzam o trabalho de decidir sobre os valores dos documentos a uma operação mecânica. (p. 180) - Os valores inerentes aos documentos públicos modernos são de duas categorias: valores primários, para a própria entidade onde se originam os documentos, e valores secundários, para outras entidades e utilizadores privados. Os documentos nascem do cumprimento dos objetivos para os quais um órgão foi criado — administrativos, fiscais, legais e executivos. Mas os documentos oficiais são preservados em arquivos por apresentarem valores que persistirão por muito tempo ainda depois de cessado seu uso corrente e porque os seus valores serão de interesse para outros que não os utilizadores iniciais. (p. 180) - Pode-se determinar mais facilmente os valores secundários de documentos oficiais se os analisarmos em relação a dois aspectos: a) a prova que contém da organização e do funcionamento do órgão governamental que os produziu; e b) a informação que contém sobre pessoas, entidades, coisas, problemas, condições etc. com que o órgão governamental haja tratado. (p. 181) - Para efeito de estudo, os valores inerentes aos documentos decorrem da prova que contém da organização e funções serão chamados de valor probatórios. (p. 181) - Ainda para efeito de estudo, os valores inerentes aos documentos devido à informação que contém serão chamados de valores "informativos". A informação pode relacionar-se, de modo geral, a pessoas, coisas ou fenômenos. O termo "pessoas" pode incluir tanto pessoas físicas quanto jurídicas. O termo "coisas" pode incluir lugares, edifícios, objetos e demais bens materiais. O termo "fenômeno" refere-se ao que acontece tanto a pessoas quanto a coisas: condições, problemas, atividades, programas, acontecimentos, episódios etc. (p. 182) - O arquivista há que levar em consideração os métodos correntes de pesquisa de várias classes de pessoas e a probabilidade de que, em circunstâncias ordinárias, farão uso efetivo de materiais arquivísticos. Dará, normalmente, prioridade às necessidades do historiador e de outros estudiosos de ciências sociais, mas é óbvio, deve também preservar documentos de vital interesse para o genealogista, o pesquisador de história local e o antiquário. Entretanto, preservará documentos para usuários pouco prováveis, tais como pessoas interessadas em campos técnicos altamente especializados e em campos científicos, que não fazem amplo uso de documentos no exercício normal de suas profissões, e que, possivelmente, não usarão materiais arquivísticos a eles relativos. (p. 204) - Os documentos que contêm tais fatos [sobre organização e funcionamento] são indispensáveis tanto para o próprio governo quanto para os estudiosos de administração pública. Para o governo, esses documentos representam fonte de sabedoria e experiência administrativa. Tornam-se necessários para dar consistência e continuidade as suas atividades. Contêm precedentes de determinadas diretrizes, normas, processos etc. e podem ser úteis como um guia para os administradores na solução de problemas do presente idênticos a outros já solucionados no passado, ou, o que é igualmente importante, evitam a repetição de erros. Contêm a prova de que cada órgão correspondeu fielmente à responsabilidade que lhe foi atribuída, e à prestação de contas que cada funcionário importante deve ao público a que serve. Para os estudiosos de administração pública que desejam analisar as experiências

	<p>de um órgão em relação a atividades de organização, normas e diretrizes, constituem a mais fidedigna fonte do que foi realmente feito. (p. 183)</p> <ul style="list-style-type: none"> - De início é importante assinalar que as estimativas de valores probatórios devem ser feitas com base no conhecimento completo da documentação do órgão; não devem ser feitas tomando-se por base parte da documentação. O arquivista deve conhecer o significado de grupos especiais de documentos produzidos nos vários níveis da organização em relação a programas ou funções de maior importância. (p. 187) - Não se pode reduzir a padrões exatos as considerações a serem observadas na determinação dos valores dos documentos. Nossos padrões podem ser pouco mais do que princípios gerais. Nunca se podem tornar exatos, embora, é claro, as séries ou tipos de documentos produzidos por determinada repartição pública, que atendem a certos padrões gerais, possam ser precisamente identificados. Os padrões não devem ser encarados como absolutos ou finais. Na melhor das hipóteses, servirão tão-somente como guias para orientar o arquivista através dos traiçoeiros caminhos da avaliação. (p. 226) - Como os padrões de avaliação não podem ser exatos ou precisos, não precisam ser aplicados com absoluta consistência. Os arquivistas podem fazer uso de diferentes critérios na avaliação de documentos de diferentes períodos, pois o que tem valor para uma época passada pode ser insignificante para o presente. (p. 226) - Uma vez que os padrões de avaliação não podem ser absolutos ou finais, devem ser aplicados com moderação e bom-senso. O arquivista não deve conservar nem demais, nem de menos. Deve seguir o preceito de Aristóteles: "moderação em tudo, excesso em nada". Esse preceito, neste caso, equivale a dois dos padrões de Meissner que são "evitar os extremos" e "abstração em demasia é um perigo". (p. 227) - A avaliação de documentos não deve se basear em intuição ou em suposições arbitrárias de valor. Deve ser, ao contrário, baseada na análise total da documentação relativa ao assunto a que se referem os documentos em questão. A análise é a essência da avaliação arquivística. Ao mesmo tempo que aquilata os valores probatórios dos documentos, o arquivista deve levar em conta o conjunto da documentação do órgão que os produziu. Não deve proceder a avaliações baseando-se em partes, ou baseando-se nas unidades administrativas do órgão, separadamente. Deve relacionar o grupo particular de documentos que está sendo considerado com outros grupos, para entender-lhes o significado como prova da organização e função. Sua apreciação, é lógico, depende do grau da análise das origens e inter-relações dos documentos. Igualmente, ao apreciar os valores informativos dos documentos, o arquivista deve levar em consideração a documentação total em conexão com o assunto a que se refere a informação. Deve determinar se aquele grupo de documentos em questão contém informação única e se apresenta uma forma que o torne útil como uma fonte de informação, e só depois de feito isto deverá entrar no reino do imponderável — em questões de importância para pesquisa. Sua avaliação dos documentos, mais uma vez, depende da profundidade com que houver analisado todas as outras fontes documentárias sobre o assunto com que se relacionam os documentos. (p. 227) - Os documentos públicos, ou, para este fim, os documentos de qualquer entidade, são produto de uma atividade, e muito do significado deles depende de suas relações com a atividade. Se a sua origem numa unidade administrativa do governo ou numa atividade particular é obscura, sua identidade e significado serão, provavelmente, obscuros. Nesse ponto, diferem de manuscritos particulares, que muitas vezes têm significados próprios, sem relação com sua fonte de origem ou com outros manuscritos de uma coleção. (p. 184)
Justificativa	<ul style="list-style-type: none"> - Os documentos oficiais modernos são muito volumosos. (p. 179) - O governo não pode conservar todos os documentos produzidos em consequência de suas múltiplas atividades. (p. 179) - Torna-se impossível prover espaço para armazená-los, bem com pessoal para cuidar dos mesmos. (p. 179) - O custo da manutenção de tais papéis vai além das posses da mais rica nação. (p. 179)

	<ul style="list-style-type: none"> - Os especialistas se desorientam ante a enorme quantidade de papéis oficiais modernos. (p. 179) - Por essa razão, o interesse erudito nos documentos está muitas vezes na razão inversa de sua quantidade: quanto maior o número de documentos sobre um assunto, menor é o interesse pelos mesmos. (p. 179-180)
Definição	-
Objetivo	<ul style="list-style-type: none"> - Uma redução na quantidade de tais documentos torna-se essencial, tanto para o próprio governo quanto para o pesquisador. (p. 179) - Os documentos devem ser reduzidos em quantidade para que sejam úteis à pesquisa erudita. (p. 179) - A função do arquivista é preservar o testemunho em que se possam basear reinterpretações, e não preservar apenas as interpretações oficiais correntes da prova; e preservar essa prova, imparcialmente, sem partidarismos de qualquer ordem, e da maneira tão completa quanto o permitam os recursos públicos. (p. 191) - O arquivista presume que sua primeira obrigação é conservar os documentos que contenham informação que satisfará as necessidades do próprio governo, e depois disso, por mais indefinidas que sejam, as dos pesquisadores e do público em geral. (p. 203) - Mediante uma seleção criteriosa de vários grupos e séries, um arquivista pode reunir, em um corpo de documentos relativamente pequeno, todos os fatos de importância sobre a existência de um órgão — seu modo de ação, sua política em relação a todos os assuntos, seus métodos e seu conjunto de atividades. (p. 183) - Ao procurar determinar o interesse dos especialistas por determinados grupos de documentos, o arquivista deve exercer o papel de moderador. O arquivista que lida com papéis modernos sabe que nem todos podem ser preservados, que alguns terão que ser destruídos e que, na realidade, uma destruição discriminada de parte deles é um serviço prestado à erudição. (p. 229)
Agente(s) responsável(is)	<ul style="list-style-type: none"> - Esse método pode ser aplicado por todos os arquivistas, pois parece não haver arquivista que tenha dúvida a respeito da conveniência de preservar o testemunho da organização e o funcionamento de todo e qualquer órgão. (p. 183) - Se a sua análise não fornece a informação necessária à avaliação dos documentos, o arquivista deve procurar o auxílio de especialistas. É lógico que não se pode esperar que um arquivista conheça as necessidades da pesquisa de todas as matérias de erudição. Ocasionalmente, ele poderá ter que avaliar documentos que envolvam conhecimentos além de sua esfera. Na avaliação de documentos necessários a assuntos nos quais não tenha experiência, deverá, se necessário, procurar o auxílio de especialistas naqueles campos. (p. 228)
Etapas	<ul style="list-style-type: none"> - O teste do valor probatório é um teste prático. Envolve uma análise objetiva para a qual o arquivista moderno é especialmente treinado, pois a sua formação em metodologia histórica ensinou-o a examinar a origem, o desenvolvimento e o funcionamento das instituições humanas e a usar documentos para este fim. (p. 183) - Há alguns testes pelos quais se pode julgar dos valores informativos dos documentos oficiais: a) unicidade; b) forma; e c) importância; (p. 200) - Antes de buscar a ajuda de especialistas o arquivista deve fazer o trabalho básico de análise, preliminar à avaliação de documentos. Deve, em primeiro lugar, reunir os dados sobre os documentos em questão, que são essenciais para se determinar a unicidade e a forma da informação neles contida; descrever as várias séries a serem apreciadas, indicando sua forma e volume, tipos de informação que oferecem, sua relação para com outros grupos ou séries que contêm informação idêntica, sua relação para com fontes já publicadas etc., a fim de que os especialistas consultados possam mais rapidamente determinar que séries ou grupos particulares contêm informação valiosa às investigações de vários assuntos e quais os que contêm essa informação na forma mais própria ao uso e mais condensada. (p. 229)
Critérios	<ul style="list-style-type: none"> - É óbvio que os documentos sobre as origens de qualquer empreendimento governamental devem ser preservados. Estes podem se relacionar com problemas ou condições que motivaram a criação de um órgão do governo, tais como queda de preços agrícolas,

	<p>aumento do desemprego na indústria automobilística, tratamento desigual na regulamentação do comércio interestadual e coisas semelhantes; (p. 188)</p> <ul style="list-style-type: none">- É igualmente óbvio que, uma vez criado um órgão, alguns documentos sobre seus programas substantivos ou fim devem ser preservados; (p. 189)- Muitas vezes existem relatórios narrativos sumários da direção e execução dos programas de um órgão. Esses relatórios podem ser em forma de: a) relatórios anuais das realizações, ou com outra periodicidade; ou b) histórico do órgão (implícito). (p. 190)- Os documentos de diretrizes, da mesma forma que os relatórios sumários de realizações, devem ser separados dos demais, merecendo especial atenção num programa de retenção de documentos. (p. 191)- A maior parte da documentação significativa quanto às origens e aos programas de um órgão encontra-se nos arquivos da "administração superior". (p. 193)- Os <i>documentos de pesquisa e investigação</i> são de importância incontestável, pois freqüentemente contêm a explicação dos programas do governo — as razões do aparecimento dos mesmos e o porquê de seu tratamento dessa forma. (p. 194)- Os funcionários encarregados das <i>relações públicas</i> cuidam principalmente das publicações que muitas vezes apenas distribuem e dos materiais de publicidade por eles preparados. (p. 195)- Material de <i>publicidade</i> produzido em conexão com atividades informativas e de promoção deve ser preservado num arquivo de custódia, e não em bibliotecas. (p. 195)- Sobre a <i>administração interna</i> ou atividades de <i>housekeeping</i> tais como atividades de pessoal, propriedade, material e viagens, relativamente poucos documentos precisam ser guardados para fins arquivísticos. (p. 196)- De modo geral, a prova do programa de um órgão diz-se suficientemente demonstrada se fornecida em forma de: a) sumários (estatísticos ou narrativos) das operações de natureza específica; b) uma seleção de documentos sobre transações particularmente importantes; e c) uma seleção de documentos sobre operações representativas de todas ou da maioria das operações de uma determinada espécie. (p. 197)- Os documentos que comprovam matéria genuinamente importante, relativa quer à direção quer à execução, têm valor permanente; (p. 196-197)- Há alguns testes pelos quais se pode julgar dos valores informativos dos documentos oficiais: a) unicidade; b) forma; e c) importância; (p. 200)- Vejamos agora como os testes de unicidade, forma e importância foram aplicados aos grupos de documentos dos National Archives que contêm informações sobre: a) pessoas; b) coisas; ou c) fatos (<i>phenomena</i>). Ao estudar a informação relativa a esses três elementos, não se presume que os documentos se refiram exclusivamente a um ou a outro; pode acontecer, e acontece muitas vezes, que se refiram a mais de um deles. (p. 205)
--	---

APENDICE B – Codificação do texto “*Macro-appraisal and functional analysis: documenting governance rather than government*”:

Categoria:	Trecho classificado:
Fundamentos teóricos	<p>- Moreover, while ‘functional analysis’ may appear to be merely an appraisal methodology (and in part it certainly is that), the concept of ‘function’ within macro-appraisal also reflects its central theoretical assumptions about what is valuable and what is not, what is worth remembering by society and what is not, what should become archives and what should be destroyed. (p. 5)</p> <p>- Appraisal should be an active, planned process to identify records having archival value, not a passive reaction to requests from records managers for authority to destroy records. (p. 6)</p> <p>- Records appraised as archival should be identified directly by the archivist, according to some pre-articulated ‘value’ criteria, not indirectly or passively received as a residue left over after other records have been destroyed by the creator. The Jenkinsonian approach of assigning responsibility for appraisal to the records creator is firmly rejected. (p. 6)</p> <p>- The last thing an archivist should do in appraisal is consider potential use by researchers. The Schellenbergian emphasis of having archivists appraise records for their ‘informational value’ based primarily on current or anticipated research trends is fundamentally flawed, and should form only a last-step exception in the macro-appraisal methodology. (p. 6)</p> <p>- Given the volume and complexity of the billions of modern records created daily, the archivist does not appraise individual records or even series of records so much as appraises their varying contexts of creation and contemporary use: the records’ virtual or functional provenance. In doing so, all records in all media for all locations for a particular function are ideally appraised comprehensively at one time. (p. 6)</p> <p>- Macro-appraisal requires, therefore, extensive research by archivists into organisational culture and institutional functionality, into record-keeping systems, information flows, recording media, and changes in these across space and time. If appraisal relates to determining long-term value for records, macro-appraisal assigns value to the functional–structural context and working culture in which the records are created and used by their creators, and how citizens interact with that context and culture, and are influenced by it. (p. 6)</p> <p>- Appraisal is the value-determination process that decides whether records should be kept on a long-term basis or be destroyed; it should not be confused with acquisition, which is a separate process (with separate variables) that determines whether records that have been appraised as archival can actually be transferred to, and preserved in, or for, an archive; nor with records capture or records management, which is a related, interconnected, but still separate process. (p. 6-7)</p> <p>- Without a well-articulated theory or concept of assigning appraisal ‘value’, any appraisal strategy or methodology will never be consistently implemented nor the results defensible to an increasingly watchful and critical public, or to posterity; (p. 7)</p> <p>- Appraisal theory has no direct relationship with archival theory: indeed, they may be seen as opposites. Appraisal theory deals with the value of records for societal and institutional memory; archival theory deals with the characteristics of records as trustworthy evidence. Of course, records that do not have the ‘value’ of reliability would rarely be judged as having ‘appraisal’ value, but that only begs the question of which of the billions of records that do demonstrate such reliable archival value also have appraisal value. (p. 7)</p> <p>- Appraisal is inevitably a subjective process, and any ‘values’ animating it will differ with time, place, government structure/positioning, and societal culture: the archivist in the present is constructing the past that the future will know. (p. 7)</p>

- Because of the complexity of appraisal, its societal importance and its subjectivity, archivists and their institutions should be held accountable for their decisions through full and transparent documentation of their contextual research, appraisal process, keep destroy decisions, and resulting transfers of records, and should create and implement benchmark standards against which the appraisal process itself can be judged. (p. 7)

- Seen this way, appraisal becomes central to the archival endeavour—indeed, I would assert that it is the only archival endeavour, a continuing activity without end, the heart of archives, a perpetual re-shaping and re-understanding of records and their ever-changing contexts, even after they have crossed the threshold of the archive itself. (p. 7)

- For while most archivists now accept the necessity of selecting for long-term preservation some part from an unmanageable whole, differences nevertheless abound over the right principles or concepts (or theories) that should animate appraisal, or that should define the 'value' or the 'significance' or the 'importance' of records—all terms used in archival legislation and by archivists, usually without clear definition or much reflection. Such value-based questions are essentially philosophical, for when we ask what gives something value, what makes it worth preserving and remembering, we are essentially asking the age-old question: what is the good? Not surprisingly, without agreement on such first principles, the resulting appraisal strategies and appraisal methodologies around the world have achieved no consensus in the profession. (p. 7-8)

- Let us then turn in more detail to these distinctions that I have been making. Appraisal theory explores, in a philosophical sense, the sources or influences upon which archivists base their determination of the 'value' or the 'significance' or the 'importance' in records. If a record has 'value', then one must ask: to whom, using what criteria, and why? Appraisal strategies and methodological means whereby such theoretical or philosophical definitions of 'value' may be identified and implemented in working reality. Theory comes first, from which strategy, then methodology, then practice, must be derived. Otherwise, there will be no logical or defensible core to the work of appraisal. (p. 8)

- Drawing on the earlier insights of Hans Booms, macro-appraisal theory is based on the assumption that societal values should be the basis of archival appraisal. While no one can directly know with assurance what those societal values are, archivists can develop appraisal strategies and methodologies, and appropriate benchmarked processes, that are likely to result in records transferred to the archives that more accurately reflect those societal values. This is possible by consciously documenting both the functionality of government and its individual programmes that are themselves the creation of citizens in a democratic society; and, especially, by documenting the level of interaction of citizens with the functioning of the state: how they accept, reject, protest, appeal, change, modify and influence those functional programmes, and are influenced by them. (p. 8)

- Macro-appraisal correspondingly seeks to suggest how such societal values may be determined in working reality by the archivist by analysing the attributes, and points of special intersection (and sometimes conflict), between three interrelated entities: (1) the creators of records (that is, structures, agencies, people); (2) socio-historical processes (that is, functions, programmes, activities, even transactions which the creators make on behalf of citizens); and (3) citizens, clients, customers or groups upon whom both function and structure impinge, and whom/which in turn influence both, directly or indirectly, explicitly or implicitly. (p. 8)

- First, macro-appraisal focuses not just on function, but on the three-way interaction of function, structure and citizen, which combined reflect the functioning of the state within civil society, that is to say, its governance. (p. 10)

- Secondly, the functional methodology used to assess (or appraise) functions is a means to weigh the impact of a programme (and thus the importance of its records) on society. (p. 10)

- I will maintain this 'citizen-state' terminology throughout this article, but it is my hypothesis that macro-appraisal is equally well suited not only to other levels of government (where indeed it has been implemented), but also to the records of business corporations, universities and schools, hospitals, labour unions, churches, or any other modern organisation, where the terminology

	<p>would change, respectively, to company and customers, university and students, hospital and patients, union and members, church and parishioners, and so on. (p. 6)</p> <p>- The operational logic underpinning this macro-appraisal theory is simple enough to state. Public institutions have certain formal and internally developed functions assigned to them and sanctioned by democratic societies through parliamentary representatives in the form of laws, regulations and general policy directions; in this way, these institutions are a filter (and mirror) of societal trends, activities, needs, ideas and wishes, of the things and concepts that society 'values', of what it wants to be part of its public life. (p. 8-9)</p> <p>- The above (and simplified) functional decomposition means that the contextual milieu in which records are created is determined by all these factors: macro-functions, functions, sub-functions, structures (and Offices of Primary Interest), programmes, activities, actions and transactions, and especially client interactions, as well as record-creating processes, record-keeping systems, and recording media and technologies. (p. 9)</p>
Justificativa	<p>- It was developed in the context of the challenges of voluminous paper records of a modern, complex, heavily regionalised national government and the crisis of preserving electronic records, both in large database and automated office formats, but has also since been employed in other institutional settings below the national level, from provincial and municipal governments to business corporations. (p. 5)</p> <p>- In the destabilised world of the automated office or ever-changing relational databases or the vast volumes of modern paper records, where keep–destroy decisions either cannot be made at all at the record level or only with the greatest difficulty and imprecision, this top-down functional approach is not only theoretical desirable, but also a practical necessity. (p. 10)</p>
Definição	<p>- Macro-appraisal is a combined theory, strategy and methodology for performing archival appraisal. (p. 5)</p> <p>- Macro-appraisal is thus a provenance-based approach to appraisal, where the social context of the record's creation and contemporary use (not its anticipated research use) establishes its relative value. (p. 8)</p>
Objetivo	<p>- To choose sufficient recorded evidence from those Offices of Primary Interest that reflects, in the most succinct way, in the best medium, both the functioning and impact of the targeted programme, and the sharpest image of the interaction of citizens with it, supplemented later by other selection processes. (p. 11)</p> <p>- The point is to identify other narratives or stories within the records, where these exist, so that we as archivists may present to posterity a fuller series of competing 'truths' about the past that researchers then may weigh for whatever purposes, rather than our usual predilection in appraisal for preserving the dominant or 'winning' voices from the past. (p. 15)</p> <p>- Macro-appraisal, in short, consciously attempts to document both the functionality of government and its individual programmes that are themselves the creation of citizens in a democracy and to document the level of interaction of citizens with the functioning of the state: how they accept, reject, protest, appeal, change, modify and influence those functional state programmes, and are in turn influenced by them. (p. 16)</p>
Agente(s) responsável(is)	<p>- Appraisal imposes a large social responsibility on archivists. (p. 7)</p>
Etapas	<p>- Only after these questions are answered can the archivist target realistically the actual records or series of records likely to have greatest potential archival value for 'micro-appraisal' (or, really, traditional appraisal applying 'appraisal criteria' such as age, extent, uniqueness, time span, completeness, fragility, reliability, manipulability, etc.) at whatever greater level of detail they may warrant. (p. 10)</p> <p>- There are five core steps in the macro-appraisal methodology: (p. 11)</p>

	<p>1. Researching to decide the complexity and relative importance of various sub-functions, sub-sub-functions, programmes and activities within the comprehensive functional target that is the object of the macro-appraisal and records disposal project. (p. 11)</p> <p>2. Researching to pinpoint the structural site(s)—the Office(s) of Primary Interest— where these most important functions, sub-functions, etc., take place. (p. 11)</p> <p>3. Researching to understand the nature and most focused sites of citizen’s interaction with the function or programme (as explained before, ‘citizen’ means individual citizens, as well as groups, associations, companies, corporations, etc., who or which interact with government programmes and their delivery). (p. 11)</p> <p>4. Forming of a macro-appraisal hypothesis of where the best records are, what they globally and conceptually would be, and which of the above significant functionalities of governance they are likely to document. (p. 11)</p> <p>5. Testing or confirming the hypothesis by appraising functionally select blocks or types of records within the functional programme being appraised, and by analysing the value of other records outside the programme covered by the submission where duplication is suspected with the records within the actual programme, or where registries or other information systems cross functional or structural boundaries. (p. 11-12)</p> <p>- After this macro-appraisal methodology is completed, the archivist also identifies, in a supplementary way, any additional records, all very narrowly defined, that may have symbolic, aesthetic, intrinsic or informational value, or which the government is required by law to retain over the long term. (p. 12)</p> <p>- The archivist concludes the process by identifying any political, legal, ethical, technical, migration, preservation or cost factors that may negatively affect the choices made under the above methodology, and then crafting appropriate transfer or monitoring terms and conditions for future acquisition of the records or their continued retention by the creating agency. (p. 12)</p> <p>- The macro-appraisal functional analysis methodology involves researching, understanding and evaluating the degree of importance of the legislation, regulations, policies, mandates, purposes, functions, programmes, decision-making processes and deliberations, the internal organisation and structures, organisational culture and communication patterns, the liberty and flexibility allowed to public servants to interpret policy and thus implement it in varying ways, and, out of all this, the activities and transactions of the record creator (the branch, sector or programme entity covered by the appraisal project). Special attention is focused throughout on the impact of all this on citizens, and their interaction with, and influence on, government, thus turning the functional process from a one-way direction of ‘government’ to a two-way one of ‘governance’. (p. 12)</p> <p>- Likewise, a similar research-based understanding must be developed concerning the entire information universe of the record creator—from a corporate perspective—of all recorded information in all media: its nature, structure, characteristics, creation process and, especially, interrelationships with other information/records and cross-functional and cross-structural properties. (p. 12)</p> <p>- Consulting published and near-print sources are also part of this research; as are interviews with departmental staff, at senior policy and working operational levels; as is research into departmental functional sources or internal functional decompositions used in operational planning frameworks, financial and human resource coding, business process re-engineering studies and projects, business area analyses and computer system design reports, and work-flow analysis and charting. (p. 12-13)</p>
Critérios:	<p>- Only after these questions are answered can the archivist target realistically the actual records or series of records likely to have greatest potential archival value for ‘micro-appraisal’ (or, really, traditional appraisal applying ‘appraisal criteria’ such as age, extent, uniqueness, time span, completeness, fragility, reliability, manipulability, etc.) at whatever greater level of detail they may warrant. (p. 10)</p>

- After this macro-appraisal methodology is completed, the archivist also identifies, in a supplementary way, any additional records, all very narrowly defined, that may have symbolic, aesthetic, intrinsic or informational value, or which the government is required by law to retain over the long term. (p. 12)

- And by using words like 'impact', and citizen 'interaction', it is intended that not all functions are of equal weight or influence on the country now, or for its future history. (p. 11)

The archivist does this functional analysis using the following 12 functional criteria: (p. 13)

1. Assess the number of pieces of legislation or formal regulations and policies, and their complexity, assigned to various parts of the function (the Department of Agriculture is responsible for some 300 laws in Canada, the National Archives of Canada for one, which gives one stark indication of the importance and impact on Canadian society of the two functions). Generally speaking, the more, and the more complex, pieces of legislation and formal policies relating to a function, the greater its importance, or 'value' to society. (p. 13)
2. Assess the degree of influence (major, significant, minor, marginal) of the function or programme on the rest of the host institution, on the rest of government, and on either all of society or significant sectors of it (this can be judged by the profile, or lack of it, of the function in annual reports, parliamentary debates, the profile of the cabinet minister, news and other media reports, special commissions or tribunals struck to investigate aspects of, or controversy, in the function, the existence of any—let alone many—court appeals by citizens concerning activities within the function, etc.). (p. 13)
3. Assess the numbers of staff and the number of sub-offices or units within various parts of the comprehensive functional universe, and the size of budget of each (which are really three criteria rolled in one for indicating breadth and complexity of a function in terms of its structural organisation and expenditure influence). This factor, like all the others in this list, is relative and to be used suggestively, not absolutely: in Canada the Privy Council Office serving the national cabinet has few staff, no sub-offices and a small direct budget; the Employment Insurance function employs thousands of staff in hundreds of offices across the country dispensing billions of dollars—in short, functional comparisons must be between similar programmes or within the same macro-functional umbrellas, so that false comparisons are avoided. (p. 13)
4. Assess whether semi-independent or wholly dependent boards, tribunals, commissions or councils normally report to or through the functional area, and their functional interrelationship (the more such dependent agencies, usually the greater weight or impact or reach of the parent function on society or governance). (p. 13-14)
5. Assess the functional leadership of the whole targeted branch or sector within the context of its larger institutional functional umbrella and thus its primacy for, or seniority within, a cluster of intra- and inter-agency activities; this amounts to a structural hierarchy for functions, where one unit may be senior in a given field and have a broader and deeper impact on society (or internally on government) than its subsidiary, parallel or even parent units. Then evaluate the relative importance of all these sub-units to the functional whole. (p. 14)
6. Assess the breadth, diversity and comprehensiveness of the functional mandates for all the constituent administrative units within the larger branch or sector that is the appraisal functional target, now and over time: does each unit actively undertake all or most aspects of a given activity, or does it more narrowly only monitor, inspect, regulate, subsidise, publicise, or provide research or marketing services for a broader function, through a larger structure, or for a private activity, or for another jurisdiction. Generally speaking, the more comprehensive the functional responsibility, the higher the value and greater the impact of the function. (p. 14)
7. Assess the degree and nature of functional autonomy of regional offices and local, field (or overseas) offices and thus the likelihood of significant pockets of unique records existing in such non-headquarters sites (control over budget, independent or locally modified registry or information systems, and loose reporting relationships to headquarters, are some indicators). (p. 14)

- | | |
|--|--|
| | <p>8. Trace the work processes, including the flow of data from regional and field offices into headquarters' systems, and between various headquarters' internal organisational units and systems, and between headquarters and other government institutions, and identify the key players/creators in these workflows, as opposed to mere input areas and end users. (p. 14)</p> <p>9. Understand the nature of the programme delivery activities of all generic units within the branch or sector, when they actually interact with other government clients and, more importantly, with citizens, and discern whether these programme delivery products at the case or transactional level are primarily of a repetitive, homogeneous nature or of a specialised, individualised character. (p. 14)</p> <p>10. Identify (as a corollary of no 9) the existence of specialised one-of-a-kind scientific, medical or other professional research institutes, stations or laboratories producing unique records or observational data and thus requiring individual attention. (p. 14)</p> <p>11. Assess the nature of the interaction of citizens, groups, associations and companies with the functional programme. This will be essential for later appraisal of hard-copy and electronic case files. Do the policies, procedures, regulations, forms and business processes allow citizens' views to be recorded directly rather than indirectly, in free prose or interviews rather than on fixed forms, reflecting their ideas and opinions rather than merely the rigid application of established procedures or their unquestioned acceptance? (p. 14)</p> <p>12. Assess the degree to which the official line revealed through annual reports, mandate statements, policy, senior operational, and procedure files and manuals is accepted by citizens and clients, or whether there is evidence of significant changes, challenges, variations and distortions between the original targets and expectations, and the actual results or daily operations, of a given function, policy, programme or activity. (p. 14-15)</p> |
|--|--|

APENDICE C – Codificação do texto “Improving Our Disposition: Documentation Strategy”:

Categoria:	Trecho Classificado:
Fundamentos teóricos	<ul style="list-style-type: none"> - <i>This article does not attempt to answer these questions, but dwells instead on the fundamental thesis that underlies this concept: analysis and planning must precede documentary efforts, and institutions must work together because modern documentation crosses institutional lines. (p. 126)</i> - <i>Instead, documentation strategies are multi-institutional activities, as they are intended [...] (p. 127)</i> - <i>The intellectual approach that underlies documentation strategies is the same as the newly proposed institutional functional analysis: analysis and planning must precede collecting. (p. 127)</i> - <i>Documentation strategies and institutional functional analysis are, therefore, separate techniques, but are mutually supportive of one another. (p. 127)</i> - <i>In addition, documentation strategies require a thorough knowledge of institutions and their documentation, which is best supplied through a series of functional appraisal studies. Functional studies provide the foundation for both institutional collecting plans and cooperative collecting activities such as documentation strategies. (p. 127)</i> - <i>This work argues that archivists must start their selection activities not with a consideration of specific sets of records, but with an understanding of the context in which records are created: a knowledge of what is to be documented, and the problems of gathering the desired documentation. (p. 128)</i> - <i>An objective of the analysis in Varsity Letters is to demonstrate that both official and non-official materials are required to achieve an adequate documentation of an institution. (p. 133)</i> - <i>Rather than relying on subjective guesses about potential research, appraisal decisions must be guided by clearer documentary objectives based on a thorough understanding of the phenomenon or institution to be documented. (p. 134)</i> - <i>To meet the challenges posed by modern documentation, archivists and their colleagues must become active participants in the creation, analysis and selection of the documentary record. This places archivists, librarians, and others in the role of documenters of their institutions, rather than simply the keepers of its records. (p. 137)</i> - <i>Rather than asking what exists, the question that needs to be addressed is what is the value of the available information to provide evidence about the phenomenon. (p. 135)</i>
Justificativa	<ul style="list-style-type: none"> - <i>The volume, duplication, dispersal and transient nature of modern documentation requires a re-examination of archival appraisal theory and practice. (p. 128)</i> - <i>The documentation of modern institutions requires appraisal techniques that reflect their true nature. Rapidly changing organizations demand a mode of analysis that shifts attention from volatile structural issues to more consistent patterns of functions. Appraisal techniques must support analysis of the functions of an institution no matter where they occur - within the organization or outside. (p. 132)</i> - <i>The documentary analysis in this work suggests that there are other documentary problems for the archivist to address as well, including the problems associated with technological change and the scarcity or even absence of documentation. (p. 135)</i>
Definição	<ul style="list-style-type: none"> - <i>Documentation strategies rely on strong institutional archives: the strategies are planning and coordinating mechanisms, not collecting activities. Although documentation strategies can focus on geographic areas, topics or phenomena, the material identified</i>

	<p>for preservation is not brought together to form artificial collections, but rather preserved in the archives of the institution that created the documentation. (p. 127)</p> <p>- It is an ongoing cooperative effort by many institutions and individuals to ensure the archival retention of appropriate documentation through the application of redefined archival collecting policies, and the development of sufficient resources. (p. 126)</p>
Objetivo	<p>- A strategy is launched by an individual or institution to remedy the poor documentation for a specific sector of society; (p. 126)</p> <p>- Instead, [...], as they are intended to coordinate and plan the natural dispersion of the integrated documentation of modern society. (p. 126)</p> <p>- Documentary studies provide greater understanding of these related but divided sources, and support coordinated appraisal decisions. (p. 131-132)</p>
Agente(s) responsável(is)	<p>- The strategy is designed, promoted and implemented by records creators, administrators (including archivists) and users. (p. 126)</p> <p>- The institution that launches the effort need not be an archival repository, and the prime mover does not have to be an archivist. (p. 126)</p> <p>- To meet the challenges posed by modern documentation, archivists and their colleagues must become active participants in the creation, analysis and selection of the documentary record. This places archivists, librarians, and others in the role of documenters of their institutions, rather than simply the keepers of its records. (p. 137)</p> <p>- Creators (legislators, ministers, scientists, administrators), users (historical researchers, lawyers, architects), and custodians of the records (archivists, librarians, museum staff) are needed to provide historical knowledge about the topic and its documentation, and to influence those who create, house and fund archives. (p. 126)</p>
Etapas	<p>- The key elements of documentation strategies are an analysis of the universe to be documented, an understanding of the inherent documentary problems, and the formulation of a plan to ensure the adequate documentation of an ongoing issue or activity or geographic area. (p. 126)</p> <p>- Once the topic is identified, advisers and participants are assembled to guide the effort. (p. 126)</p> <p>- Then research is initiated to achieve an understanding of the phenomenon to be documented and the value and availability of evidence. The use of a variety of analytic techniques provides a fuller knowledge of the history, purposes, functions and special characteristics of the topic of the documentation strategy. With a knowledge of the phenomenon and an understanding of the documentary problems, goals can be formulated to ensure the documentation of the topic. The analyses of the phenomenon and its documentary problems must precede the logistical exercise of determining where the documentation resides and can be retained. [...]The headquarters for the documentation strategy monitors the successes and failures of the plan and makes adjustments as needed. (p. 126)</p> <p>- A functional approach provides the means to achieve this comprehensive understanding of an institution and its documentation. This knowledge enables the archivist to establish specific documentary goals and collecting plans. It is therefore argued that institutional functional analysis is the appropriate first step for all institutional archivists. It should be understood that although scientists and others use the term functional analysis to refer to specific analytic processes, in this work the term is used more freely to describe the use of functions to structure the study. (p. 128)</p> <p>- Varsity Letters supports this focus on institutions but suggests the desirability of starting the selection process with a different set of questions: to focus first not on the specific history, people, events, structure or records of an institution, but with an understanding of what the institution does - what are its functions. (p. 129)</p>

	<ul style="list-style-type: none"> - <i>The purpose of the documentary analysis in Varsity Letters is to understand the available forms of evidence so that their relative worth can be evaluated. These evaluations should not only help archivists make selection decisions but also provide qualitative measures to support the reappraisal of collections already in archival repositories. (p. 135)</i> - <i>By examining the evidence - whether published, manuscript, visual or artifactual - in relationship to the activities that are to be documented, the quality of the potential evidence is assessed. (p. 136)</i> - <i>The functional descriptions in Varsity Letters clarify the activities to be documented, while the documentary analyses assess the ability of the available evidence to provide adequate information. (p. 136)</i> - <i>Understanding the nature of the function or activity to be documented supports the evaluation of the evidence to provide useful information. The integrated analysis of the available evidence supports the evaluation of the relative worth of each source. A greater understanding of the relative value of the evidence supports the qualitative reevaluation of collections already in archival repositories, the establishment of planned collecting efforts, and more informed selection decisions about individual collections. (p. 136)</i> - <i>A functional understanding of an institution helps the archivist select wisely from the abundant records, while planning appropriate strategies to document those functions that create few records. (p. 137)</i> - <i>No analysis or selection process, however, is totally objective. (p. 134)</i> - <i>Functional analysis therefore aims to broaden a sense of the activities and actors that must be documented to achieve a full understanding of the institution. While some of the activities and actors are documented in official records, many others are not. If the breadth of activities that constitute an institution is to be documented, then we must acknowledge that the official administrative record is only a portion of the documentation. (p. 133)</i>
Critérios	<p><i>Rather than relying on subjective guesses about potential research, appraisal decisions must be guided by clearer documentary objectives based on a thorough understanding of the phenomenon or institution to be documented. (p. 134)</i></p>

APENDICE D – Codificação do texto “A avaliação em Arquivística: reformulação teórico prática de uma operação metodológica”:

Categoria:	Trecho Classificado:
Fundamentos teóricos	<p>- Daí que retornemos ao tema específico com que iniciámos esta comunicação e tentemos desenhar, em jeito de esboço, a aplicação metodológica da operação análise/avaliação num quadro teórico sistémico particularizado pelo Arquivo e em estreita articulação com o factor memória perspectivado não em moldes passadistas e estáticos, mas dinâmicos de presente e futuro - um fator precioso para o indispensável pensamento estratégico organizacional. (p. 85)</p> <p>- Inserida no pólo técnico a avaliação é indissociável da análise e precedida pela observação e eventualmente pela experimentação, sofrendo todas estas operações a influência decisiva dos pólos epissemológico e teórico[...] (p. 85)</p> <p>- [...] verifica-se que há um contexto de criação/produção de historicidade indelével e de durabilidade variável (um processo administrativo, judicial, urbanístico etc. enquanto percorre os trâmites legais e normais da sua formação e conclusão convoca por inteiro o respectivo contexto orgânico-funcional) e depois, sem perda de vínculo a esse contexto genésico e originário, há um contexto de memória/uso que só deve conter a informação autêntica (em sentido orgânico), pertinente e densa, indispensável a operacionalizar a gestão organizacional no presente e no futuro através das «lições» de um passado mais ou menos longínquo. Há, assim, duas fases interligadas que dispensam a «idade intermédia», exigida apenas por imposição jurídico-administrativa e perfeitamente <localizável> no contexto memória até à data estipulada para a regular eliminação ou, melhor ainda, reduzida em termos quantitativos logo no acto de produção informacional como nos ensina a experiência anglo-americana do records management. [p. 88]</p> <p>- Embora, aliás, não seja muito comum colocar relativamente a arquivos desactivados e <<antigos>> (e muito menos aos de natureza pessoal e familiar) a questão da eliminação de determinados actos informacionais (contidos em docmnentos simples, compostos e séries), ela impõe-se naturalmente e pode ser equacionada através da avaliação por parâmetros em relação a objectivos, que se aplica a qualquer arquivo activo e tende a superar a dicotomia empírica e redutora do valor primário (administrativo) e secundário (interesse para o historiador e utilizador externo ao sistema) mediante a substituição de um prisma dicotómico por um prisma cumulativo (o sentido original legado pelo produtor suscita e coexiste com uma infinidade de «mais-valias» semânticas de um número ilimitado de leitores/utilizadores). (p. 91-92)</p> <p>- Retoma-se aqui a refutação da «teoria» das três idades. Até demonstração em contrário, só é possível, com rigor, determinar as duas fases acima referidas, não havendo necessidade objectiva de distinguir na fase estável1 pós-genésica1 pós-decisória e definitiva a pretensa <<idade>> intermédia, absolutamente artificial, [...] (p. 93)</p> <p>- [...]nossa principal preocupação, que, ao invés, consiste em demonstrar a necessidade sistémica da memória institucional ou particular, ingrediente básico, ainda que parcelar e específico, da memória social progressivamente acumulada e passível de constante (re)criação intersubjectiva, classista e política. (p. 100)</p> <p>- Do ponto de vista arquivístico o problema põe-se [...]em termos de preservação operacional da continuidade e da articulação de sucessivos contextos cronológicos e espaciais (diacronia) do processo informacional orgânico com decisivo impacto nas opções presentes e futuras (sincronia) sendo certo que Informação dependente do contexto - isto é, informação que vai buscar o seu significado a um contexto social específico - tende a perder-se sempre que o contexto muda. E face a isto há duas vias: uma é a do reforço da memória narrativa pela conceptualização das imagens e ternas de maneira a que deixem de ser dependentes do contexto (e com ela se defrontam historiadores, antropólogos, sociólogos ...); e outra é a da contextualização perene, vincadamente</p>

	<p>arquivística e organizacional, indispensável também à pesquisa historiográfica e científico-social, e facilmente sujeita a cortes, rupturas e apagamentos. (p. 101)</p> <p>- E assim sendo ganha plena acuidade a (re)valorização da memória institucional quer ao serviço de seus produtores/ detentores, quer para a comunidade envolvente e para investigadores externos, cujos trabalhos e conclusões deviam ser lidos e meditados pelos agentes e responsáveis das Organizações. (p. 102)</p> <p>- De pronto e à guisa de resposta, insistimos na mudança de atitude básica perante o problema da avaliação: ela não deve continuar a ser vista como uma missão difícil [...] mas antes como uma das operações metodológicas ao serviço do conhecimento científico da informação social. (p. 104)</p>
Justificativa	<p>- Convém, no entanto, reconhecer que uma memória institucional «gigantesca» tem de ser bem «gerida» e acessível desde a fase genésica ou decisória (daí o insistente empenho em intervir na concepção de práticas administrativas e em fluxogramas de alta racionalidade e eficácia), caso contrário acaba sendo alvo de «eliminações» de emergência, sobejamente conhecidas dos arquivistas, feitas à revelia do mínimo interesse estratégico da instituição e com duvidosas vantagens para a investigação histórica e científica em geral. Uma memória «gigantesca», dentro da perspectiva sistémica que perfilhamos, não pode escapar a uma análise séria de custo-benefício e precisa de ser justificada cientificamente. (p. 105)</p>
Definição:	.
Objetivo:	<p>- Convém ainda notar que a avaliação é desenvolvida já não com o único e supremo fim de eliminar para conservar documentação/informação, nem tão pouco o de seleccionar para eliminar, mas o de conhecer o sistema informacional (e através deste e de outros casos vai sendo possível a extrapolação universalizante para o estudo global do fenómeno/processo matizado nas referidas propriedades intrínsecas), de equacionar problemas relativos ao seu funcionamento e/ou de reconfigurar a sua performance no futuro imediato ou mediato. (p. 86)</p> <p>- Da importância estratégica interna e externa da memória institucional depende, afinal, a validade do modelo de avaliação sistémica aqui proposto, que visa conservar de forma objectiva e rigorosa (e o único meio de fazê-lo será manter intactos os níveis A e B do parâmetro pertinência) para rentabilizar e beneficiar o acesso, a eficácia da gestão e o auto-conhecimento e daí o imprescindível contributo do pca-info, permitindo capitalizar internamente a memória e consciencializar os membros da respectiva organização para o seu potencial prático. (p. 102)</p> <p>- Insistimos também na ideia, para nós fundamental, de que não se avalia para conservar a informação como um mero bem cultural e histórico, nem apenas para libertar espaço (avaliar para eliminar o mais possível, como se se tratasse sobretudo de uma «operação de limpeza» ...), mas, pelo contrário, para rentabilizar interna e externamente a memória institucional como um bem estratégico e social que é e para permitir o regular e bom funcionamento do sistema de informação-arquivo (activo), [...] (p. 104)</p>
Agente(s) responsável(is)	<p>- Não podemos, pois, continuar a conceber a avaliação~ a triagem à francesa ou a «selecção documental» como uma importante operação técnica e actividade profissional exclusiva do arquivista~ quando ela, afinal, só adquire plena inteligibilidade metodológica num esquema quadripolar centrado na produção de pesquisa e de conhecimento científico que está para além do nível meramente empírico e prático do trabalho arquivístico e abrange ainda a problemática biblioteconómica e a dos sistemas (tecnológicos) de informação. (p. 85)</p> <p>- Num arquivo activo a participação dos administrativos, gestores e outros intervenientes no processo informacional e organizacional não deve ser fortuita, nem tão pouco decorativa. (p. 95)</p> <p>- Coordenar e tutelar é algo bem diverso que participar interdisciplinarmente e por isso o pca-info, sujeito embora a alguns ajustes e correcções, afigura-se-nos, do ponto de vista teórico fundamentador, uma aposta saudável e válida porquanto visa a descentralização político-administrativa - condição sine qua non da vontade colectiva de democratizar a informação - e é nesta linha</p>

	<p>que pode ocorrer a permeabilização e a transferência para os geradores de informação e para todos os cidadãos de decisões sobre os recursos informacionais da sociedade. Para nós - afirma Rose :Marie Inojosa - é aí que reside a ampliação da efetividade dos arquivos, enquanto instrumento de autoconhecimento da sociedade. E na base do pca-info acha-se necessariamente a noção de responsabilidade partilhada devendo, pois, ser desenvolvido de uma forma participativa e descentralizada, o que pode ser conseguido através 1º do conhecimento dos produtos documentais pelos integrantes da própria organização geradora; 2º de um processo de avaliação conjunta que os torne partícipes e co-responsáveis sobre o uso e o destino desses produtos documentais; e 3º De uma conscientização como um direito de cidadania. (p. 96)</p>
Etapas	
Critérios	<ul style="list-style-type: none"> - A avaliação por parâmetros científicos tem uma incidência específica no fluxo da informação em determinado sistema (semi)fechado (organizado ou operatório), sujeito obviamente a uma rigorosa caracterização como unicelular ou pluricelular e até subsistêmico, como centralizado ou descentralizado, e enfatiza, por isso, três tipos de indicadores a obter com o máximo de coerência e objectividade possíveis: (p. 92-93) - a pertinência, que significa literalmente pertença à acção de alguém ou entidade, pode ser mensurável, em termos informacionais, através do trinómio objectivos essenciais (razão de ser) + estrutura orgânica e competências/funções + memória, numa gradação de três níveis (A, B e C), correspondentes a uma relação directa, indirecta ou periférica, dos actos informacionais com o trinómio enunciado; (p. 93) - a densidade, que significa à letra qualidade daquilo que é denso, espesso, compacto, implica, em termos informacionais, saber se um acto ou documento é primário/original; com/sem duplicação/cópia exacta, ou se é secundário (resumo ou síntese, parcela e acumulação de documentos primários/originais), com/sem duplicação/cópia; (p. 93) - a frequência, que significa repetição amiudada de actos ou sucessos é entendida, aqui, como quantificação da periodicidade de uso/acesso à informação, quer na fase de produção/recepção (fase genésica ou decisória., chamada também corrente ou administrativa), quer na fase imediatamente posterior (fase estável, pós-genésica e pós-decisória., que é perene e definitiva, assim como progressivamente mais aberta a um acesso externo ao sistema arquivo), podendo os resultados a obter em ambas as fases esclarecer-nos cabalmente sobre se há ou não um <(uso intermédio)> (muito discutível) e ainda se é verdade ou não que a Administração perde totalmente a necessidade de acesso a informação com mais de quarenta anos de idade. (p. 93) - Os indicadores expostos têm de ser enfatizados e cruzados de modo a conseguir-se uma «leitura» global e científica, análoga, aliás, à já obtida estatisticamente pelas leis infométricas ou bibliométricas. (p. 94) - O primeiro parâmetro - pertinência pressupõe uma exaustiva e profunda recolha de dados indispensáveis a uma caracterização estrutural (orgânico-funcional) da Organização (ou entidade), que normalmente os organogramas e os fluxogramas ajudam imenso a ilustrar, e a uma análise/avaliação criteriosa que o arquivista eleve assumir sem receio, nem complexos, com humildade científica e ao mesmo tempo, com a serena consciência de quem não pára de se dotar dos meios e recursos teórico-metodológicos imprescindíveis a um conhecimento sempre mais completo e amplo do seu campo de estudo. (p. 95) - O nível A compreende toda a informação directamente relacionada com os essenciais e geralmente, imutáveis objectivos da entidade produtora de arquivo (inscritos, normalmente, na sua «constituição» fundacional), cumpridos através de uma estrutura orgânico-funcional que evolui e se transforma ao longo do tempo, mas permanece sempre implicada e empenhada na concretização quotidiana de tais fins originários. (p. 97) - No nível B entra apenas a informação relacionada com as usualmente denominadas «funções-meio», ou seja, informação produzida/recebida no processo de gestão da organização tendo em vista os objectivos que justificam e legitimam a sua existência. (p.97)

	<ul style="list-style-type: none">- Por último, temos o nível C que engloba alguns actos informacionais objectivamente marginais ou periféricos quer aos objectivos, quer às «operações» de apoio à gestão[...]; (p. 97)- Por último, há a considerar o parâmetro frequência ou da periodicidade (taxa) de uso baseada numa média-padrão que podemos fixar em cinquenta e dois (52) pedidos/requisições por ano, equivalente a um por semana. Abaixo desta média teremos usos fracos e mínimos (se inferiores a 20) e acima dela usos médios e máximos. [...]; (p. 99)
--	---